

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

JOSÉ HAMILTON DA COSTA

**RELIGIÃO E SOLIDARIEDADE:
Dom Helder Camara e a Cáritas Brasileira**

RECIFE/2011

JOSÉ HAMILTON DA COSTA

**RELIGIÃO E SOLIDARIEDADE:
Dom Helder Camara e a Cáritas Brasileira**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião, pela Universidade Católica de Pernambuco.

Área do conhecimento: Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral.

RECIFE/2011

C837r Costa, José Hamilton da
Religião e solidariedade: Dom Helder Camara e a Cáritas
Brasileira/ José Hamilton da Costa; orientador Prof. Dr. Newton
Darwin de Andrade Cabral; 2011.
114 f. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco.
Pró-reitoria Acadêmica. Programa de Mestrado em Ciências da
Religião, 2011.

1. Inclusão social. 2. Solidariedade. 3. Poder. 4. Interação social.
I. Câmara, Helder, 1909-1999. Título.

CDU 261.6 (81)

JOSÉ HAMILTON DA COSTA

RELIGIÃO E SOLIDARIEDADE:

Dom Helder Camara e a Cáritas Brasileira

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião, pela Universidade Católica de Pernambuco, por uma Comissão Examinadora formada pelos seguintes professores:

Dr^a Sylvana Maria Brandão de Aguiar
1º examinador

Dr. Luiz Carlos Luz Marques
2º examinador

Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral
3º examinador (Orientador)

RECIFE/2011

A todos os que, insistentemente, nos incentivaram para prosseguir com este trabalho.

Aos seguidores dos exemplos de Dom Helder Camara.

Às instituições que se propõem atuar por um mundo mais humano e solidário.

Aos meus familiares, que sempre me apoiaram na busca de novos caminhos.
Às queridas companheira Adriana Santos e filha Ana Carolina, que são estímulo para continuar na caminhada.

Em memória do Pe. Ferdinand Azevedo, SJ, que, com muita paciência e sabedoria, dedicou parte dos seus últimos dias de presença na terra para ajudar-nos a concretizar um sonho de ascensão acadêmica

Faltam-nos palavras para agradecer aos que acreditam que um novo mundo é possível e que se dispõem à construção de uma humanidade mais autêntica.

Alegra-nos saber que Deus caminha conosco e, nos mais difíceis caminhos, nos ajuda a discernir e acertar.

Aos professores do Curso Mestrado em Ciências da Religião que nos orientaram nesse percurso, indicando os trilhos acadêmicos.

Aos que acolheram nossas buscas de fontes para a pesquisa.

Aos companheiros do Curso Mestrado Ciências da Religião pelo conhecimento compartilhado e vivências felizes.

Aos amigos e amigas que têm caminhado conosco em toda a nossa história de vida.

À UNICAP e aos seus colaboradores, pela acolhida da nossa proposta de retorno à Academia.

À *Adveniat*, pela ajuda financeira concedida.

RESUMO

A solidariedade e a prática da inclusão social promovidas por Dom Helder Camara, através das instituições e atividades que criou e/ou apoiou, resultaram dos princípios referentes à promoção humana por ele adotados, em sua trajetória pastoral enquanto liderança religiosa brasileira. Neste trabalho, destaca-se o período de 1952 a 1964 e foi concentrado na reconstituição e análise da fundação e dos primeiros anos da Cáritas Brasileira. A abordagem sobre a relação entre religião e solidariedade está caracterizada, nesta dissertação, como realidade efetiva, oriunda das iniciativas de um representante da Igreja que se disponibilizou ao serviço dos mais pobres. Assim, criou e/ou apoiou estruturas plausíveis à cooperação entre as pessoas, com as comunidades e com o Estado. A análise das experiências acumuladas nas iniciativas de criação de diversas instituições, como, por exemplo, a CNBB, a Cruzada São Sebastião e o Banco da Providência, possibilitou, em diálogo com as fontes primárias e com os teóricos citados no trabalho, afirmar que a estratégia de interação social, provocada inúmeras vezes por Dom Helder, contribuiu para a valorização da prática cristã e da vida das pessoas que, naquele período, estavam envolvidas com as caminhadas da sociedade e da Igreja Católica. O objeto desta análise concentrou-se na criação das instituições que aproximaram a Igreja de seus fiéis e de suas atividades assistenciais.

Palavras-chave: Igreja; modelos eclesiais; poder; inclusão social.

ABSTRACT

The practice of solidarity and social inclusion promoted by Dom Helder Camara, through the institutions and activities that created and / or supported, resulted from the principles relating to human development adopted by him in his pastoral career as a Brazilian religious leadership. In this work, we highlight the period from 1952 to 1964 and it was focused on reconstruction and analysis of the foundation and first years of Caritas Brasileira. The approach on the relationship between religion and solidarity is characterized in this thesis, as actual reality, the initiatives coming from a Church representative who offered to serve the poorest. So he created and / or supported structures plausible cooperation between people, communities and the state. The analysis of accumulated experience in building initiatives of various institutions, for example, the CNBB, Crusade San Sebastian and the Bank of Providence, made possible, in dialogue with primary sources cited and the theoretical work, say that the strategy social interaction, caused countless times by Dom Helder, contributed to the promotion of Christian practice and the lives of people in that period were involved in the walks of society and the Catholic Church. The object of this analysis has focused on building the institutions that approached the Church of the faithful and their care activities.

Keywords: Church, church models, power, social inclusion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 SINAIS DOS TEMPOS: um processo de transformação e integração social	16
1.1 <i>Iniciativas do período 1952 a 1964</i>	17
1.2 <i>Igreja viva e inclusiva</i>	22
1.3 <i>Presença social de Dom Helder: itinerário da missão</i>	31
2 RELIGIÃO E SOLIDARIEDADE PARA A PRÁXIS CRISTÃ	39
2.1 <i>A religião</i>	39
2.2 <i>A solidariedade</i>	43
2.2.1 <i>A sociedade</i>	45
2.2.2 <i>A práxis cristã</i>	47
2.3 <i>A estrutura de plausibilidade</i>	51
3 A FUNDAÇÃO DA CÁRITAS BRASILEIRA	56
3.1 <i>O início da Cáritas no Brasil e a missão de solidariedade</i>	58
3.2 <i>A relação histórica da Cáritas com a Igreja no Brasil</i>	62
3.3 <i>Surge a Cáritas Brasileira</i>	65
3.3.1 <u>Pe. Edmund Nelson Leising, OMI</u>	66
3.3.2 <u>Dr. Cândido Feliciano</u>	69
3.3.3 <u>Tibor Sulik</u>	69
3.3.4 <u>Marina Bandeira</u>	71
3.3.5 <u>Dom Mauro Morelli</u>	72
3.3.6 <u>Marcelo Barros, OSB</u>	74
3.4 <i>Ação à luz da espiritualidade: uma estratégia de fortalecimento da Igreja Católica</i>	76
4 MULTIPLICANDO A SOLIDARIEDADE PELO BRASIL	78
4.1 <i>Inclusão e expansão da solidariedade</i>	80
4.1.1 <u>A Cruzada São Sebastião</u>	82
4.1.2 <u>Banco da Providência: o “Banco de Deus”</u>	85
4.1.3 <u>A Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste</u>	87
4.2 <i>Iniciativas voltadas para o mundo pastoral</i>	89
4.2.1 <u>A Campanha da Fraternidade</u>	91
4.2.2 <u>Participação no Concílio Vaticano II</u>	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	102
ANEXOS	108

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, aborda-se a relação que se pode estabelecer entre religião e solidariedade, analisada a partir da fundação da Cáritas Brasileira, por Dom Helder Pessoa Camara. A escolha do tema deveu-se, especialmente, à experiência profissional que se viveu nos últimos quinze anos, quando se trabalhou junto à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e à Cáritas Brasileira, no desempenho, respectivamente, das funções de articulador regional do Setor de Pastoral Social e secretário regional¹.

Durante o serviço prestado nas duas Instituições, entre as várias atribuições, estavam as atividades de articulação com os movimentos sociais, pastorais e com os serviços que compõem a Igreja do Regional. Consequentemente, tinha-se o compromisso de coordenar e executar as atividades pastorais, enfatizando as decorrências da Doutrina Social da Igreja para a evangelização. Outros dois aspectos, circunstancialmente, também foram motivações para a realização deste trabalho: o Jubileu de Ouro da Cáritas Brasileira, celebrado em novembro de 2006, e o centenário do nascimento de Dom Helder, vivenciado entre os dias 07 de fevereiro de 2008 e 07 de fevereiro de 2010.

Ficou resolvido aprofundar os estudos sobre as origens da Cáritas Brasileira, incentivado também por uma conversa que tivemos com o Prof. Dr. Luiz Carlos Luz Marques, em agosto de 2008, para fazer consultas sobre o tema, fazendo-se referência, na ocasião, ao centenário de nascimento de Dom Helder. Foi proposta a realização de um evento, dentro da programação da CNBB, como uma das homenagens da Cáritas. Coincidentemente, na ocasião, encontravam-se abertas as inscrições para a seleção do Mestrado em Ciências da Religião. Da referida conversa resultou o primeiro esboço de um projeto de pesquisa.

Optou-se por pesquisar e analisar as poucas fontes que contêm as informações históricas da fundação da Cáritas Brasileira tendo em vista a

¹ Tanto a CNBB, quanto a Cáritas Regional, atualmente, possuem suas sedes nacionais em Brasília. Ambas são descentralizadas, uma vez que adotaram estruturas regionais de articulação. O Regional Nordeste II, em cuja circunscrição este autor atuava, abrange os estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, e tem sede na cidade do Recife. Tal vínculo com a CNBB se deu de junho de 1995 a junho de 2002; já com a Cáritas Regional, o período foi de agosto de 2001 a fevereiro de 2010.

ausência de publicações acadêmicas e de maiores informações nos arquivos e *links* oficiais sobre aquela iniciativa.

Visando a cumprir os créditos do Curso de Mestrado em Ciências da Religião, da Universidade Católica de Pernambuco, aceitou-se o desafio e iniciou-se a pesquisa que buscava um diálogo com a própria Cáritas, à qual este pesquisador ainda estava vinculado profissionalmente².

Partiu-se do pressuposto de que Dom Helder fundou a Cáritas e, através dela, realizou muitas ações de solidariedade para com as pessoas mais pobres. Naturalmente, a experiência acumulada durante o trabalho na instituição implicou algum traquejo para buscar analisar o tema em um viés acadêmico. Porém, pouco teria sido feito se não se recorresse constantemente, a alguns professores do mencionado Curso, como os doutores Luiz Carlos Luz Marques, Newton Darwin de Andrade Cabral e o saudoso Pe. Ferdinand Azevedo, que estiveram conosco em todo o percurso, especialmente o último, como orientador durante dois anos, desde a entrada em março de 2009, até dezembro de 2010.

O estudo sobre as ações de Dom Helder e de seus colaboradores na perspectiva de contribuir para a implementação de mudanças sociais e de iniciativas geradoras de uma nova realidade, é um tema contagiante. Apesar de numerosas chamadas de atenção nos encontros com os dois orientadores – após a morte do primeiro orientador, as tarefas da orientação foram assumidas pelo Prof. Dr. Newton Cabral –, devidamente endossadas por ocasião da pré-banca, é possível que, em alguns momentos, o texto ainda contenha evidências de uma paixão pelo tema. Foram mais de 15 anos de convivência, envolvimento profissional e dedicação exclusiva às atividades gerenciais das duas instituições a que nos referimos anteriormente.

Esta dissertação, em Ciências da Religião, teve a História como principal ciência auxiliar. O trabalho reporta-se ao período de 1952 a 1964, posto que se compreende terem sido aqueles os anos nos quais o contexto existente propiciava a chegada e o desenvolvimento inicial da Cáritas no Brasil.

Dividiu-se o trabalho em quatro capítulos. No primeiro, intitulado “*Sinais dos tempos: um processo de transformação e integração social*”, descreve-se o

² Desde que ocorreu a desvinculação profissional, o projeto foi tocado exclusivamente por nós, sem nenhum apoio oficial dos responsáveis pela Cáritas.

cenário histórico do período no qual, segundo os historiadores pesquisados e citados no texto (Oscar Lustosa, Newton Cabral, Roberto Aguiar, Luiz Carlos Marques, Nelson Piletti e Walter Praxedes), a Igreja e o Estado se inseriam em um contexto divergente, porém dialógico em alguns temas, sobretudo naqueles voltados à educação e/ou à assistência social, os quais demandavam maior atenção das duas Instituições. Dom Helder, personagem influente naquele cenário, buscava soluções para ajudar as pessoas e grupos em suas dificuldades e se envolvia com as lutas sociais do período.

O segundo capítulo tem o título “*Religião e solidariedade para a práxis cristã*”. Nele, encontrou-se em Peter Berger a fundamentação teórica para o sustento de uma argumentação na qual se analisaram as obras de Dom Helder como plausíveis à realização de ações solidárias e indicativas da existência de práticas de inclusão social no Brasil. A realidade de fome e pobreza vivenciada por muitas pessoas o inspirava na luta por justiça social através de atividades que minorassem as necessidades, promovendo as pessoas sem caracterizar ações puramente assistencialistas. Isso envolvia estruturas organizativas e articuladas das duas Instituições: a Igreja e o Estado.

No terceiro capítulo, intitulado “*A fundação da Cáritas Brasileira*”, o surgimento da própria instituição, no Brasil, é o objeto de análise. Nele nos deparamos com a maior dificuldade: a escassez de fontes sobre a história da Cáritas. Ainda assim, recorreu-se ao pouco material encontrado e, alicerçados nele, foram reconstruídos fragmentos de uma história que se buscou narrar e analisar. Percebeu-se que a Cáritas, no processo histórico dos seus primeiros anos, lançou as bases para que pudesse atualizar-se e ser, ainda hoje (o período contemporâneo não foi objeto de estudo), uma entidade cujas missão e serviço se dirigem para programas de desenvolvimento social, com inspiração cristã. Ela é um dos braços sociais da Igreja no Brasil e no mundo e suas atividades representam um esforço de integração da fé com a vida.

Mesmo sabendo que as iniciativas de Dom Helder não ficaram restritas à fundação de instituições para o serviço da Igreja, destaca-se que ele criou vários outros serviços de promoção humana e evangelização, dos quais alguns são ainda atuantes. O autor refere-se à criação da própria CNBB, da Cruzada São Sebastião, do Banco da Providência, da Campanha da Fraternidade e outras

iniciativas cuja significação não é possível analisar em uma dissertação de Mestrado. Portanto, no quarto capítulo, cujo título é “*Multiplicando a solidariedade pelo Brasil*”, foram apresentadas breves informações sobre a relação existente entre aquelas iniciativas e a Cáritas Brasileira, uma vez que estavam voltadas para o serviço aos mais humildes.

Para a construção do texto, cujo período histórico abrangido se recorda – 1952 a 1964 –, fizeram-se quatro viagens à cidade do Rio de Janeiro, onde se entrou em contato com as origens da Cáritas através da consulta aos seus arquivos e aos de algumas outras instituições. Então, ouviram-se testemunhos sobre o significado daquela iniciativa para a época. Assim, ocorreu a possibilidade de confirmar o depoimento do Pe. Edmund Leising, OMI, um dos colaboradores de Dom Helder, da Sra. Marina Bandeira e de pessoas que ainda habitam a comunidade da Cruzada São Sebastião e/ou atuam com o Banco da Providência.

Também foi importante a ida à Biblioteca Nacional, depositária de uma memória singular da História, de artigos dos jornais e de outros periódicos da época que estava sendo pesquisada. Foi de bom grado a visita aos bairros, ruas e prédios que ainda são acervos dessa História, como é o caso, por exemplo, do Palácio São Joaquim. Foi gratificante encontrar textos datilografados que ainda se encontram sob a responsabilidade da Comunidade Católica da Cruzada São Sebastião. Alguns deles são inéditos e guardam parte da memória do Dom Helder e de suas iniciativas.

Foi intenso o contentamento que se experimentou por estar no Rio de Janeiro, em visitas de pesquisa aos lugares e instituições que são memória viva do período em que Dom Helder viveu e trabalhou naquela cidade – lembramos que somente foi transferido para o Recife em 1964. Todavia, vivenciou-se, ao mesmo tempo, um sentimento de desapontamento pelo fato de ser reduzido o quantitativo de documentos específicos sobre a Cáritas Brasileira. Apesar disso, de posse daquilo que, estando disponível, foi possível localizar, buscou-se realizar o trabalho que agora se apresenta sob a forma de Dissertação de Mestrado.

Além das referências mais antigas – documentação e publicações – no caso dessas últimas, as mais recentes, como as Cartas Conciliares e as Interconciliares, motivaram a buscar novas informações. Os acervos referidos foram fontes primárias para o trabalho e nele se fazem presentes, uma vez que

propiciaram as informações mais importantes: aquelas referentes à natureza e à missão, tanto da CNBB quanto da Cáritas.

Chama-se a atenção dos leitores sobre o uso de alguns conceitos encontrados neste trabalho, que aparecem como uma tentativa de atualização da linguagem e de resgate de um provável sentido dado, na época, por Dom Helder e seus colaboradores, às iniciativas que tomavam.

O primeiro é o de *inclusão social* que foi referido como uma perspectiva presente nas estratégias de intervenção da Cáritas, através das ações cujas implementações conduziam à prática da solidariedade. Embora ainda não abrangesse as conotações que hoje congrega, a expressão é aqui usada com uma ênfase quase exclusiva aos que se encontravam em situações de vulnerabilidade decorrentes das condições de pobreza material³. A pesquisa teve como principal desafio estabelecer as relações entre a fundação da Cáritas Brasileira e as necessidades reais das comunidades, famílias e grupos sociais atingidos pela prática missionária de Dom Helder. Consideram-se as estratégias por ele adotadas para a construção de organismos que implementassem a promoção dos mais pobres, como plausíveis para a prática da inclusão social.

A segunda questão é a da relação entre os conceitos de *religião* e *solidariedade*, tema principal deste trabalho. Dom Helder não criou a Cáritas Brasileira ou as outras instituições de serviços sociais, somente por haver a necessidade de assistência social na Igreja. A partir das suas convicções, ele intencionava adotá-las como inspiração para a caminhada da própria Igreja.

O resultado desta pesquisa aponta para a vivacidade da religião, ainda nos dias atuais, com destaque para o viés das experiências da prática da inclusão, que encontram motivação no princípio da solidariedade. A credibilidade, a coragem e o sentimento de pertença à Igreja deixados por Dom Helder, como

³ Conforme já se destacou, a atuação contemporânea da Cáritas não foi objeto de análise. Todavia, a continuidade dos estudos históricos permite destacar evoluções e desdobramentos que se tornaram mais abrangentes. Assim, no ano 2000, o Programa Nacional de Políticas Públicas passou a fazer parte da linha de ação Mobilizações Cidadãs e Construção de Relações Democráticas, da Cáritas. “Entre suas premissas está o protagonismo das/os excluídas/os; a garantia das dimensões de raça/etnia, gênero, geracional, ambiental, orientações sexuais, espiritualidade/mística/ética libertadoras; a comunicação para a mobilização social e a construção de uma sociedade democrática, solidária, justa e sustentável”. Cf. PEDRINI, Dalila Maria. Cidadania ativa: controle social de políticas públicas: conceitos e ações da Cáritas Brasileira. *In*: 50 anos – Cáritas Brasileira: solidariedade pela vida. **Revista especial comemorativa**, 2006. p. 32.

evidencia a documentação consultada, parece ser sinal de profecia e de renovação de horizontes para uma parcela da Igreja comprometida com mudanças sociais, inclusive em sua própria caminhada. Assim se expressou o Pe José Comblin⁴, no prefácio das Circulares Conciliares, referindo-se a Dom Helder:

Por sua vez, Dom Helder entendeu que a sua primeira tarefa era a de ser testemunha do evangelho de Jesus Cristo no mundo. Antes de administrar uma diocese, ele é o evangelizador da parte do mundo em que se encontra. A sua primeira responsabilidade dirige-se a todos os homens, a segunda dirige-se aos católicos. Seu dever primeiro é com as ovelhas dispersas que estão longe. Ele é sucessor dos apóstolos e os apóstolos não foram administradores, mas viajantes, peregrinos, anunciadores da boa nova. Dom Helder não entendeu essa vocação do bispo desde o início. Mas depois de 1955 ele se abriu cada vez mais para os horizontes do mundo⁵.

O trecho do depoimento do Pe. Comblin tem o intuito de ilustrar a pertinência da perspectiva na qual várias instituições foram criadas a partir das iniciativas de Dom Helder. Como membro da hierarquia da Igreja, ele rompeu com estruturas tradicionais e desenvolveu metodologias de trabalho qualificadas para atender ao povo. Sobre a sua atuação como bispo, o citado teólogo belga recorda que ele “não fez nenhuma teoria nova do episcopado, mas criou o novo modelo [*de serviço episcopal*], vivendo-o e deixando a outros a tarefa de elaborar a teoria da sua prática”⁶. Isso foi perceptível quando Dom Helder se punha no meio do povo, quando discursava e dava vida às suas intervenções sociais.

⁴ O padre José Comblin nasceu em Bruxelas (Bélgica), aos 22 de março de 1923 e faleceu em março de 2011. Foi professor do Instituto de Teologia do Recife, onde lecionou Teologia Sistemática, Sacramentos e Deus e Criação, entre 1968 e 1972. Dedicou os últimos anos de sua vida a publicações e palestras sobre o tema Igreja dos Pobres. Admirador e colaborador de Dom Helder, era convicto de que seus escritos serviam como fonte de inspiração para o cristianismo na América Latina.

⁵ CAMARA, Helder Pessoa. *In*: MARQUES, Luiz Carlos Luz; FARIA, Roberto de Araújo (orgs.). **Circulares conciliares**. Recife: CEPE, 2009. v. I, t. I. p. XXVIII-XXIX.

⁶ *Idem*, v. i, t. I. p. XXIX.

1 SINAIS DOS TEMPOS: um processo de transformação e integração social

A Igreja de Cristo se manifesta ontem, como se apresenta hoje, tendo, cada vez mais, a coragem de reconhecer que ela é santa e pecadora.

Dom Helder Camara

A história do Brasil, nas décadas de 1940 a 60, foi marcada por grandes desafios sociais e políticos e representou um período de conflitos na relação entre o Estado e a Igreja. Nessa fase, várias iniciativas sociais resultaram do esforço de diálogo constante entre as duas instituições. Mesmo que influenciada por diversos setores do governo, a sociedade civil, através de seus grupos e militantes, prosseguiu na busca de alternativas para o desenvolvimento da nação brasileira.

Partindo dessa leitura, a Igreja Católica não poderia ficar por fora do circuito da perspectiva do desenvolvimento e das nuances políticas e históricas, especialmente contextualizadas desde o Rio de Janeiro, então capital federal. Reafirma-se essa premissa com apoio no livro *“Onde está o povo, aí está a Igreja?”*, no qual o Prof. Newton Cabral afirma que “a Igreja sempre teve uma atuação que incide na política. Todavia, quando essa atuação esteve ao lado dos grupos que detinham o poder, apoiando-os, não houve acusações de inserção indevida em um campo alheio ao seu”⁷. Ressalte-se que, a partir das mudanças efetuadas no objeto do seu envolvimento, aos poucos a Igreja foi-se fortalecendo como referência para muitas iniciativas populares e sociais com a proposta de transformação e inclusão social.

O regime republicano, impregnado de suas vertentes pluralistas, se abria, com restrições, à participação da Igreja, inclusive oferecendo-lhe cargos de competência dos gestores públicos. Embora isso tenha atrelado a Igreja ao poder civil, era um dos caminhos que a instituição eclesial tinha como estratégia de inclusão social. Tal experiência resultou em uma proposta de política educacional,

⁷ CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Onde está o povo, aí está a Igreja?**: história e memórias do Seminário Regional do Nordeste II, do Instituto de Teologia do Recife e do Departamento de Pesquisa e Assessoria. Recife: Fundação Antonio dos Santos Abranches, 2008. p. 35.

da qual as duas instituições sempre tiveram discordâncias, especialmente no campo da formação religiosa e moral, com implicações nas finanças públicas⁸.

As iniciativas e investimentos no campo da política entre a Igreja e o Estado, referenciando a importância do período, serão analisadas neste capítulo. No período, a criação de instituições vinculadas à Igreja Católica ressoou como complemento de lacunas não assumidas pelo Estado. Porém, a partir das provocações eclesiais, o Estado comprometia-se, com ressalvas, com o propósito de execução conjunta de algumas atividades.

1.1 *Iniciativas do período 1952 a 1964*

As consequências da Segunda Guerra Mundial e a centralização do poder, com o destino da nação em mãos arbitrárias, resultaram em decisões oriundas de “mazelas políticas” que não contribuíram para o desenvolvimento da nação brasileira. As ações sociais sofreram as influências dessa conjuntura.

A superação das penalidades sofridas pelo povo e suas instituições dependeu de criatividade, capacidade de diálogo e muita militância dos representantes da Igreja; dependeu também das instituições reconhecidas pelo governo republicano como coerentes com o seu modelo de gestão e de suas intencionalidades no campo político brasileiro. A Igreja Católica se destacou mais no período, pois ainda dispunha de credibilidade e experiência pública ante as estratégias de inclusão social. As inovações, mesmo cunhadas pela hierarquia eclesiástica, eram respeitadas, principalmente pelas vertentes “socialistas”.

A Ação Católica se distinguiu pela sua atuação em tal contexto histórico, tendo sido uma referência mais forte nas anteriores décadas de 1930 e 40. Através dos seus militantes, sugeriu estratégias de ação para a Igreja e para o Estado. Embora com controvérsias, os ideais do cristianismo foram focados nas ações dos agentes de pastoral e na militância de alguns agentes sociais.

Essa relação histórica entre a Igreja e o Estado⁹ apareceu no manifesto do episcopado brasileiro¹⁰, lançado em 1945, com a assinatura de Dom Jaime de

⁸ LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil república**: cem anos de compromisso 1889-1989. São Paulo: Paulinas, 1991. p. 65-71.

⁹ *Idem*, p. 60.

¹⁰ MANIFESTO do episcopado brasileiro. **REB**. Petrópolis, v. 5, n. 2, p. 419, jun. 1945.

Barros Câmara, com uma eloquente preocupação sobre a questão, apontando novos horizontes:

Confiamos em que, num país nascido e civilizado sob o signo da Cruz, como o Brasil, as diferentes agremiações partidárias, legitimamente divididas em outros pontos, concordem em acatar a liberdade da Igreja e as reivindicações de nossa consciência religiosa, que são as da quase totalidade da sua população. É medida de alta sabedoria política inspirada no desejo sincero de conservar a harmonia entre o poder civil e a consciência espiritual da nação¹¹.

Nesse manifesto, a Igreja se autoafirma em diálogo com o Estado, a partir da inserção qualificada de iniciativas inovadoras, sob a proposta de solidariedade e inclusão social, que serão posteriormente analisadas, com base no pensamento de Peter Berger¹². Os agentes e militantes cristãos asseguraram essa característica à ação da Igreja, o que ajuda a compreender as suas iniciativas no período entre 1952 e 1964.

A efervescência política, centrada nas mãos de autoridades republicanas e o espaço de ação social conquistado pela Igreja, deram à hierarquia eclesiástica a sensação de tranquilidade para considerar positivo o seu esforço, atraindo o governo para um maior espaço de atividades solidárias. Tal aspecto poderia, naquele momento, ser revertido em ações comuns, beneficiando toda a sociedade brasileira, como, por exemplo, nos encontros de planejamentos de tarefas assumidas coletivamente para uma ação de pastoral social. Uma vez planejado, havia insistência para que os representantes civis assumissem e apoiassem os projetos a serem desenvolvidos nas comunidades, porém sob a esfera de uma gestão eclesial.

A Igreja também percebeu que havia, em seus quadros, pessoas leigas que, de alguma maneira, podiam assumir o protagonismo do desenvolvimento; entretanto, na visão da hierarquia, as lideranças eclesiais, em parceria com as instâncias do governo, eram capazes de apresentar e representar apenas parcialmente os anseios do povo.

A Igreja, exposta aos resultados desse intenso diálogo, sentiu a necessidade premente de mudar sua trajetória de pastoral. Atualizou-se e

¹¹ LUSTOSA, 1991, p. 61.

¹² Usaremos, sobretudo, BERGER, Peter. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.

engajou-se no formato dos movimentos sociopolíticos, refletindo o processo de mudança ocorrido no país. Isso também gerou novos desafios para as autoridades eclesiais, que passaram a ter no laicato uma perspectiva de organização social. Dentre as iniciativas implementadas, estava o fortalecimento da Ação Católica no Brasil, instituição que valorizava a presença ativa dos leigos.

Embora a valorização da participação dos leigos não seja uma constante na vida da Igreja, no século XX foi muito forte nesse sentido a experiência da Ação Católica ao propiciar a formação de lideranças leigas que, sobretudo, através dos seus setores especializados, Juventude *Agrária* Católica (JAC), *Estudantil* (JEC), *Independente* (JIC), *Operária* (JOC) e *Universitária* (JUC), autoformavam-se através da ação, inspirando-se na leitura do evangelho e nos desafios da realidade. Surgia, então, no mundo católico, um laicato que buscava corresponder às responsabilidades sociais decorrentes da sua condição cristã¹³.

A superação do esforço histórico empreendido pela hierarquia da Igreja aconteceu, de forma estrutural, na década de 1950, com a iniciativa de fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. A principal fundamentação para aquela iniciativa passa por duas estratégias: primeira, pela necessidade de institucionalizar as decisões do episcopado sobre temas relevantes para a Igreja e para a Nação. Segunda, pelo fato de estabelecer o diálogo com a sociedade civil e governamental, de instituição para instituição, qualificando institucionalmente os acordos firmados. É possível aferir essa afirmação com o historiador Oscar Lustosa: “O prestígio e a força social da CNBB calhavam bem com a política da hierarquia de aproveitar, ao máximo, os serviços do Estado para levar a mensagem evangélica da renovação e salvação a toda a sociedade”¹⁴.

Pode-se constatar essa realidade nos desdobramentos e registros referentes ao XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, evento realizado no Rio de Janeiro, que representou uma inequívoca demonstração de fé de todos os brasileiros e contou, na sua organização, com a vibrante adesão dos representantes do povo. Eles disponibilizaram toda a estrutura do poder público, deram apoio financeiro e cederam espaços para as atividades. Naquele momento, a então capital federal tornou-se foco dos olhares da comunidade internacional,

¹³ CABRAL, 2008., p. 39.

¹⁴ LUSTOSA, 1991, p. 63.

todos com a curiosidade de entender a experiência brasileira de relação entre a Igreja e o Estado.

Daí partiu-se para a iniciativa de uma mobilização também internacional: a criação do Conselho Episcopal Latino-americano – CELAM, objetivando integrar e articular uma pastoral voltada para as dimensões continentais. A iniciativa traduziu uma forma de evangelização e, conseqüentemente, institucionalizou a experiência pastoral latino-americana¹⁵.

Como o Congresso demonstrava, por si só, uma iniciativa do universo cristão-católico, houve, ainda, como resultados, outras iniciativas que simbolizaram o apogeu daquela parceria. Algumas iniciativas contaram com as intervenções de lideranças da já instituída CNBB e buscavam responder à necessidade premente de conscientização do povo para a transformação social. Veja-se o que afirma o Prof. Roberto Aguiar, em seu livro “Recife: da Frente ao Golpe”:

Em maio de 1956, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – o recém criado órgão supremo da Igreja Católica no País – realizou um encontro para debater a realidade social do Nordeste, em Campina Grande, na Paraíba. Os bispos exigiram uma série de medidas e várias reformas. Por pelo menos duas razões, o encontro foi particularmente relevante para futuros desdobramentos na região. Em primeiro lugar, estabeleceu as bases para uma atividade política por católicos progressistas no Nordeste e, em segundo, criou uma opção para contrapor-se à liderança da **esquerda**, sobretudo dos comunistas, na luta em prol das reformas sociais¹⁶.

O professor se refere a um encontro, sucedido por outro realizado na cidade do Natal, em 1959, ambos liderados pela Igreja Católica, cujos desdobramentos resultaram em duas importantes iniciativas: a criação da SUDENE¹⁷ e da SUDAM¹⁸, instituições com as quais a Igreja colaborou para

¹⁵ Não se entra aqui no mérito e nos desdobramentos da iniciativa de criação do CELAM, pois não é um dos objetivos da dissertação.

¹⁶ AGUIAR, Roberto de Oliveira. **Recife: da Frente ao Golpe**: ideologias políticas em Pernambuco. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1993. p. 21. Grifo original.

¹⁷ A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada em 1959, pelo então presidente, Juscelino Kubitschek, através da Lei nº. 3.692, de 15 de dezembro de 1959. Com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região, abrangendo o equivalente a 18,4% do território nacional. Ela foi uma autarquia subordinada à Presidência da República e, de 1959 a 1964, a sua secretaria executiva coube ao economista Celso Furtado, cujo livro “A Operação Nordeste”, também de 1959, instigou algumas iniciativas vivenciadas naquela fase. Os bispos que estiveram envolvidos e contribuíram com maior destaque para aquela iniciativa foram Dom Eugênio Sales e Dom Helder Camara.

alavancar seus planos de desenvolvimento e gestão, voltados para a busca de alternativas para a sociedade civil. A dedicação da comunidade eclesial da época no processo de iniciativas contribuiu, de forma incontestável, para um clima de reformas do Estado.

Embora o diálogo entre a Igreja e o governo fosse a tônica da relação que permeava as iniciativas tomadas no campo político, houve a predominância de desencontros na concepção de gestão e na elaboração de um plano de governo que pudesse centralizar a organização social do país, de maneira sustentável, e que deveria desenvolver-se a partir de uma sólida base de educação¹⁹ e justiça. Todavia, existia um sutil jogo de interesses, pois parte das escolas confessionais se mantinham pelas verbas oriundas de emendas políticas ou subvenções, muitas vezes sem o conhecimento mais amplo por parte da sociedade brasileira. Diante disso, o Estado, escudado na credibilidade eclesial, aproveitou-se da relação política que mantinha com alguns bispos que, em nome de todo o episcopado, publicamente se posicionavam na condenação das “correntes reformistas da Escola Nova, taxando-as de comunistas, cientificistas, materialistas e outros adjetivos ideológicos”²⁰ e, ao mesmo tempo, defendiam as escolas confessionais como prioridade na ordem política, como possuidoras de créditos para exercer o controle da educação no Brasil.

De forma breve, destacam-se algumas iniciativas que, historicamente, se elevam no contexto da relação da Igreja com o governo no período abordado nesta dissertação: 1952 a 1964. Poder-se-ia aprofundar, trazendo mais elementos da realidade política e das instituições então presentes e atuantes; mas nosso objetivo é apenas o de ilustrar o cenário. Vale ressaltar, então, como fez Oscar Lustosa na apresentação de um dos seus livros, que “as limitações e lacunas da abordagem podem ser corrigidas e supridas com as indicações bibliográficas,

¹⁸ A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) foi criada em 1966, através da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, inspirada no modelo da SUDENE. A influência de setores da Igreja, nos anos anteriores, contribuiu para tomada de posição no apoio à criação daquele importante órgão, sobretudo em se considerando a sua área de atuação – a Amazônia Legal –, integrada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parcela do estado do Maranhão.

¹⁹ Cf. DIRETRIZES e bases da educação nacional, discussões sobre a atualização em 1958 – 1961. **REB**, v. 19, n.1, p. 118-122, mar. 1959.

²⁰ LUSTOSA, 1991, p. 67. Cf. MEMORIAL dos bispos do RS sobre as tendências totalitárias e materialistas no Ministério da Educação. **REB**, v. 8, n. 2, p. 559-562. jun.1958.

numerosas, tanto no corpo, como no final do trabalho”²¹. Neste estudo, boa parte das ilustrações/citações equivalentes ao período delimitado poderá ser encontrada especialmente nos periódicos digitalizados do arquivo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O cenário posto nos remete à realidade de uma relação entre a Igreja e o Estado, na qual o episcopado e o governo, embora defendendo posições contraditórias, sobretudo no campo pedagógico, organizaram-se com empenho, inspirados nas diretrizes da Igreja Católica, conforme interpretações da Doutrina Social e dos manifestos episcopais. Considerado esse contexto, destacar-se-ão, a seguir, as estruturas eclesiais e as iniciativas implementadas, cujas estratégias demonstram a vivacidade da Igreja, que, aos poucos, passava a adotar uma metodologia de inclusão na América Latina.

1.2 Igreja viva e inclusiva

Não basta aludir apenas à criação da CNBB, em 1952, como proposta de inclusão e de envolvimento social. Embora, para a época, o seu surgimento tenha tido importância e significado elevados para as pessoas que estavam à frente da evangelização e para as relações diplomáticas com o Estado, há, ainda, que se considerar que a institucionalização da CNBB foi uma estratégia de organização do episcopado brasileiro: ela serviu de referência eclesiástica para o território nacional, visando a facilitar a articulação também com o Estado, através do governo federal, à época sediado no Rio de Janeiro.

Resgata-se, novamente, a experiência das décadas de 1930 e 40, marcadas pelo fortalecimento da Ação Católica²², o que serve de inspiração para a história a analisar:

A esteira do ideário social de Jacques Maritain por uma democracia na qual a organização política fosse capaz de dar chance e vez a todos nos quadros da sociedade, que desponta no ambiente católico brasileiro, um tipo de catolicismo social a invadir setores da Ação Católica e a tornar-se um embrião dos

²¹ LUSTOSA, 1991. “Ao leitor”.

²² “A Ação Católica insistia na *formação na ação e pela ação*, com a trilogia VER, JULGAR E AGIR, surgida da experiência do jovem sacerdote belga Joseph Cardjin, filho de operários”. Cf. CABRAL, 2008, p. 40. Grifos originais.

movimentos sociais que convergirão para os esquemas reformistas²³.

A dimensão sociotransformadora apresentada por diversas lideranças, inclusive da hierarquia da Igreja, não se refletia no formato acima e nem se misturava com as frentes pura e notadamente anticomunistas. Mas estavam, sim, preocupadas com a superação do chamado capitalismo selvagem, acentuando-se a busca da justiça. Iniciava-se ali uma estratégia de consideração do trabalhador no seu papel de agente de transformação social²⁴. Mesmo que o deslanche dessa bandeira de luta tenha sido de grandes desafios, especialmente pela intransigência de parte do episcopado, os trabalhadores iniciaram sua fase de protagonistas, de fato, na instituição Igreja, animada e articulada, muitas vezes, pelos operários católicos. Aquela conjuntura era, de certa forma, parecida com a do início da década de 1950, marcada pela efervescência de associações, como as Congregações Marianas, que se identificavam com as ações reformistas do catolicismo, assustando parte da chamada direita eclesiástica, ensejando uma autonomia ideológica e socialmente reconhecida pela sociedade brasileira²⁵.

Naquele período, a continuidade da Comissão Permanente de Ação Social da Igreja, egressa de tantas outras ideias eclesiásticas, perpetuava as iniciativas de eventos fundamentados na proposta de inclusão social. Porém há indícios de práticas assistencialistas, o que contrariaria a dimensão pastoral pretendida pelas lideranças católicas que não se opunham às mudanças, desde que o controle passasse pela Comissão²⁶.

Para os trabalhadores e lideranças mais engajadas, em seu plano de ação, a Comissão não expressava a perspectiva da inclusão social a partir da realidade do mundo do trabalho. Isso implicou a constante luta sobre a questão social e a questão operária.

²³ LUSTOSA, 1991, p. 124. O livro de Jacques Maritain, *Humanismo Integral*, publicado na França, em 1936, e traduzido para o português por Afrânio Coutinho, exerceu influência muito mais profunda do que se pensa nos meios católicos brasileiros e foi o pivô de discussões e divergências constantes, sobretudo entre militantes de Ação Católica e organismos da direita. O movimento Tradição, do padre Antonio Paulo Ciríaco Fernandes, SJ, no Recife, é apenas um exemplo típico de posições radicais, conhecidas particularmente através da revista *Fronteiras*.

²⁴ DECLARAÇÃO dos arcebispos e bispos. **REB**, v. 17, n. 2, p. 508. jun. 1957.

²⁵ LUSTOSA, 1991, p. 139.

²⁶ Essa *Comissão Permanente de Ação Social* nasceu das semanas sociais alusivas a eventos europeus, para promover atividades de superação dos problemas sociais.

Lustosa, fazendo alusão ao período de transição das décadas, afirmou: “Realmente, ocorrerá uma transição qualitativa, porque a Igreja no Brasil, representada por grupos de vanguarda e de choque, atuará de maneira mais agressiva e mais consciente no campo social nas décadas de 1950/1960”²⁷.

Nota-se que a Igreja caminhou, mas, com restrições, inclusive na linguagem, que sempre continha um tom conservador. Percebe-se essa estratégia nos documentos públicos da Igreja sobre a questão da reforma social: “Nossa tendência é pela reforma social, em prazo mais ou menos amplo, exigido pela sabedoria dos homens que têm a missão de influir no curso dos acontecimentos, sem provocar desequilíbrios e novos desajustamentos”²⁸.

Diante de tantas inquietações provocadas pelas assertivas governamentais, uma declaração dessas ressoou, naquele momento, como contraditória ou sem clareza para o mundo do trabalho. Pretendiam as correntes consideradas revolucionárias que houvesse, de fato, mudança de paradigmas, inclusive no campo eclesial, para com a questão da reforma social.

A Ação Católica Brasileira, fundada pelo Cardeal Sebastião Leme, em 1935, através dos seus dirigentes, sentiu a necessidade de atualização da sua missão. Em decorrência, foi criado, no início da década de 1950²⁹, um Secretariado Nacional, como uma tentativa de centralização dos debates em torno das questões sociais. Via-se, mais uma vez, o retrocesso representado pela centralização, sem antes avançar no debate sobre os temas, especialmente a questão da reforma social, que não se unificou em uma linguagem que demonstrasse a existência de consensos. Ao que parece, o discurso do episcopado avançou, mas em estreita relação com o poder governamental.

A partir de 1950, houve, também, o posicionamento um pouco mais claro, por parte de pequena parcela do episcopado, em relação às questões da terra e da reforma agrária. Embora esteja assinada por apenas um bispo, a Carta Pastoral de Dom Inocêncio Engelke, escrita por ocasião da Primeira Semana

²⁷ LUSTOSA, 1991, p. 149.

²⁸ Declaração dos Bispos do Nordeste. Mensagem da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. CNBB: Brasília/DF, 1963, p. 22. Citado em LUSTOSA. 1991, p. 150.

²⁹ Não encontramos a data precisa da criação do Secretariado Nacional da Ação Católica Brasileira. Consideramos, a partir de outros registros existentes, que ela tenha ocorrido entre os anos de 1950 e 1953.

Ruralista da diocese de Campanha (MG), em sua saudação, já apontava para a presença de uma Igreja viva no mundo rural:

A Ação Católica Brasileira, diante do ritmo da semana e das conclusões a que os trabalhos chegaram, timbra em esperar que aqui se inicie um grande e fecundo movimento de Ação Católica Rural a estender-se a todo o país. Se tal honra e tal responsabilidade nos reserva Deus, seja-nos lícito aproveitar o ensejo para fixar os pontos fundamentais e ter como diretivas nos árduos e complexos empreendimentos com os quais nos vamos envolver³⁰.

As palavras introdutórias da carta pastoral apenas confirmam a tese da Igreja viva, porém o documento apresenta contradições. Dom Inocêncio, no seu extenso discurso, apresenta certa antecipação dos paradigmas necessários para a verdadeira reforma social, inclusive envolvendo até o patrimônio eclesial. Com isso, ele reforçou os documentos sobre a Doutrina Social da Igreja, do pontificado do Papa Pio XII, já referido como “o Pastor providencial para os dias confusos em que vivemos”³¹.

Para a época, há uma evolução eloquente na forma através da qual a hierarquia apresentava os documentos do magistério eclesial. Nota-se que vários bispos, mesmo que ainda empregando uma linguagem tradicional, estavam atentos para os temas da conjuntura. No caso da carta pastoral supracitada, muitas das previsões, orientações e indicadores de transformação social, apresentadas de forma antecipada, se não avançaram, ainda continuam o seu percurso histórico³². Há uma interpretação de que, na história dos movimentos

³⁰ ENGELKE, Dom Inocêncio, “**Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural**” – Texto datilografado. Arquivo da Cruzada São Sebastião, Rio de Janeiro. Documentos diversos. A versão datilografada a que nos referimos traz a expressão reforma rural, enquanto, em outras citações, como se pode ver na nota de nº 174 deste trabalho, encontra-se reforma agrária. Ainda chamamos a atenção para o fato de vários estudiosos defenderem que é de Dom Helder a autoria do referido documento. A mesma nota a que estamos remetendo os eventuais leitores, traz uma elucidação sobre a questão.

³¹ LUSTOSA, 1991, p. 151-152 – “Convém destacar que, nos documentos da década de 1950 e começo de 60, a leitura dos problemas rurais, feita pela Igreja, se preocupa com a gravidade da situação crítica do homem do campo, implicando o aspecto da injustiça social e o risco da penetração comunista; está atenta para a necessidade da reforma agrária, cautelosa, pois traz a discussão da propriedade privada, de que a Igreja não pode abrir mão; atenta para o ‘caráter circunstancial’ das tensões e conflitos que podem ser contornados pela mística e pelas técnicas comunistas. Nas águas tumultuadas da arrancada dos movimentos populares e dos graves problemas rurais, então formando um caldo de cultura em que fervem bacilos da revolução desejada e apregoada pelos comunistas e parte da esquerda católica”.

³² Pode-se verificar, no processo alavancado pelos movimentos sociais, especialmente nos voltados à luta por terra e trabalho, emprego e geração de renda, tarefas assumidas também

católicos, os da década de 1950, sobretudo os diretamente ligados à questão agrária, ainda sobrevivem e continuam a luta por melhores condições de vida e por justiça social.

A vivência dos movimentos ligados à Ação Católica também possibilitou a experiência de novas formas de prática pastoral, inseridas no contexto social, levando muitos sacerdotes a saírem das sacristias e mergulharem na realidade, inclusive assumindo trabalhos em fábricas como operários, para ali viverem uma evangelização encarnada no meio popular³³.

A mobilização popular é uma das estratégias de politização muitas vezes utilizada nos organismos internos da sociedade e, conseqüentemente, em alguns movimentos eclesiais. Embora contassem com recursos escassos e fossem carentes de estrutura para a realização dos seus eventos, havia uma dinâmica de organização em pequenos grupos e pequenas comunidades que vislumbravam a conquista de espaço e de direitos sociais na perspectiva do envolvimento e na lógica do desenvolvimento do Estado.

O avanço conseguido no período se deu, de forma crítica e compromissada, com o engajamento de forças trabalhadoras laicas³⁴. Até mesmo no seio da Igreja, a presença de leigos contribuiu tecnicamente, facilitando as relações entre a Igreja e o Estado. Porém, em uma relação um pouco mais democrática e voltada para questões mais próximas das comunidades e do que elas almejavam para a sua realidade. Por exemplo, o serviço de ajuda aos flagelados da seca, que, já com a presença inserida de alguns membros do episcopado, ganhou uma organização sistematizada e mais realista, deixando de lado a visão puramente assistencialista às vítimas daquele fenômeno.

Foi transcrito um pequeno registro exemplificando a memória daquele período e os seus compromissos com a solidariedade, a partir de iniciativas eclesiais, como foi o caso da inserção conseguida pelo Movimento de Natal, assumido por Dom Eugênio Sales e seus colaboradores como uma ação conjugada de evangelização e ação social:

pela Igreja, dos quais se destaca a criação da Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional – FASE, fundada por padre Edmund Leising, OMI.

³³ CABRAL, 2008, p. 39.

³⁴ LUSTOSA, 1991, p. 153-65. No capítulo 7, intitulado “A primazia da prática social”, o autor relata tais aspectos como caracterizadores das décadas de 1950-1960, incluindo princípios da politização advinda da prática de alguns movimentos populares.

O “Movimento de Natal” deu ao homem do campo o dom mais precioso para a sua vida simples do dia-a-dia, a confiança em si, a consciência de que ele podia e devia realizar o sentido de comunidade no trabalho participado, a descoberta de que, com os meios e recursos limitados de que dispunha, tinha condições de superar o nível de inferioridade de vida em que vegetava.[...] calcado em visão de ação social católica realista e comprometida com uma saída política de renovação e de mudança social dentro dos esquemas da doutrina social da Igreja na época. [...] inspira a formação do Secretariado Regional da CNBB, no Nordeste. [...] combatido pelos conservadores, como organização perigosa e até comunista, visto pelos grupos de esquerda como organização reacionária, aliada dos latifundiários, o “Movimento de Natal” atuou no Nordeste como farol para iluminar as situações confusas da época, como intuição sociocristã que poderia abrir-se em experiências mais ousadas, não fosse o golpe de abril de 64³⁵.

A vivacidade da Igreja no período foi ilustrada com o exemplo do Movimento de Natal, ainda que tantos outros existissem. Isso sem se esquecer a expansão da Ação Católica, que, embora no final da década de 1950 se apresentasse em crise, possuía notória capacidade de descentralização, conseguida através da adoção de setores especializados com campos específicos de ação.

Também não se pode excluir os sindicatos e movimentos rurais no contexto da experiência das Ligas Camponesas, voltadas à defesa dos direitos das populações camponesas e ao fortalecimento do poder reivindicatório contra os patrões, assim caracterizando, sobretudo, o protagonismo do homem e da mulher que atuavam no campo, embora haja contradições históricas, conforme argumentação do Professor Roberto Aguiar, comentando F. A. Azevedo:

Azevedo assinala, em seu estudo **As Ligas Camponesas**, a crença generalizada de que as Ligas foram organizadas espontaneamente por camponeses com o propósito de assistência mútua, carece totalmente de veracidade. Azevedo demonstra que as Ligas foram criadas pelo Partido Comunista quando ainda estava na legalidade, com o intuito de difundir suas políticas entre os camponeses e os trabalhadores rurais. Estas Ligas originais pretendiam também acelerar a sindicalização rural, a qual embora legalmente possível, era inviável devido as condições sociais e políticas prevaletentes nas áreas rurais do País³⁶.

³⁵ LUSTOSA, 1991, p. 156.

³⁶ AGUIAR, 1993, p. 203. Apresentamos a questão, porém a sua discussão não está contemplada nos objetivos deste trabalho.

Paralela a essa articulação, entra a Igreja, em 1961, com a declaração “A Igreja e a situação do meio rural brasileiro”³⁷, apontando para mais uma constatação de uma Igreja que ambicionava colocar-se em movimento e em articulação com os movimentos sociopolíticos da época.

Na década de 1950, ainda surgiram outras iniciativas que visavam a beneficiar a Igreja no Brasil, mas com filosofias oriundas da experiência da Igreja europeia. Veja-se o que diz, mais uma vez, Oscar Lustosa:

Na década de 1950, florescem no Brasil, sempre como caixa de ressonância dos modelos europeus, algumas experiências que, no fundo, traduzem, ora direta e conscientemente, ora indireta e inconscientemente, os esquemas e as ilusões da Terceira via. [...] Algumas dessas experiências se limitam mais ao campo do discurso e à proposta de caráter geral e até moralizante³⁸.

Sobre o estabelecimento de parcerias com entidades de origem europeia, entende-se que, naquele período, fosse natural a influência externa, sobretudo por causa da dependência financeira de boa parte das dioceses³⁹.

Ressalte-se o empenho que parte da Igreja fez para caminhar com as comunidades, com o povo. Talvez a falta de conhecimento sobre o que significaria a articulação com a base, aliada à pouca abertura de alguns pastores para aquela realidade, tenha dificultado tal empreendimento. Mas a bibliografia existente impede a negação da participação da Igreja, que, naquele período, foi uma instituição importante no processo de luta pela esperada reforma social. Pode-se, ainda, apresentar alguns indicadores que evidenciam a concretização daquele esforço.

Houve o despertar da Igreja na perspectiva de adequar a evangelização empreendida pelos leigos e pelos religiosos aos processos da reforma social. A institucionalização da CNBB, com suas comissões, implicou pensar e propor serviços de formação das lideranças na ótica da reforma social requerida pela realidade brasileira. No entanto, a CNBB, sozinha, não alcançaria a eficácia pretendida de uma abrangência para todo o território nacional. Sua atuação, a

³⁷ CNBB – Pastoral da Terra. São Paulo: Paulinas, 1976 (Estudos da CNBB, n.11).

³⁸ LUSTOSA, 1991, p. 162.

³⁹ Naquele período, a CNBB dava seus primeiros passos visando à articulação entre bispos, clero e religiosos (muitos deles membros de inúmeras Congregações originadas na Europa) e, sobretudo, alguns poucos bispos começavam a perceber a necessidade de a Conferência ser assessorada por leigos que gozassem da confiança do episcopado, que tivessem qualificação técnica e que atuassem de acordo com os setores e estruturas de gestão da Conferência.

princípio de caráter evangelizador e, *a posteriori*, de conscientização para uma militância social e cidadã, precisou recorrer às iniciativas de assessores e técnicos para propor a criação de novas estruturas oficiais que pudessem aglutinar propostas visando ao preenchimento das lacunas da Igreja, especialmente as de caráter sociotransformador.

Uma estratégia que superou a questão da intermediação entre o povo e a Igreja e/ou o Estado foi a iniciativa da criação do Movimento de Educação de Base - MEB⁴⁰, que, junto com seus institutos parceiros, se destacou naquela experiência, especialmente no território nordestino, onde se implementou um conjunto de temas e reflexões com esclarecimentos sobre cidadania, justiça e responsabilidade política, visando a uma tomada de posição crítica, na perspectiva do chamado voto consciente⁴¹.

O MEB se caracterizou pela capacitação de agentes e lideranças dos quadros da Igreja que ajudassem o avanço do ideário de vanguarda, lutando, debatendo e criando condições para uma real possibilidade de reforma social. A conscientização e a politização, a preparação técnica para lidar com a terra, o meio ambiente e o incentivo à cultura popular eram metas aguerridas do seu plano de ação. O Prof. Roberto Aguiar, na obra já citada, chama a atenção para outro aspecto: “Embora constituído e organizado pela Igreja Católica e sob seu controle direto, o MEB era também financiado pelo Governo Federal”⁴². Apesar disso, também confirma que a

sua finalidade principal era ensinar as massas rurais a ler e a escrever, através de programas de rádio. Todas estas organizações foram profundamente inspiradas pela idéia de reforma social como também pela noção de que se fazia necessária uma participação crescente das camadas populares

⁴⁰ O Movimento de Educação de Base – MEB foi criado em 1961, e ganhou prestígio junto a Jânio Quadros, então presidente da república, com a edição do decreto de sua regulamentação. Através das escolas radiofônicas, disseminou técnicas de alfabetização e implantou cursos de capacitação destinados às comunidades, incluindo processos de organização associativa e cooperativa. As figuras do padre Eugênio Sales, de dom Helder Camara e de dom Vicente Távora foram extremamente valoradas no processo de expansão do MEB. Mais informações no site da Instituição – www.meb.org.br - acesso em 25 de março de 2011.

⁴¹ Nos dias atuais, a CNBB ainda encampa campanhas de conscientização em períodos eleitorais, como, por exemplo, uma recente, com o lema *O voto não tem preço, tem consequência!* A citação que aqui se faz tem por finalidade evidenciar uma continuidade. Não faz parte dos objetivos deste trabalho discutir o que a CNBB considera voto consciente, tampouco se as referidas campanhas alcançam os resultados almejados pela Conferência.

⁴² AGUIAR, 1993, p. 20.

tanto no processo decisório, quanto nos resultados do desenvolvimento⁴³.

O atrelamento da Igreja ao Governo Federal, através das subvenções ao MEB, não impediram os resultados daquela ação eclesial, e puderam ser percebidos no crescimento paulatino da participação popular, na qual se buscava associar aos princípios da fé, o caráter da participação política. A valorização do social imprimia, desde aquela época, a dimensão da inclusão social e da solidariedade como eixos de sensibilização para a vida e para a transformação do mundo, ou seja, já se encontravam, naquele período, deixas para a construção de um novo projeto de sociedade.

A tradição brasileira, apregoando que alguns fazem e outros esperam, foi quebrada no período, a partir das iniciativas populares que, aos poucos, foram contando com o apoio da igreja. Ela foi mentora de muitas instituições que visualizavam, em seus planos, o protagonismo dos trabalhadores em geral, e, de um modo particular, dos trabalhadores rurais⁴⁴.

Finalmente, mesmo em meio às muitas contradições do período, representadas pelo triunfalismo e por outras tentações, a Igreja contribuiu para uma nova lógica de sociedade e de participação dela mesma e do Estado na vida de seu povo. Neste trabalho, analisa-se a Fundação da Cáritas Brasileira, como uma das conquistas da Igreja no Brasil, oriunda de uma experiência internacional, e que, sob o olhar de Dom Helder, continha o espírito dos movimentos sociais católicos fundamentados na prática de uma religião solidária e inclusiva, na perspectiva da reforma social e da superação do assistencialismo.

O XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, ocorrido e coordenado pela arquidiocese do Rio de Janeiro, em 1955, foi celeiro de muitas iniciativas, articulações e intervenções da Igreja na perspectiva da inclusão social, com solidariedade. A América Latina saiu na frente em sua organização para estabelecer a meta da inclusão, também religiosa, no seio da Igreja.

Aqui, faz-se referência à Conferência Geral do Episcopado, que reuniu, aproximadamente, cem bispos, logo após o término do referido congresso. Evento

⁴³ AGUIAR, 1993, p. 20.

⁴⁴ Ainda hoje a Igreja não tem segurança para a prática evangelizadora no mundo urbano. Por isso, percebemos, na história da evangelização, uma experiência focada no mundo rural que ainda se tenta implementar nas cidades.

marcante na história da Igreja Católica internacional, representou uma vivência da espiritualidade do Congresso e foi declarado, pelos participantes, “o mais significativo encontro da história da Igreja na América Latina até aquele momento”⁴⁵.

Daquela conferência surgiu, no território latino-americano, um Conselho Episcopal dentro da estrutura histórica da Igreja Católica, o já referido CELAM.

Alguns poucos bispos do continente sentiam a necessidade de uma Igreja mais voltada para o contexto da América Latina. Acreditaram que essa iniciativa daria respostas aos desafios colocados naquela conjuntura. Destacavam, na ocasião, que os dois maiores desafios eram a superação do comunismo e a escassez do clero⁴⁶. No entanto, subjetivamente havia outros desafios colocados pelo subdesenvolvimento econômico e social da região. A pobreza e miséria, os conflitos entre classes e a exploração dos pobres eram alarmantes, no sentido de que o povo estava carente de assistência e de uma evangelização mais próxima das comunidades.

A partir da fundação do CELAM, teve início uma série de articulações, encontros e eventos para repensar a intervenção da Igreja em todas as realidades. De modo particular, era feita uma chamada de atenção à Cúria Romana e à América do Norte para que também voltassem sua atenção aos problemas específicos da América Latina.

O CELAM é um dos exemplos que se apontam como perspectiva da solidariedade institucional e da estratégia de inclusão social. No contexto latino-americano, desde a sua existência, tem sido, na Igreja, o organismo competente para representar os seus anseios no continente e nas suas instâncias de evangelização.

1.3 *Presença social de Dom Helder: itinerário da missão*

Dentre as inúmeras lideranças eclesiais do período, destaca-se a contribuição de Dom Helder Pessoa Camara como marco referencial para a Igreja

⁴⁵ MIRANDA, Dom Dário. **Declaração do arcebispo da cidade do México**. Manuscritos de Dom Helder. Arquivo da Cruzada São Sebastião. Rio de Janeiro: [s.d.]..

⁴⁶ PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Dom Helder Camara: o profeta da paz**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 192.

do Brasil. Suas ações concretas incluíram a criação de diversas instituições, vinculadas à Arquidiocese do Rio de Janeiro ou de âmbito eclesial ainda mais amplo, como foi o caso da Conferência dos Bispos do Brasil. Para implementá-las, baseou-se no anseio por justiça, vislumbrando um Brasil melhor. Nesse capítulo, apresenta-se, sinteticamente, uma leitura do período e das iniciativas que, ainda hoje, demonstram como os sinais do tempo perduram na busca da solidariedade e da inclusão social.

Como pastoralista e evangelizador, Dom Helder, já bispo auxiliar, deu continuidade às lutas iniciadas no seu tempo de padre. De acordo com a sua história junto à Ação Católica⁴⁷, não hesitava em defender a integração da Igreja Católica com a responsabilidade social. Para ele, a Igreja poderia continuar com os princípios da dimensão espiritual, porém preocupando-se, simultaneamente, com uma ordem social justa.

Não se quer analisar as reações, entre os cristãos, diante da provocação representada pelo estilo de evangelizar de Dom Helder. O que chama a atenção é a sua capacidade de interpretar os sinais daquele tempo. Ele incluiu o diálogo com as mais diversas instâncias da Igreja e, a partir daí, preparou-se para o embate do discernimento pastoral e para as ações da Igreja em prol da evangelização social. Talvez sua espiritualidade, inclusa no anseio de um humanismo integral, com fonte em Jacques Maritain⁴⁸, tenha-lhe preparado para apressar-se no pleito de uma Igreja inserida na caminhada do povo.

Dom Helder não partia para o confronto direto com a hierarquia sobre a visão de Igreja. Obras já publicadas, sobre ele, evidenciam que, como místico, antes de dialogar acerca de um tema sobre o qual percebia divergências de pensamento entre seus colegas de pastoreio, primeiro orava e pedia discernimento⁴⁹. A segunda etapa consistia em consultar os que partilhavam seus ideais sobre o modo de pensar a Igreja. Em uma terceira etapa, abria-se ao diálogo com autoridades religiosas e, posteriormente, com autoridades civis para debater o tema em pauta.

⁴⁷ PILETTI ; PRAXEDES, 2008. p. 143.

⁴⁸ *Ibid.*

⁴⁹ DAMASCENO, Catarina. **Mil sementes caídas e algumas apanhadas**. Recife: Fundação Antonio dos Santos Abranches, 2007. p. 74.

A visão eclesial de Dom Helder, naquele tempo, pode ser sumariada em sua proposta ambiciosa da existência de uma Igreja embrenhada de participação e reflexão cotidiana, acessível aos mais simples, que busca salvar o que, para eles, é essencial⁵⁰.

Ele não se preocupava em demasia com a relação da Igreja com o Estado. No entanto, cobrava dos poderes constituídos uma atuação mais coletiva, junto com o povo, em uma perspectiva de transformação da realidade. Inclusive, conforme já citado, ainda enquanto Monsenhor⁵¹, Helder foi articulista e indicador de um novo modelo de organização para a Igreja no Brasil, o que resultou na fundação da CNBB.

Dom Helder não tinha medo de criticar a hierarquia sobre temas que envolviam a própria Igreja. Mas sempre respeitou opiniões dos colegas e, com prudência, esperava o momento que lhe parecia adequado para apresentar suas propostas. A partir de sua perspectiva cristã, respeitava os que, fiéis às suas consciências, defendiam uma Igreja doutrinal, presa às ramificações do poder civil.

Ao mesmo tempo em que respeitava as posições dos colegas bispos que apoiaram o golpe militar, com os desdobramentos políticos do período, começou a lutar contra o retrocesso que a continuidade daquela defesa implicava para a Igreja⁵². Embora entendesse os posicionamentos e os discursos dos bispos que concordavam com o golpe, na qualidade estratégica de um dos redatores e propositores, Dom Helder conseguiu aprovar parte do texto da declaração da Comissão Central da CNBB, divulgada em 2 de julho de 1964. O documento era um posicionamento sobre a situação nacional. Nele se lê: “Não nos curvamos, porém, às injunções de política partidária, nem às pressões de grupos de qualquer natureza, que pretendam, por acaso, silenciar a nossa voz em favor do pobre e das vítimas da perseguição e da injustiça”⁵³. Na perspectiva da restauração da ordem social, começou a ser registrado um avanço representado

⁵⁰ Cf. o texto manuscrito por Dom Helder *Igreja de hoje e de sempre*, no qual apresenta 12 tópicos através dos quais cita aspectos componentes do que ele denomina como essencial e faz comparações entre a Igreja atuante em dois continentes distintos: a Europa e a América Latina. Cf. DAMASCENO, 2007, p.74.

⁵¹ PILETTI ; PRAXEDES, 2008, p.. 153-159.

⁵² SALEM, Helena. **A Igreja dos oprimidos**. 3. ed. São Paulo: Brasil Debates, 1981. p. 26-27.

⁵³ *Ibid.*

pela integração de temas que passaram a fluir, com mais insistência, nos seus posicionamentos.

Como colaborador de Dom Jaime de Barros Câmara, Dom Helder tinha disponibilidade para envolver-se na missão, pois não possuía obrigações administrativas na Arquidiocese do Rio de Janeiro. Sempre solícito às demandas da Arquidiocese, foi criando novos espaços de integração eclesial, novos grupos, novas comunidades e preparando novas lideranças que pudessem assumir a formação e a articulação social da Igreja. Notoriamente era constante a sua inquietação ao constatar a existência de muitos pobres, favelas e pessoas excluídas de todas as frentes institucionais.

Ele acreditava que a institucionalização não poderia ser a meta primeira da Igreja e defendia um Evangelho mais humano e próximo da realidade do povo, e que as instituições preservassem o caráter da evangelização voltada para a busca da justiça, a partir da perspectiva do amor, proposta pelo cristianismo.

O Congresso Eucarístico Internacional, realizado no Rio, em 1955, ajudou-o a perceber que os pobres, com sua sabedoria popular, têm mais a nos ensinar do que as teses acadêmicas e/ou as ideias oriundas de escritórios que, muitas vezes, não funcionam por não estarem adequados à realidade da vida; por exemplo, da vida pulsante na favela, que foi alvo das ações da Cruzada São Sebastião.

O principal apostolado de Dom Helder, após ser ordenado bispo e nomeado auxiliar de Dom Jaime (como bispo, de 1952 a 1955 e como arcebispo, de 1955 a 1964), foi servir a Arquidiocese no tocante à Ação Católica⁵⁴. A experiência nela acumulada lhe dera base e, além disso, sua trajetória demonstrava ser portador de uma reflexão mais organizada sobre o papel da Igreja e do Estado. Ele contribuiu para diversas reflexões do episcopado sobre economia, meio ambiente, desenvolvimento e outros diversos temas. Com suas reflexões, ajudou a impulsionar a Igreja para uma participação crítica, com postura de colaboração para com as iniciativas do Estado voltadas ao bem comum.

Nesse aspecto, teve a percepção de que a “Igreja deveria aproximar-se das comunidades camponesas para contrabalançar a crescente influência dos movimentos em defesa da reforma agrária liderados por socialistas e

⁵⁴ PILETTI ; PRAXEDES, 2008, p. 167.

comunistas”⁵⁵. No entendimento do autor, mesmo que os problemas urbanos afetassem a vida das comunidades, o campo era o espaço que mais clamava por uma intervenção maior do Estado. O governo brasileiro deveria, prioritariamente, preocupar-se em combater o êxodo e valorizar o tema da terra, com as suas decorrentes e necessárias ações.

As conquistas do período de 1952 a 1964, e a aproximação de Dom Helder com várias lideranças políticas, fizeram com que muitas atividades fossem realizadas em favor das comunidades. A tentativa do Estado de envolver a Igreja em sua centralização do poder não abalou as iniciativas de institucionalização da pastoral da solidariedade e de aproximação da Igreja com o povo e com as comunidades eclesiais. Todavia, não foi tão fácil convencer grande parte do clero a ter uma posição crítica quanto ao Estado, sobretudo em lugares onde a pobreza era mais visível, embora essa fosse, justamente, a realidade que Dom Helder sempre identificava como uma das mais necessitadas da presença de Igreja e de Estado, na perspectiva da solidariedade e da inclusão social.

Em uma entrevista concedida em 1980, à jornalista Helena Salem, Dom Helder assim se expressou sobre sua visão acerca da relação entre a Igreja e a política:

Política, no grande e belo sentido de preocupação com os grandes e graves problemas humanos, é direito e dever humano e cristão de todos os membros da Igreja, inclusive os bispos. No entanto, política partidária, militância partidária, é coisa que fica no campo específico dos leigos⁵⁶.

É impraticável, por causa das dimensões requeridas, e foge ao escopo deste trabalho analisar as múltiplas atividades componentes da experiência de Dom Helder no Rio de Janeiro. Entretanto, o autor valeu-se do Prof. Luiz Carlos Marques, que sumaria as multifacetadas por ele vivenciadas:

Acompanhemos, pois, o homem, formado no trabalho em equipe, com leigos e leigos, na AC e na Secretaria-geral da CNBB, com experiência pastoral, em uma grande arquidiocese-capital do terceiro mundo, com uma vasta cultura, aberta e sensível à música, ao teatro, ao ballet, ao cinema e ao circo, que chega a Roma, para o primeiro período do Concílio⁵⁷.

⁵⁵ PILETTI ; PRAXEDES, 2008, p. 168.

⁵⁶ SALEM, 1981, p. 109.

⁵⁷ CAMARA, 2009, v. I, t. I. p XLIII.

Diante de tantos fatos acontecidos naquele período, não se pode afirmar se houve orientação do bispo auxiliar para os leigos interessados em ingressar no mundo da política. No entanto, através da Ação Católica, e nos bastidores da cúria daquela arquidiocese, eram realizados encontros de formação de lideranças cristãs. Porém analisar esse tema somente sob esse prisma não é suficiente para entender o conceito de filosofia política de Dom Helder.

A referida jornalista perguntou, também, se capitalismo, socialismo ou uma terceira via para pôr fim à opressão do povo... Dom Helder respondeu que “descer a pormenores sobre sistemas políticos a adotar é, na Igreja, campo específico dos leigos. A nós, bispos, cabe indicar as exigências de uma ordem política, clamar por justiça como condição de paz, defender a aplicação efetiva dos direitos fundamentais do homem”⁵⁸. Sua resposta esteve atrelada ao comprometimento específico da sua condição de bispo. Os que conheceram toda a sua trajetória, desde o Ceará, passando pelo Rio de Janeiro e culminando no Recife, sem deixar de considerar suas constantes viagens pelo mundo afora, sabem que ele esteve imbuído de algumas das utopias do século XX, entre elas a crença de que o mundo marchava para o socialismo.

A relação de Dom Helder com o integralismo na fase em que atuou no Ceará é conhecida e era por ele assumida como fato. Fazia, entretanto, ressalvas a partir da vinda para o Rio de Janeiro, sobretudo às ocasiões em que esteve representando a Arquidiocese do Rio de Janeiro, no grupo de Plínio Salgado, como assistente eclesiástico. Ele declarou na mesma entrevista:

Mas Deus sabe que eu já não tinha nenhuma ligação, nem direta, nem indireta, nem afetiva, com o integralismo. Eu aproveitava, ao contrário, a função para ajudar a chamar a atenção deles para a tristeza que a gente teria com o totalitarismo, nas reuniões que eu participava. Aliás, foram poucas⁵⁹.

A conclusão que se pode apresentar é que Dom Helder era cuidadoso com seus pronunciamentos, quer se tratasse de entrevistas jornalísticas ou não. O conhecimento de sua vida e de sua atuação evidencia que ele foi, por excelência, um homem midiático. No período em que esteve no Rio de Janeiro, soube fazer o discernimento político e procurou evitar conflitos ideológicos.

⁵⁸ SALEM, 1981, p. 110.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 106-107.

Chegou a solicitar, quando diante de temas conflitantes, auxílio de pessoas confiáveis que o assessoravam em assuntos específicos, sempre guardando sintonia com o plano de ação pastoral da Igreja⁶⁰.

Quando se tratava de mediar os ideais em favor da Igreja e dos pobres, Dom Helder, com a sabedoria adquirida desde a formação familiar⁶¹, reforçada pela recebida no seminário⁶², optava pelo equilíbrio entre as instâncias das instituições sociais e governamentais. O professor Kenneth P. Serbin⁶³ vê em Dom Helder a capacidade de diferenciar propostas coerentes com a ética e com a justiça:

Como a maioria dos bispos, Dom Helder era um político que estabelecera ligações com os ricos e poderosos. Contudo, ele possuía o raro dom de ser atraente a todos os grupos, incluindo estudantes, revolucionários e a mídia. Antes de 1964, até mesmo conservadores gostavam de Dom Helder. No bom sentido do termo, ele era um religioso populista latino-americano, que capturava os corações das pessoas através de seu carisma e fé. Sua luta em prol do desenvolvimento latino-americano e dos direitos humanos definiria de modo significativo o catolicismo da libertação no Brasil e em toda a América Latina. Suas ações e palavras tiveram um impacto em católicos e outras pessoas de fé na América do Norte, Europa e mais além⁶⁴.

Ilustrar as táticas de Dom Helder com diversos depoimentos sobre suas perspicácia e visão sociopolítica é possível, mas, a partir do depoimento supramencionado, compreende-se que, ideologicamente, sua trajetória sempre foi proativa diante dos clamores do povo. Alusões ao seu carisma de militante político foram feitas por diversas pessoas, atribuindo-lhe vários estigmas. Muitas vezes não foi compreendido e chegou a ser considerado subversivo ou comunista.

⁶⁰ LUSTOSA, 1991, p. 153 – 154.

⁶¹ PILETTI ; PRAXEDES, 2008, p. 19-48.

⁶² *Ibid.*, p. 61: “A formação de Helder e de seus colegas no seminário seguia fielmente tanto a linha do catolicismo oficial consagrado no Concílio Vaticano I, de 1870, com seu verdadeiro ódio ao iluminismo filosófico, à Revolução Francesa, ao liberalismo e ao comunismo, como a adaptação tupiniquim dessa linha oficial, realizada por Jackson de Figueiredo, em defesa da ordem e da autoridade, contra as transformações revolucionárias que agitavam a Europa e ameaçavam chegar ao Brasil, com o Movimento Tenentista e o Partido Comunista do Brasil, este criado em 1922.”

⁶³ Ph.D., professor titular e chefe do Departamento de História da Universidade de San Diego (Califórnia, USA) e ex-presidente especial da *Brazilian Studies Association* (BRASA) para o exercício de 2008 a 2010.

⁶⁴ SERBIN, Kenneth P. Artigo originalmente publicado em “Perfis cruzados: trajetórias e militância política no Brasil do século XX” (Rio de Janeiro: Imago, 2002), organizado por Beatriz Kushnir, Tradução de Rafael R. Ioris. Disponível em: www.espacoacademico.com.br. Acesso em 16 de maio de 2010.

Porém, para a Igreja da época, como bispo, Dom Helder tinha ideias avançadas. Era respeitado e tornou-se conhecido mundialmente pela persistência de suas ações em favor dos excluídos.

Desde o Ceará, “Helder enfrentou desafios ao se meter com organizações sociais, como o movimento de Juventude Operária Católica (JOC), a Liga dos Professores Católicos e ao exercer a função de professor de Religião do Liceu do Ceará”⁶⁵. Voltado para as questões da educação, assumiu, inclusive, a secretaria de educação cearense. No exercício do cargo, percebeu a realidade da formação ministrada aos jovens e fez mais um aprendizado na capacidade de entendimento da realidade das pessoas.

Dom Helder, com sua sabedoria, entendeu a realidade sociopolítico-ecclesial e ajudou a Igreja a perceber que, sem outras organizações constituídas, poderia ficar sozinha na sociedade. Na lógica da inovação, sempre visualizava instituições pioneiras para os serviços sociais, como foi o caso da Cruzada São Sebastião e do Banco da Providência.

No contexto social do século XX, ele agiu com criatividade diante da Igreja, da sociedade e do mundo, o que resultou em tantas atividades, programas, fundações de instituições, sempre em consonância com lideranças e pensadores do período.

⁶⁵ PILETTI ; PRAXEDES, 2008, p. 72.

2 RELIGIÃO E SOLIDARIEDADE PARA A PRÁXIS CRISTÃ

Se a estrutura de plausibilidade for sólida e durável, o mundo religioso por ela mantido será real na consciência de forma sólida e durável.

Peter Berger

“Um mundo sem miséria é possível”. Essa frase, uma das favoráveis de Dom Helder, leva a entender a sua práxis cristã. Podemos verificar isso nos seus discursos, poesias e iniciativas pastorais desenvolvidas em prol da transformação social. No exercício de seu pastoreio, Dom Helder também adotou uma linguagem atualizada quando tratava da relação das *questões sociais* na vida das pessoas e no compromisso social com as comunidades por onde atuou.

Para entender a ‘utopia’ de Dom Helder e relacioná-la aos temas de religião, solidariedade, sociedade, práxis cristã e “plausibilidade”, Peter Berger ajudará na interpretação desses conceitos⁶⁶. Este capítulo será dedicado a fazer a relação entre esses temas, focando a experiência da fundação da Cáritas Brasileira como testemunho concreto de uma práxis cristã no Brasil.

2.1 A religião

A religião é instrumento de sustentação humana na fé, de acordo com as experiências solidárias das comunidades, dioceses, paróquias e/ou instituições que adotam as suas estratégias e conclamam as pessoas para promover ações de integração social. São experiências enraizadas pela espiritualidade da compaixão, inspiradas nos exemplos de Jesus de Nazaré e na luta pela inserção dos mais pobres. Nessa perspectiva, é o clamor dos oprimidos que indica, no

⁶⁶ Obviamente, não poderemos traduzir, em apenas um capítulo, as contribuições que se avolumaram em suas mais destacadas obras: BERGER, Peter. **Rumor de anjos**: a sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996; passim. LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1999 e BERGER, 1985.

resgate da religião, uma das premissas de fé das pessoas imbuídas de liderança: pastores e representantes do povo que agem solidariamente.

No período histórico focado nessa pesquisa e no cenário em que se situou a fundação da Cáritas Brasileira por Dom Helder, as décadas de 1950 e 60 foram marcadas ideologicamente por estratégias que visavam à construção coletiva e à inclusão social. E a religião serviu de instrumento, de caminho para oportunizar a solidariedade entre as pessoas.

No Brasil, desde o período em que viveu e trabalhou no Rio de Janeiro, Dom Helder identificou-se com a luta pela inserção dos miseráveis em programas de reconhecimento social e exerceu protagonismo nas cenas política e eclesial. Porém a essência da sua pastoral e o caráter religioso missionário da sua experiência de evangelizador apontam para o contexto social e sua consequente inquietação para superar a terrível realidade da exclusão. A sua metodologia de trabalho focou a assistência e a inclusão social. Vivia e buscava difundir uma experiência de evangelização com perspectivas de universalização da prática da solidariedade a partir da religião.

Naquele período, surgiram alguns dos novos protagonistas da vivência da religião sob a ótica da dimensão humana, o que pressupunha ações de solidariedade. Os movimentos sociais, com seus métodos populares de pastoral, visavam ao campo religioso brasileiro, para a inserção de um novo modelo da Igreja. Isso fez com que a própria Igreja⁶⁷ focasse suas propostas na ação e no combate à exclusão social. Ela teve que participar e envolveu-se na organização de diversos eventos sociais, objetivando a promoção humana. Por se tratar de avanços, na sua maioria extraeclesiais, obrigou-se a se representar por peritos em temas tais como acesso à terra, diálogo religioso, missão, formação política e espiritualidade. Tais temas ainda estavam distantes dos discursos eclesiais.

Para melhor compreender a relação existente entre religião e a experiência de Dom Helder na perspectiva histórica do seu pastoreio, deve-se partir da leitura sociológica de Berger, quando evoca os temas relacionados acima, entre eles a religião como possibilidade de humanização social. Por exemplo, seu envolvimento no contexto das comunidades e igrejas, no ano de

⁶⁷ Apesar de o referencial de Igreja para a missão de Dom Helder ser a Igreja Católica, ele não pensava apenas nela. Queria aglutinar esforços, num primeiro plano, no mundo cristão e, posteriormente, em outras igrejas nas quais houvesse possibilidade de diálogo.

1954, período em que escreveu sua tese doutoral intitulada “Da seita à igreja: uma interpretação sociológica do Movimento Bahai”⁶⁸, a qual possibilita a percepção dessa ilustração na conclusão do primeiro capítulo de “O dossel sagrado”:

Pode-se dizer, portanto, que a religião desempenhou uma parte estratégica no empreendimento humano da construção do mundo. A religião representa o ponto máximo da auto-exteriorização do homem pela infusão dos seus próprios sentidos sobre a realidade. A religião supõe que a ordem humana é projetada na totalidade do ser. Ou por outra, a religião é a ousada tentativa de conceber o universo inteiro como humanamente significativo⁶⁹.

A sociologia de Berger aponta algo assimilável, especialmente quando se nota que a religião influencia os discernimentos sobre a vida. A própria vivência do indivíduo, como ser religioso, no seu contexto social, fundamenta essa influência. Pois a religião é um dos instrumentos que, cotidianamente, anima a vida. No mundo cristão, essa influência tende a ser ainda maior, por causa da experiência religiosa de cada indivíduo que se propõe ser solidário.

O professor Faustino Teixeira, no livro “Sociologia da religião”, fala sobre a teoria sociológica de Berger: “a religião vem entendida como projeção humana, baseada em infra-estruturas específicas da história humana”.⁷⁰ Berger proporciona uma leitura efetiva sobre o papel da religião na relação entre as pessoas e as instituições, que também são gestadas por pessoas, e as estratégias de apresentação religiosa de cada cristão:

Senti a necessidade de reafirmar que quaisquer colocações feitas não se referiam ao *status* último das definições religiosas da realidade. Fiz isso, em particular, onde quer que eu tenha sentido o perigo de que o “ateísmo metodológico” desse tipo de estudo pudesse ser interpretado como ateísmo *tout court*. [...] A perspectiva essencial da teoria sociológica proposta aqui é a de que a religião deve ser entendida como projeção humana, baseada em infra-estruturas específicas da história humana. Pode-se ver facilmente que, do ponto de vista de alguns valores éticos e religiosos, pode haver implicações tanto “boas”, quanto “más” para essa perspectiva. Assim, pode-se achar que é “bom” que a religião proteja os homens contra a anomia, mas que é

⁶⁸ TEIXEIRA, Faustino. **Sociologia da religião**: enfoques teóricos. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 219.

⁶⁹ BERGER, 1985, p. 41.

⁷⁰ TEIXEIRA, 2003, p. 219.

“mau” que ela os aliene do mundo, que sua própria atividade produz⁷¹.

Optou-se pela compreensão da religião como uma “proteção contra a anomia” gerando um sistema composto por um conjunto de símbolos criados no imaginário social. A realidade pode ser interpretada conforme a religião é professada, inclusive simbolicamente.

O universo simbólico, socialmente reconhecido e institucionalmente preparado, perpassa a experiência individual. Mesmo que haja uma particularidade, há uma interpretação coletiva para essa experiência. Ressalva-se a liberdade de expressar o sentido religioso da vida, mas não se prende ao sentido do religioso do outro sem que haja abertura para integração. Berger relata:

Para o indivíduo, existir num determinado mundo religioso significa existir no contexto social particular no seio do qual aquele mundo pode manter a sua plausibilidade. Onde o *nomos* da vida individual é mais ou menos coextensivo àquele mundo religioso, separar-se deste último implica em ameaça de anomia...⁷²

Essa realidade vivida pelo indivíduo, identificado como homem, pressupõe uma tarefa difícil para a sua própria interpretação. Aproximar-se dessa realidade implica compreender que o “*nomos*” é prioridade de cada grupo que se apaixona pela vida. Para isso acontecer, uma boa interpretação conjuntural é necessária aos indivíduos que se afinam no campo religioso com certa autonomia de ação.

Berger diz que a institucionalização da religião transita livremente sobre as vertentes pluralistas no contexto social da humanidade. Acena para as possibilidades de que há, na sociedade, entidades complexas oriundas da(s) religião(ões) que permitem a observação e identificação da linguagem e da autoafirmação religiosa, coincidindo com a complexidade do fenômeno religioso:

O indivíduo, na medida em que se identifica subjetivamente com o grupo, sua morte terá sentido para ele, mesmo que lhe falte o embelezamento de quaisquer legitimações “individualizadas”. Tal identificação postula, por conseguinte, uma teodiceia implícita, sem a necessidade de ulterior racionalização teórica. O protótipo desta espécie de teodiceia implícita pode ser encontrado na religião primitiva [...] há, tipicamente, não só uma continuidade

⁷¹ BERGER, 1985, p. 186.

⁷² *Ibid.*, p. 63.

entre o indivíduo e a coletividade, como também entre a sociedade e a natureza⁷³.

Berger enfatiza a relação entre religião e solidariedade, na medida em que ela recorre ao indivíduo no seu contexto de coletividade e integração social. Há naturalidade na proposta de convivência com a religião, pois é no grupo (família, comunidade, igreja e instituição) de pertença do indivíduo que evolui o sentido do que se chama de solidariedade. O que caracteriza essa pertença é a institucionalização da religião, que concretiza a realidade do *habitat* do indivíduo no seu contexto social.

Tal constatação valoriza o princípio da objetivação, na qual “um mundo humanamente produzido” é a essência da realidade humana. Portanto, a concepção de religião, em Berger, está relacionada com o indivíduo, no universo do mundo exteriorizado e compreendido pela razão de viver, partindo da experiência, individual e coletiva, imbuída de solidariedade.

2.2 A solidariedade

O conceito de solidariedade, resultante de uma experiência humanizadora das pessoas, indica caminhos para uma prática religiosa. Mas não basta somente ter atitudes solidárias. Há necessidade de expressões vivas da crença, da fé e da dimensão humana de realização espiritual e solidária. A solidariedade aponta para o tipo de sociedade a que se refere a experiência de quem a vivencia. Porém ela é resultante da relação social do homem com seu próprio grupo de vivência.

Sugere-se que a experiência humana de solidariedade seja integrada pelo desejo da nominação⁷⁴. E o ‘nomos’ é o identificador social traduzido na realidade de vivência das pessoas, nos seus respectivos grupos. Em uma interpretação simbólica da solidariedade, a religião propõe a identificação de uma prática solidária, de acordo com os valores da consciência humana e da concepção da vida. Também depende formalmente do contexto cultural e da

⁷³ BERGER, 1985, p. 73.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 32. O termo “nomos” é entendido como a função ordenadora das experiências e sentidos discretos dos indivíduos. Para Berger, a sociedade é um empreendimento de construção do mundo, ou é uma atividade ordenadora, nominizante. O vocábulo é derivado de Durkheim, a partir do conceito de anomia.

forma ordenada, vivenciada pelo indivíduo no seu modo de relacionar-se com o mundo coletivamente.

A contínua elaboração da existência do indivíduo, nos campos social e religioso, pressupõe processos de integração efetiva nos grupos de pertença. A sua permanência na construção social do mundo e da sua realidade de vida se expressa por uma resposta, ainda que utópica, para a transformação social da realidade. Diz Berger:

O mundo é construído na consciência do indivíduo pela conversação com os que para ele são significativos (como os pais, os mestres, os amigos). O mundo é mantido como realidade subjetiva pela mesma espécie de conversação, seja com os mesmos interlocutores importantes ou com outros novos (tais como cônjuges, amigos ou outras relações). [...] A manutenção dessa continuidade é um dos mais importantes imperativos da ordem social⁷⁵.

Entende-se que Berger aponta pressupostos de solidariedade, inicialmente com a ocorrência no campo familiar e, depois, nas relações externas àquele contexto. O processo de integração inclusiva é construído entre os indivíduos e o seu mundo.

A interiorização não se isola dos processos de exteriorização nem da objetivação.⁷⁶ A integração do indivíduo com o seu mundo pressupõe sua realidade social, que representa um paradigma da socialização. Berger nos ajuda a entender isso,

tanto em relação à linguagem como em relação ao mundo socialmente objetivado como um todo, pode-se dizer que o indivíduo fica 'replicando' ao mundo que o formou e desse modo continua a manter este último como realidade⁷⁷.

O homem se apresenta solidariamente, no mundo, de forma coletiva, o que o qualifica como um agente social de transformação, como propositor de ideais na perspectiva da nominação social. Embora Berger não se defina nesse campo, o olhar sociológico para com a religião, torna possível interpretar o contexto da realidade experimentada pelo indivíduo, considerando sua linguagem e sua estratégia nos processos cultural e religioso. É na relação com a religião

⁷⁵ BERGER, 1985, p. 28-30.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 31.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 32.

que o indivíduo se apropria da realidade e, nela, se apercebe de suas necessidades, entre elas, a de uma vida solidária.

2.2.1 A sociedade

O bom relacionamento entre as pessoas que vivem em sociedade pressupõe atitudes de confiança recíproca que resultam de valores humanos, entre os quais o de ser solidário. Mas a massiva expressão de confiança nas atitudes humanas pressupõe estratégias de integração e interação social. É pela convivência em sociedade que se verifica, no contexto social, a expressão mais utópica; em uma perspectiva religiosa, a chamada sociedade justa e fraterna. Se se puder estabelecer a sociedade no contexto de mundo, será acionada a premissa na qual Berger afirma que “a existência humana é um contínuo ‘pôr-se em equilíbrio’ do homem com seu corpo, do homem com o seu mundo”⁷⁸. É assim que ele identifica a relação social do homem com a concepção de mundo, em sociedade. Essa pertença ao mundo enfatiza a realidade humana do indivíduo e dialoga com a vida em sociedade. Assim, a relação com o outro implica a própria vida e o contexto de organização social.

A visualização religiosa dessa vivência em sociedade também depende dos traços da cultura, da relação com a natureza e da sua dimensão simbólica. O indivíduo se humaniza com a natureza, produzindo crenças e encontrando fontes nas diversas experiências exitosas em sua relação com o mundo, em sociedade. Teixeira auxilia nessa compreensão:

A religião é um dos sistemas fundamentais dos seres humanos. Trata-se de um “edifício de representação simbólica” elaborado pelos seres humanos, e que para eles parece elevar-se sobre a realidade da vida cotidiana, garantindo-lhe uma nomenclatura peculiar. Entendida como um empreendimento humano de cosmificação sagrada, que transcende e inclui o ser humano, a religião exerce de fato para os que a ela aderem uma ordenação da realidade, servindo de um potente escudo contra o terror da anomia⁷⁹.

A relação com a sociedade parte do pressuposto desse edifício representativo, mas com a clareza de que há ingerência do ser humano sobre a

⁷⁸ BERGER, 1985, p. 18.

⁷⁹ TEIXEIRA, 2003, p. 230.

sociedade e que ela o envolve em um sistema social. Estrategicamente, a religião afeiçoa o indivíduo e, na sociedade, ela apresenta uma confluência de opções de inserção e integração social. Mas, pela natureza da vida em sociedade, a religião imprime o caráter de legitimação dos processos humanos para a construção do mundo. E a integração das experiências geradas pelos grupos e/ou instituições que envolvem atividades humanas podem servir ao processo de superação das pessoas nos seus contextos social e histórico⁸⁰. Conseqüentemente, a eficácia da vida social e da coletiva do indivíduo está impregnada de uma ordem social. Essa ordem social o eleva na rotina e no campo existencial da vida, que se apresenta repleta de sonhos, de simbolismos e referenciais institucionais.

Em Berger, a realidade do *nomos* é apresentada como socialmente construída:

Todo *nomos* socialmente construído deve enfrentar a possibilidade constante de ruir em anomia. Visto na perspectiva da sociedade, todo *nomos* é uma área de sentido esculpida de uma vasta massa de carência de significado, uma pequenina clareira de lucidez numa floresta informe, escura, sempre ominosa.[...] todo *nomos* é um edifício levantado frente às poderosas e estranhas forças do caos⁸¹.

Indicar que essa relação com o “*nomos*” é parte da essência da vida em sociedade, implica uma chamada à solidariedade, conforme visto anteriormente. Ela é uma ajuda na compreensão das utopias humanas para a convivência dos indivíduos em sociedade. Essa é uma perspectiva da relação entre a sociedade e o mundo. É uma realidade na qual os indivíduos se apresentam solidários, pressupondo a atuação coletiva e preventiva ao caos; dessa forma, sintetiza-se a dimensão social e humana, para a qual se afirma a existência da vida.

Outra vez a religião pode servir para manter a realidade solidária do mundo. Há influências pelas quais os homens se destacam entre todas as espécies animadas da terra. Na incessante luta pela sobrevivência da espécie humana, mesmo nas dúvidas diante dos desafios externos ao seu mundo, o ser humano confia, em parte, à religião, sua identificação com o “*nomos*”. Nisso se enfatiza a possibilidade de superação do caos. Ela integra, na diversidade, muitas

⁸⁰ TEIXEIRA, 2003, p. 230-233. O prof. Teixeira faz uma descrição clara sobre a dimensão nomizadora da religião em Berger.

⁸¹ BERGER, 1985, p. 36.

frentes contrárias à anomia, e se aproxima da proposta de uma nova realidade social⁸².

Para retomar o existir do indivíduo no mundo religioso, observe-se o que diz Berger: “Para o indivíduo, existir num determinado mundo religioso, significa existir no contexto social particular no seio do qual aquele mundo pode manter a sua plausibilidade”⁸³. A teoria da plausibilidade antecipa a possibilidade de o indivíduo ter existência no contexto religioso e, sob a religião, emergir-se ou confluir-se com solidariedade entre o seu mundo, também composto de outros indivíduos. A sociedade, que se relaciona com a religião e com as pessoas, é o resultado dessa antecipação indicativa da possibilidade do “nomos”.

Toda sociedade humana, em última instância, consiste em homens unidos perante a morte. O poder da religião depende, em última instância, da credibilidade das bandeiras que coloca nas mãos dos homens quando estão diante da morte, ou mais exatamente, quando caminham, inevitavelmente, para ela⁸⁴.

Diante do poder da religião, da sua proposta de solidariedade e da possibilidade de interação social, um dos vieses para a superação do caos é o mutirão por uma sociedade mais justa e fraterna. Essa é uma bandeira dos que acreditam na ética e na justiça social como condição para a inovação social do mundo e constroem projeto de novas sociedades, onde todos caibam. A destruição das forças anômicas, próprias da condição humana, não é uma atribuição ilusória de ação na sociedade. Isso significa a transformação da sociedade, com nova dimensão social da vida, o que presume o desejo de inclusão social.

2.2.2 A práxis cristã

Nessa ótica, seria o caso de indagar se a religião é legitimadora da práxis cristã. A questão flui, naturalmente, nos organismos religiosos, com a apresentação das atitudes de solidariedade das pessoas. Mas não aparece

⁸² Contraria-se a apresentação do Professor Luiz Roberto Benedetti, quando relata suas impressões sobre Berger dizendo que ele pode ser um perigo para a “tarefa de transformação das relações sociais”. Percebe-se a sua leitura como um contributo para a Sociologia da Religião e para os estudos de Ciências da Religião.

⁸³ BERGER, 1985, p.63.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 64.

claramente essa legitimação. Todavia, nas entrelinhas de todos os processos, se houver instituições religiosas por trás das atitudes e de seus resultados, sem dúvida, a religião legitimará a ação, considerando os princípios do evangelho e da ética cristã.

Ao afirmar a religião como legitimadora, Berger indica que os discursos legitimadores sustentam a construção do mundo pelo homem. Mas a legitimação, por si só, não garante a manutenção do mundo e sua infalibilidade diante do 'caos'. Pensando em sua manutenção, a sociedade deve precaver-se, minimamente, de uma estrutura e organizar sua ação solidária, característica da prevenção contra a 'anomia' e valorativa do 'nomos', que concretiza a realidade do ser humano no contexto histórico e solidário a que se propõe como realidade objetiva. Os processos sociais articulam-se ao ritual religioso e devem ser estabelecidos numa base socioestrutural que se imprima com o caráter de plausibilidade⁸⁵. Mesmo com essa interpretação, achamos que Berger não desenvolveu uma teoria sobre a práxis cristã, embora enfatize, em sua análise sociológica, a possibilidade de existir o compromisso do indivíduo com a filosofia cristã.

A perspectiva da análise sobre inclusão social, ainda que seja um tema complexo e abrangente, apresenta uma relação com a teoria da plausibilidade. Tudo é consequência de um mundo, de uma determinada 'sociedade', de uma realidade social. Porém a devida integração nessa realidade pressupõe uma assimetria com a essência da vida do indivíduo na sua particularidade, ou na sua coletividade. Por isso, a resposta dada pelos indivíduos, na sua relação religiosa, traduz uma experiência concreta de vida.

Pode-se dizer que, mediante uma ação solidária dos indivíduos que agem a partir de critérios cristãos, envolvidos em uma prática de intervenção social, com a noção de dever compromissado com o projeto de Jesus Cristo, se afirma uma práxis. Através da religião, há a possibilidade de interagir com a realidade e induzir-se em alternativas plausíveis de práxis, à luz da corresponsabilidade entre as pessoas, com o processo de transformação da realidade.

⁸⁵ KAWAUCHE, Thomaz. **A religião no Brasil do século XXI: uma análise bergeriana**. p. 2. artigo acessado na internet, Revista Espaço Acadêmico - www.espacoacademico.com.br -, em 17 de março de 2011.

Berger afirma que “o mundo do homem é imperfeitamente programado pela sua própria constituição. É um mundo aberto – mundo a ser modelado pela própria atividade do homem”⁸⁶. Há nele uma dialética na relação homem X mundo, resultando na dualidade da existência do indivíduo no mundo. A instabilidade humana perante a sociedade provoca, nos seus atores, o caráter de identificação com o processo de transformação do mundo. Essas transformações indicam as mudanças de paradigmas que revolucionam o pensamento do indivíduo, arguido da sua própria existência no universo.

O mundo é constituinte de um *nomos*, tanto objetivo como subjetivo. Nele o indivíduo está socialmente inserido pela atividade de sua construção processual. Ao mesmo tempo, é constituído de simbolismos, o que implica a intervenção humana sobre a própria realidade de mundo, o *habitat* singular do(s) indivíduo(s). O diferencial dessa relação está na identificação do homem com tal realidade nômica. Sua existência resulta da persistência da identidade de um ser social, diante do mundo ordenado e equilibrado para uma sociedade que se imponha, à custa da própria vida, em favor da “nomia” social⁸⁷.

A partir dessa visão de “nomia” social, esta leitura foi feita sobre as instituições, de caráter religioso, geridas por representantes das sociedades e das igrejas, como instrumentos de prática da solidariedade. O problema é entender a sociedade com a inserção de instituições que proferem discursos legitimadores de uma realidade, envolvendo o universo da religião e da solidariedade. Por isso, a religião pode contribuir, ou não, para que a estrutura de plausibilidade lhe seja identificada como alternativa de confirmação da sua integração social.

Há muitas questões sobre a práxis cristã que se afirmam como respostas dogmáticas, mas plausíveis à realidade humana. As atividades resultantes de iniciativas religiosas, permeadas por campanhas beneficentes e por promoções de favores entre comunidades próximas, podem ilustrar essa situação de plausibilidade no contexto da solidariedade entre as pessoas e na relação com o mundo em que vivem. Mas nem sempre essas ações caracterizam a práxis solidária cristã; tornam-se, muitas vezes, apenas atitudes legitimadoras do seguimento evangélico, que somente insinua o testemunho da partilha do pão.

⁸⁶ BERGER, 1985, p. 18

⁸⁷ *Ibid.*, p. 35

O poder simbólico da distribuição de bens pode ser, também, um instrumento da legitimação de ideias das lideranças religiosas, que se articulam em nome da supremacia de Deus. E os indivíduos beneficiados recebem as doações com a informação de que se trata de uma iniciativa cristã. Com o seu perfil de vida, podem até acatar o discurso da caridade própria de uma instituição... Mas, podem também refutar a atitude de pura assistência, sem nenhuma garantia da legitimidade do princípio religioso da caridade. Trata-se de uma relativa autonomia para o discernimento, o que também caracteriza a estrutura de plausibilidade para sua vida e para a realidade de mundo, diante do contexto eclesial dos que agem, provavelmente, em nome de uma religião.

Na concepção de mundo do autor, o indivíduo, a partir do momento em que adota as implicações da relação entre religião e solidariedade, deve ser ativo nas mudanças da sua realidade social e cotidiana. Quando assume tal postura, ele não espera, somente de fora, aquilo que almeja para transformar a realidade. Ao contrário, age e revoluciona o mundo, valorizando-se a si e aos outros, em uma inserção equilibrada com a natureza, com a cultura, com a ética e com os saberes que lhe preservam a vida. Como plausível à ordem social, está o impacto pela manutenção do 'nomos' como um dos imperativos essenciais de engenharia social⁸⁸.

Daí, a afirmação de que a filosofia religiosa soma com as instituições eclesiais ou que têm o caráter associativo das igrejas⁸⁹, legitimando a relação do indivíduo com o seu mundo e o mundo dos outros. Há de se concordar com Teixeira sobre a visão de Berger acerca do conceito da religião como 'sistema de símbolos'. Ele mesmo afirma que "a religião consiste na ousada tentativa de conceber o universo inteiro como humanamente significativo"⁹⁰.

Assim, a teoria da estrutura de plausibilidade é essencial para superar qualquer misto ideológico no propósito de poder das lideranças que agem solidariamente, referenciadas na sua prática religiosa.

⁸⁸ TEIXEIRA, 2003, p. 227.

⁸⁹ Nessa afirmativa, é possível referir-se a muitas fundações, associações, movimentos e instituições diversas, entre elas, as que foram fruto da iniciativa de Dom Helder: Cruzada São Sebastião, Banco da Providência etc.

⁹⁰ TEIXEIRA, 2003, p. 230.

2.3 A estrutura de plausibilidade

No mundo pluralista moderno, é complexa a inserção do tema práxis cristã. Há diversas experiências de solidariedade, de propostas de inclusão social e de ações de caridade, nas quais a origem criativa é encontrada a partir da identidade religiosa. Portanto, a estrutura de plausibilidade mapeia onde a práxis cristã pode acontecer. Com essa compreensão é que a práxis cristã se apresenta, como uma perspectiva de interpretação, plausível nas atuações e resultados dos trabalhos de Dom Helder. Isso se relaciona com o que se observa nas supracitadas obras de Berger: um constante movimento de (re)construção e de (re)integração social, para a identificação, no campo religioso, da realidade de vida dos indivíduos em sociedade.

É possível concordar que a religião é legitimadora dos processos estruturantes da inserção do indivíduo no contexto social e na relação com o cosmos. A práxis cristã e, conseqüentemente, a atividade do cristão no universo religioso estão intrinsecamente relacionadas à teoria da plausibilidade. Nisso consiste, também, a institucionalização do mundo católico – do qual Dom Helder foi um dos líderes – a uma noção de plausibilidade, com a perspectiva da formação social da Igreja⁹¹. É importante afirmar que a instituição é uma referência reveladora e agregadora da prática humana como experiência da vivência do ser cristão. No universo simbólico, o indivíduo relaciona a sua criação com o mundo e com uma visão heterogênea e não objetiva da realidade. Ao contrário, a realidade subjetiva depende das estruturas de plausibilidade e legitimam-se pela religião.

Na relação entre a vivência da religião e a prática da solidariedade, pode ser integrada a realidade subjetiva do mundo. Pode-se, então, afirmar que, quando há um grupo empenhado na resolução de um conflito social, exige-se, como resultado, a prática da solidariedade. No mundo moderno, o uso da solidariedade como mediadora dos conflitos sociais propõe um caráter civilizatório que se mune da positividade na interação com a conjuntura social e passa a tratar da solidariedade nas relações grupais, pressupondo a superação das forças objetivas opostas. Ou seja, é estabelecida uma relação de bem comum, através

⁹¹ TEIXEIRA, 2003, p. 135.

da solidariedade. Essa realidade é analisada como plausível no contexto religioso, sem considerarmos ilusão pensar dessa forma. Há intencionalidades por trás das estruturas de plausibilidade que implicam mudanças de paradigmas, inclusive da própria concepção da vida dos indivíduos, provocando sinergia no modo de ser cristão.

Nas discussões acerca da relação entre religião e solidariedade e suas implicações para a práxis cristã, identifica-se que as estruturas de plausibilidade estão nas iniciativas da(s) Igreja(s) que, por sua vez, criam instâncias e extensões institucionais, que são modelos para a realização de atividades sociais. As atividades sociais representam, então, uma assimilação da práxis cristã agindo sobre a realidade que poderá vir a ser transformada.

Essas instituições constituem-se em vias para práticas de inclusão social, mesmo em se considerando o universo pluralista no qual se inserem as religiões e a diversidade de crenças; estas, a partir da opção por um modelo de igreja, obrigam-se com a integração de iniciativas solidárias que revertem em “nomia” e ações de inclusão social. Assim, concebem o mundo, nesse processo histórico, com suas definições sociais de realidade sujeitas à estrutura de plausibilidade. Diz Berger:

A questão da plausibilidade refere-se aqui ao reconhecimento subjetivo de um sentido global “por trás” dos motivos do indivíduo e de seus semelhantes, motivos predominantes no que diz respeito à situação, mas apenas parcialmente institucionalizados, tal como acontece na relação do chefe e do sacerdote, do pai e do comandante militar, ou até, no caso de um mesmo e único indivíduo, do pai, que é também comandante militar de seu filho, consigo próprio. Isto, pois, é um nível “horizontal” de integração e plausibilidade, correlacionando a ordem institucional total com vários indivíduos que participam dela em diferentes papéis, ou com vários processos institucionais parciais de que um único indivíduo pode participar em qualquer momento dado⁹².

A estrutura pode ser plausível para o indivíduo, mas o seu mundo o envolve nas questões reais da própria vida. Isso também vale para a caminhada cristã, através da qual o homem se aproxima das ciências da religião tentando compreender uma realidade de mundo em dado contexto religioso. Uma realidade

⁹² BERGER, Peter ; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 127.

plausível de interpretação, mas cuja veracidade dificilmente se atesta, inclusive por causa de sua natureza socialmente mutante.

Sob o aspecto religioso, as instituições se põem como estrutura plausível para uma resposta de fé, de caráter social e de assistência à vida. As instituições são presença e sustentáculo de muitas iniciativas de inclusão social; mas, o próprio Berger, em sua obra “A construção social da realidade”, afirma que a estrutura de plausibilidade pode ser uma possível resposta às dúvidas sobre a realidade institucional. Não há perfeição na estrutura de plausibilidade, mas as iniciativas criadas para complementar a identificação do indivíduo com os processos sociais, especialmente no catolicismo, dão legitimação à estrutura. Como cidadão, uma resposta do indivíduo que crê em algo novo representa a fé no discernir da sua relação com o mundo. A busca pela religião, ou por um vínculo institucional, muitas vezes complementa o sentido da sua inserção no próprio mundo⁹³.

De acordo com a sociologia do conhecimento, de Berger, a teoria da plausibilidade caracteriza uma possível prática de integração da relação humana com a complexidade da vida no mundo. Teixeira, em seu texto sobre sociologia da religião, fala sobre tal percepção social de Berger:

Para Berger, é a percepção da sociedade como realidade objetiva que favorece ao ser humano um mundo para habitar. Trata-se da afirmação de um quadro referencial como plausibilidade coletiva. [...] a própria vida do indivíduo só aparecerá como objetivamente real, a ele próprio e aos outros, localizada no interior de um mundo social que tem o caráter de realidade objetiva⁹⁴.

Esse mundo, habitado por muitos indivíduos, não é espaço de somente uma instituição-estrutura, mas de muitas. Cada indivíduo que se relaciona com a realidade institucional do mundo se depara com a complexidade de desafios para a superação dos sinais de anomia. Por isso, a evocação de um processo de legitimação que aglutine esperanças de um mundo melhor, portador de benefícios sociais para homens e mulheres, depende também das respostas dadas em seu cotidiano de vida, entre elas, as da religião.

⁹³ BERGER, 1996, p. 67-84.

⁹⁴ TEIXEIRA, 2003, p. 223-224, e também BERGER, 1985, p. 26.

Continuando a análise sobre práxis cristã e plausibilidade, destaca-se, como Teixeira notifica, que o termo plausibilidade trata de um conceito fundamental, segundo Berger, o que confirma exposições anteriores:

Uma das proposições fundamentais da sociologia do conhecimento é de que a plausibilidade, no sentido daquilo que as pessoas realmente acham digno de fé, das idéias sobre a realidade, depende do suporte social que estas idéias recebem. [...] Para que uma concepção de mundo permaneça aceitável para o sujeito, é necessário que o mesmo permaneça inserido numa 'estrutura de plausibilidade' que reforce, mediante a conversa, a afirmação deste mundo⁹⁵.

O universo que cerca o indivíduo é composto de ideais e sinais resultantes de uma reflexão aprofundada e de respostas esboçadas pelo ser humano. Não se pode fazer a verificação de uma práxis com um olhar ingênuo sobre a realidade. A possibilidade de retratar a realidade da vida social de um indivíduo, com suas atitudes e valores, muitas vezes é esquecida na essência de sua relação com a própria sociedade. Nisso consiste a possibilidade de haver a conversação⁹⁶ no mundo socialmente construído por mãos humanas.

É interessante observar, em Berger, que ele aponta como

objeto da sociologia do conhecimento, não somente a multiplicidade empírica do conhecimento nas sociedades humanas, mas também nos processos pelos quais qualquer corpo de conhecimento chega a ser socialmente estabelecido como realidade⁹⁷.

Ignorar esses processos significa agir aleatoriamente, sem se perceber o contexto sociológico da vida humana e sem preservar os caminhos com que cada indivíduo se põe no universo, com suas práticas e crenças singulares. Na singularidade social de cada indivíduo, há um substrato de cultura, religiosidade e de valores perceptíveis no grupo de pertença.

A percepção de que a análise sobre religião e solidariedade pode ser interpretada a partir da teoria da plausibilidade, considera a identificação institucional na realidade e a pertença ao mundo. A própria sociedade, em si

⁹⁵ BERGER, 1985, p. 223 – nota 10.

⁹⁶ TEIXEIRA, 2003, p. 225 - Nota 14: No quadro teórico de Berger, os termos “conversa” ou “aparelho de conversa” encontram um lugar de destaque. Em sua visão, é mediante a conversa, tomada “no sentido mais vasto do termo, que construímos e fazemos prosseguir nossa visão sobre o mundo.” BERGER, 1996, p. 66. BERGER ; LUCKMANN, 1985, p. 202-204. BERGER, 1985, p. 29-30.

⁹⁷ TEIXEIRA, 2003, p. 221; e Id. A construção social da realidade, p. 13-14 e 30.

mesma, torna plausível a relação com o grupo pela integração social. No caso em análise, a partir de uma instituição da Igreja Católica, que, sobressaindo-se no cenário efervescente dos movimentos sociais e das inúmeras oportunidades de mudança de paradigmas, concretizou essa possibilidade. E as estruturas criadas, como as entidades religiosas ou as entidades a elas conexas, geram impactos nas ações de inclusão e abrigam a objetividade da realidade humana.

O capítulo seguinte versa sobre a experiência da Cáritas Brasileira, como institucionalização da práxis cristã, aludida à religião e à solidariedade, como incentivo para a intervenção eficaz do indivíduo na realidade, especialmente no campo religioso brasileiro, que envolveu diretamente a estrutura da plausibilidade aplicada em um formato eclesial. Através de iniciativa de Dom Helder, então Secretário-geral da CNBB, a Igreja do Brasil descobriu caminhos para interagir com os processos sociais, inserindo novos projetos que visavam ao mundo cristão, dentro e fora da Igreja.

3 A FUNDAÇÃO DA CÁRITAS BRASILEIRA

A Cáritas Brasileira, em seu meio século de existência, tem prestado extraordinários serviços ao povo brasileiro, sobretudo aos mais desvalidos.

Paul Singer

Um dos sonhos de Dom Helder era a erradicação da miséria no mundo. Uma das formas de lutar pela concretização de tal sonho se deu com a fundação da Cáritas, no Brasil, em 1956⁹⁸. A experiência da Cáritas, já conhecida por ele, teve sua primeira organização na cidade de Friburgo (Alemanha), em 1897, e já estava organizada em diversos lugares como a Suíça (1901), a Áustria (1903) e os Estados Unidos (1910). Daí por diante, a instituição, com seu trabalho de campanhas e distribuição de donativos, expandiu-se para outras nações devido à experiência positiva de sua atuação, sobretudo quando ocorriam emergências nos países e a Igreja se mobilizava para prestar ajudas solidárias⁹⁹.

As conjunturas política e eclesial do Brasil, na década de 50 do século passado, ofereceram desafios para a recém-fundada CNBB e para os movimentos sociais, que necessitavam da existência de entidades cujos perfis englobassem características como a solidariedade e a iniciativa popular.

A realidade de fome e miséria em que se encontrava grande parte da população brasileira exigia soluções. Apareceu, também, o desafio para receber e distribuir alimentos oriundos dos Estados Unidos. A Igreja Católica americana, através da Catholic Relief Services – CRS, ofereceu ao Brasil um excedente de alimentos existente nos Estados Unidos após a Segunda Guerra¹⁰⁰. Tal oferta iniciou uma nova fase de ação solidária da Igreja no Brasil. A CNBB aceitou o desafio e se responsabilizou pela distribuição, nas dioceses brasileiras, entre as pessoas em situação de fome. Cita-se, como ilustração, a informação contida no

⁹⁸ Embora até esse momento não tenha sido localizado o documento formal da fundação da Cáritas Brasileira, adotamos, neste trabalho, a referência assumida pela própria instituição: 12 de novembro de 1956.

⁹⁹ 50 anos – Cáritas Brasileira: solidariedade pela vida. **Revista especial comemorativa**, 2006. p. 44.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 3.

Comunicado Mensal da CNBB, do mês de junho de 1956, sobre algumas atividades da Caritas Brasileira:

A Caritas Brasileira, um dos órgãos do Secretariado Nacional de Ação Social de nossa Conferência, informa que, pela generosidade do povo americano, por intermédio de seus Exmos. Bispos, recebemos, em 1956, pelo porto do Recife: “Loide Haiti”, 16.630 ks de leite e 21.773 ks. de queijo; “Loide México”, 21.773 ks. de queijo; “Loide Panamá”, 31.135 ks de queijo. Esse material se destina, além da Arquidiocese de Olinda e Recife, às Arquidioceses e Dioceses do Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Alagoas e Pernambuco (exceto Petrolina que prefere receber via Salvador)¹⁰¹.

Outros dados foram encontrados: “Chegavam 87 mil toneladas de alimentos ao ano, o que significavam, à época, 24 milhões de dólares, atendendo a 3,5 milhões de pessoas em todo o país”¹⁰². Antes de chegar às comunidades destinadas, as doações implicavam despesas para transportá-las: “O governo americano arcava com o frete até a entrada dos donativos no Brasil, mas a distribuição interna era paga por quem recebia. Apesar de a Cáritas ser isenta das tarifas alfandegárias, cada Cáritas Diocesana se organizava para pagar o transporte”¹⁰³.

Inicialmente, houve dúvidas e posturas reticentes por parte dos bispos e de outros agentes da Igreja Católica sobre o recebimento ou não dos alimentos vindos dos Estados Unidos¹⁰⁴. Diante da conjuntura política da época, a aceitação poderia parecer um comprometimento da Igreja do Brasil a uma subserviência para com a estadunidense. Além disso, outros componentes estavam relacionados: “Um dos objetivos da distribuição de alimentos também era neutralizar, no campo ideológico, iniciativas que estimulavam o anti-americanismo, tentando reconstruir uma relação de confiança e simpatia com os EUA”¹⁰⁵.

Na visão do sociólogo Ivo Poletto, “a Cáritas faz a gestão de um programa que tem componentes contraditórios que não dependem das intenções

¹⁰¹ CNBB. Comunicado Mensal. Junho/1956. n. 45.

¹⁰² 50 anos – Cáritas Brasileira: solidariedade pela vida. **Revista especial comemorativa**, 2006. p. 5.

¹⁰³ *Ibid.*

¹⁰⁴ CNBB. **Cáritas Brasileira**: 50 anos promovendo solidariedade. São Paulo: Paulus, 2006. p. 45-46 (Estudos da CNBB, n. 92).

¹⁰⁵ 50 anos – Cáritas Brasileira: solidariedade pela vida. **Revista especial comemorativa**, 2006. p. 6.

das pessoas que o executam e nem do organismo eclesial”¹⁰⁶. A polêmica gerada, embora citada, não é objetivo de análise dessa dissertação. Em solidariedade com as dioceses e comunidades que estavam em situação de fome, Dom Helder, mesmo que, com críticas pessoais à atitude estadunidense, aceitou a oferta e organizou a infraestrutura para receber os contêineres por meio dos quais as doações americanas foram feitas. Em vista à execução de tal tarefa, convocou a Comissão de Ação Social da CNBB para receber os donativos.

Faltando informações mais precisas acerca do envolvimento de Dom Helder, conforme referências já feitas neste trabalho sobre a escassez de fontes primárias específicas sobre a Cáritas, analisou-se o que há disponibilizado nos documentos, informativos e depoimentos já publicados nos arquivos da CNBB, da Cáritas, da Cruzada São Sebastião e do Banco da Providência. A partir da pesquisa realizada, concluiu-se que a ideia de fundar a Cáritas passou por longos debates dentro da própria CNBB. Ela se obrigou a organizar a infraestrutura necessária a uma Igreja em solidariedade, a partir do desafio da distribuição de alimentos, isso pelo menos em seus primeiros anos de ação.

3.1 *O início da Cáritas no Brasil e a missão de solidariedade*

A visão de Dom Helder sobre a sociedade e o mundo era ampla e propositiva. Diante das fragilidades do povo, ousava buscar possibilidades de interação da Igreja com a sociedade. Criativo e audaz, procurou lideranças civis, os bispos e a própria Comissão do Secretariado de Ação Social da CNBB¹⁰⁷ para estudar estratégias de articulação da Igreja no Brasil, visando a superar a pobreza e buscar auxílio para as pessoas em situação de miséria. A doação americana apenas estimulou e fortaleceu a percepção de que era necessária uma organização mais sólida e solidariamente comprometida com os mais excluídos da sociedade.

Dom Helder, juntamente com

¹⁰⁶ *Ibid.*

¹⁰⁷ A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil foi instalada em reunião extraordinária dos bispos, entre os dias 14 a 17 de outubro de 1952, tendo como primeiro Secretário, *ad hoc*, Dom Helder Camara. Cf. Ata registrada no livro 'E', número três, de Documento Integral de Pessoas Jurídicas, do Cartório de Pessoas Jurídicas da cidade do Rio de Janeiro.

a maioria dos bispos, recentemente organizados na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, considerou positiva a oferta dos alimentos do governo estadunidense, que começaram a chegar desde 1954 e estavam sendo distribuídos pela Fundação Leão XIII e pela Conferência dos Religiosos do Brasil. Eram enviados através da CRS – a Cáritas nacional de lá. Diante disso, Dom Hélder, então Secretário da Conferência Episcopal brasileira, deu andamento à proposta do Secretário da nascente Caritas Internationalis no sentido de organizar a Cáritas Brasileira¹⁰⁸.

Eles conheciam a experiência da *Cáritas Internationalis* e tinham informações sobre a experiência de algumas dioceses dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso referente a atividades de distribuição de alimentos com as parcelas mais pobres da população, a CNBB, em sua 3ª Assembléia Geral, que aconteceu em Serra Negra – SP, nos dias 10 a 12 de novembro de 1956¹⁰⁹, aprovou a Fundação da Cáritas Brasileira¹¹⁰.

Para concretizar isso, na primeira deliberação do comunicado mensal de nº. 40, da reunião do Secretariado Nacional de Ação Social, realizada em janeiro de 1956, encontra-se o seguinte registro:

Criação da Comissão de Obras Sociais (Charitas Brasileira) com a finalidade de planejar, executar e fiscalizar a justa distribuição dos auxílios da National Catholic Welfare Conference e de outras entidades internacionais às obras sociais católicas, de acordo com as necessidades das populações menos favorecidas do Brasil¹¹¹.

De fato, a distribuição de alimentos já acontecia entre as dioceses. Todavia, essa não era a única preocupação de Dom Helder ao propor a criação da Cáritas. Tinha um propósito mais arrojado para a Igreja do Brasil: o de promover a inclusão social, mesmo que através da distribuição de alimentos ou de quaisquer atividades assistenciais.

No capítulo anterior, fez-se referência a uma de suas utopias: “Um mundo sem miséria é possível”. Sendo um homem que acreditava no mutirão pela superação da fome e da miséria, inseria, em cada discurso, em cada poesia, em cada contato social, temáticas reveladoras da sua estima pelo pobre e da sua luta

¹⁰⁸ CNBB - Cáritas Brasileira... 2006, p. 46.

¹⁰⁹ Ata da 3ª Assembléia Geral da CNBB, 10 e 11 de novembro de 1956, em Serra Negra – SP e do Secretariado Nacional de Ação Social – tópico de informações – p. 104 e 105. Arquivo CNBB, Brasília.

¹¹⁰ CNBB. Cáritas Brasileira... 2006.

¹¹¹ COMUNICADO mensal do Secretariado Nacional de Ação Social da CNBB nº. 40. Janeiro de 1956. Arquivo CNBB, Brasília. p. 2.

em favor da inclusão das pessoas para a existência de um mundo mais fraterno e justo. Porém não agia sozinho, sempre buscava opiniões e apresentava as ideias e estratégias que acreditava serem de interesse da Igreja e do povo. A partir de sua insistência, fruto de arraigada convicção evangélica, conseguiu que os primeiros objetivos da Cáritas Brasileira fossem: 1º. articular, em plano nacional, todas as obras sociais católicas ou de inspiração católica; 2º. planejar, executar e fiscalizar a distribuição dos donativos do povo americano ao brasileiro, através da CNBB¹¹².

Verificou-se que, através desses objetivos, houve a ampliação da responsabilidade e da missão da Cáritas, que não se restringia à distribuição de alimentos ou de quaisquer donativos. A intervenção de Dom Helder junto à primeira Comissão, presidida por Dom José Vicente Távora¹¹³ e assessorada por alguns padres, entre os quais Irineu Leopoldino de Souza¹¹⁴, e por um Conselho Técnico, surtiu efeitos sociais que levaram aquela comissão a olhar para a realidade e para o caráter social da Igreja Católica¹¹⁵.

Tal experiência legitimou o sonho de Dom Helder. Defendeu, com insistência, a prática de atividades coletivas como método mais eficaz para fazer o melhor para a vida das pessoas e da Igreja. Essa realidade foi por ele vivida e testemunhada através das instituições que criou. No caso particular, como evidencia a documentação, a fundação da Cáritas Brasileira implicou, na prática, fazer a aproximação dos temas religião e solidariedade e possibilitar vivências dela decorrentes.

Esses temas apontam para as diversas possibilidades de verificar como a inclusão social pode ser plausível na Igreja. Isso acontece através de Instituições como a Cáritas que, assumindo a efetivação de uma caridade libertadora, se caracteriza pela ação solidária enquanto aglutina a espiritualidade do serviço, da ética e da valorização da vida.

¹¹² Ata da 3ª Assembléia Geral. op. cit. p. 104-105. A Cáritas Brasileira era um dos setores do Secretariado Nacional da Assistência Social da CNBB. Os outros setores eram a Comissão de Colonização e Imigração, a Comissão para o Bem-Estar Rural, a Comissão de Relações Internacionais e a Procuradoria.

¹¹³ José Vicente Távora (1910-1970). Bispo auxiliar do Rio de Janeiro (1954-1960) e Arcebispo titular de Aracaju, desde 1960. Exerceu o cargo de Presidente do Movimento de Educação de Base (MEB) e foi amigo pessoal de Dom Helder.

¹¹⁴ Irineu Leopoldino de Souza. Sacerdote salesiano, liderou um movimento pela fundação da CRB (Conferência dos Religiosos do Brasil), da qual foi o primeiro secretário.

¹¹⁵ COMUNICADO mensal... 1956, p.2.

Dom Helder defendeu a instituição religiosa como um dos instrumentos possibilitadores de promoção humana. Ele viabilizou algumas obras sociais da Igreja, sempre na perspectiva de reverter a realidade das comunidades, movido pela ânsia pessoal de construção coletiva do tão sonhado “mundo novo”. Com a fundação da Cáritas, estabeleceu-se uma meta para a evangelização social, que foi agregada pela CNBB com a perspectiva de prestar assistência, através dos bens materiais, sem dissociá-los dos bens espirituais. Desde o início, a iniciativa apontava para a inclusão social¹¹⁶.

O foco da missão da Cáritas Brasileira é a solidariedade permanente entre as instâncias diocesanas, a maioria delas com comunidades repletas de pessoas carentes de assistência e de justiça social. Algumas iniciativas de Dom Helder ambicionavam a indicação de sinais concretos de uma missão voltada para a práxis cristã, através da *Charitas*¹¹⁷. A documentação parece afirmar que ela cumpriu a finalidade de a Igreja no Brasil prestar assistência social entre os mais pobres¹¹⁸.

O caráter ideológico e alvissareiro de uma nova construção social e política, que caracterizaram as décadas de 1950 e 60, foram marcantes no cumprimento inicial da missão da Cáritas. A sua essência alicerçou-se na fundamentação religiosa para uma possível práxis assistencial. O universo religioso institucional apresentou, no período, novos protagonistas, e eles introduziram conceitos oriundos também da ótica de uma dimensão humana. Os métodos populares de pastoral, incluindo os movimentos sociais, traziam, para parcelas dos fiéis e pastores católicos brasileiros, a inserção de um novo modelo eclesial: o de uma Igreja comprometida com os excluídos socialmente. Naquele período, a Igreja paulatinamente passou a focar suas propostas nas ações voltadas para a assistência social aos mais desvalidos.

¹¹⁶ Isso teve consequências para a caminhada eclesial das pessoas. Foi necessário discernir sobre o que é possível aos indivíduos na vida e na realidade social, para seguir a proposta institucional da organização de prestar assistência social às famílias em situação de fome e miséria. Por isso, as noções de legitimação e da teoria da plausibilidade, vindas da formulação de Peter Berger, relacionam-se às assertivas de Dom Helder em sua proposta de articulação com o mundo dos pobres.

¹¹⁷ Nome latino introduzido quando da formatação da instituição na assembléia da CNBB. Posteriormente, em 1962, passou a ser conhecida como Cáritas Brasileira.

¹¹⁸ COMUNICADO mensal ... 1956, p. 2.

3.2 A relação histórica da Cáritas com a Igreja no Brasil

Até chegar à fundação da Cáritas Brasileira, é necessário observar alguns importantes passos efetuados pela Igreja e conhecer a experiência de Dom Helder no processo, desde a década de 1940. Sem esquecer a sua história como padre, cabe analisar sua caminhada na conquista da confiança do episcopado brasileiro. As autoridades eclesiais lhe davam tarefas de articulação e de representação da Igreja, no Brasil e no exterior, e, por acreditarem na sua capacidade de discernimento, sempre era consultado sobre os principais temas de interesse da Igreja¹¹⁹.

A aceitação dos desafios revela uma das características do Padre Helder: a obediência à Igreja e aos seus superiores. Essa disponibilidade lhe deu maior crédito junto a Dom Carlos Chiarlo, então Núncio Apostólico no Brasil. Destaca-se que a missão de um Núncio é também a de cuidar da relação entre os bispos brasileiros e o Vaticano. Tendo o Pe. Helder como um de seus interlocutores/conselheiros, muitas vezes o Núncio lhe confidenciou suas preocupações com a pastoral da Igreja. Dom Helder, por sua vez, de alguma forma apresentou ao Núncio sugestões para a ação dos bispos, especialmente no tocante às atividades de formação.

Nas diversas vezes em que esteve em eventos promovidos pela Nunciatura apostólica no Brasil e em outros lugares, como na cidade de Roma, ele portava-se como emissário da experiência da Igreja no Brasil e na América Latina¹²⁰. A fama do Pe. Helder como pastor inovador na pastoral e criativo em suas exposições, textos e na oratória persistente em favor de uma Igreja mais comprometida com os pobres, rendeu-lhe a indicação ao episcopado. O seu carisma já ressoava em âmbito internacional.

Enquanto o Pe. Helder articulava-se junto aos bispos pela fundação da CNBB, já corria nos bastidores a possibilidade de ele ser indicado para o episcopado¹²¹. Além do perfil inovador, foi também credenciado pela sua história

¹¹⁹ PILETTI ; PRAXEDES, 2008, p. 138-139.

¹²⁰ *Ibid.*, p. 153-159.

¹²¹ Helder Pessoa Camara nasceu em Fortaleza, em 1909. Foi ordenado sacerdote em 1931 e ascendeu ao episcopado em 1952.

como padre. Era considerada a coerência da sua vida, pois em diálogo “com o ideal de superação da pobreza, inspirado no Sermão da Montanha, tornou-se símbolo da Utopia, por um mundo mais fraterno”¹²². A sua consagração episcopal, a partir da própria posição que a Igreja e a sociedade conferem aos bispos, deu-lhe mais credibilidade para concretizar seus ideais de inclusão social. Isso também fez com que seus observadores – bispos, padres e leigos – superassem as reminiscências do anterior envolvimento do Pe. Helder com a corrente integralista e afastassem a ideia da existência de uma aproximação com Plínio Salgado, que, desde 1930, era destacado mentor daquela filosofia política.

Aos 20 dias do mês de abril de 1952, Dom Jaime de Barros Câmara, então cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, conseguiu da Santa Sé a aprovação e eleição de Padre Helder ao episcopado e a sua nomeação como bispo auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Dom Jaime adquiriu um parceiro para a condução da Igreja do Rio e lhe confiava as iniciativas de formação e representação junto ao Estado brasileiro¹²³.

Dom Helder escolheu *In manus tuas* como seu lema episcopal, por sugestão do monsenhor José Vicente Távora. Ele mesmo assim escreveu:

Só Tu/ E mais ninguém/ Me poderias soprar/ Lema tão feliz,/ Que resume, a cada instante,/ Minha miséria total/ E minha riqueza em tuas mãos./ Nada peço e nada recuso./ Não ouso e nada temo./ Decides por mim./ Ages por mim.// Tenho a confiança de dizer-Te/ Que uma das homenagens mais puras/ Que Te presto/ É aceitar, a cada instante,/ Não ver um palmo diante dos olhos./ Que rumo tomará minha vida?/ Que sucederá em cinco anos?/ Em um ano?/ Em uma tarde?/ Em uma hora?/ Em um segundo?¹²⁴

O versículo da carta de São Paulo aos Romanos, “esperando contra toda esperança” (Rm 4, 18), também era fonte de inspiração para sua vida. Como Abraão, viveu intensamente esse lema:

Seu ministério episcopal foi marcado pelos sentimentos de Jesus que ‘vendo numerosa multidão, teve compaixão, porque eram como ovelhas sem pastor (Mc 6, 30-34)’. [...] Mas, com certeza, muitas vezes vieram à mente e ao coração de Dom Helder as palavras do salmista que cantamos no salmo responsorial: ‘Ele me guia no caminho mais seguro, pela honra do seu nome. Mesmo

¹²² BARROS, Raimundo Caramuru; OLIVEIRA, Lauro de. **Dom Helder**: o artesão da paz. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009. p.19.

¹²³ Até meados da década de 60, o Rio de Janeiro era a sede administrativa política do Brasil. Portanto, todas as atividades nacionais giravam em torno da capital carioca.

¹²⁴ PILETTI ; PRAXEDES, 2008, p.165.

que eu passe pelo vale tenebroso, nenhum mal eu temerei. Estais comigo com bastão e com cajado, eles me dão segurança!’ (SI 22)¹²⁵.

Como visto no primeiro capítulo, a história do período de 1952 a 1964 é repleta de acontecimentos que envolveram a Igreja, seus pastores e demais lideranças. Todos se envolveram, destacadamente, em atividades de cunho político, pastoral e de mobilização em favor da renovação apostólica e da construção de uma igreja que passava a ter a ambição de estar mais próxima dos pobres. O Rio de Janeiro, palco e cenário daquele período, abrigava a capital federal e todo o centro das atenções comerciais, políticas e de articulação internacional, inclusive da Igreja.

Em tal cenário, na década de 1950, três importantes instituições iniciaram suas trajetórias: a CNBB, em 1952; a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), em 1954; a Cáritas Brasileira, em 1956. Ao mesmo tempo em que avançava a criação das estruturas religiosas, segundo Raimundo Caramuru e Lauro de Oliveira, houve também uma reaproximação da Igreja com o Estado:

Ao longo dos anos 50 houve uma nítida evolução nas relações entre Igreja-Estado no Brasil. Passou-se da linha, traçada no início da República, de autonomia, respeito e simpatia mútua, e mesmo da linha mais atualizada, na formulação dada pelo Cardeal Leme, de cooperação estreita em questões vitais para a Igreja em termos de fé, moral e educação, para abranger também uma cooperação em termos de justiça social e cooperação para um desenvolvimento mais humano e mais consoante com os princípios evangélicos¹²⁶.

Daí a necessidade de a Igreja estar preparada para uma nova fase de sua dinâmica de pastoral e de ter lideranças religiosas capazes de entender aquele novo período para a evangelização.

Por isso, a ordenação episcopal de Dom Helder, na mesma década, também confirmou o modelo de desenvolvimento desejado pelas parcelas da Igreja que sentiam a necessidade de aproximação com o Estado. Dom Helder se enquadrava no perfil episcopal e se identificava com os diversos temas que, visando ao fortalecimento regional, estavam em pauta, como a reforma agrária, a

¹²⁵ ROCHA, Dom Geraldo Lyrio. Centenário de nascimento de dom Helder Camara. Homilia: 09/02/2009 – Brasília – CNBB – Disponível em: www.cnbb.org.br ou www.ccj.org.br. Acessado em 26/03/2011.

¹²⁶ BARROS ; OLIVEIRA, 2009, p. 33-34.

educação e o sindicalismo, especialmente no meio rural¹²⁷. Sua atuação extrapolou o Rio de Janeiro para atingir as mais amplas fronteiras da Igreja, sem jamais esquecer o objetivo de construção de uma comunhão eclesial.

3.3 *Surge a Cáritas Brasileira*

A instituição da Cáritas, como organismo da CNBB, foi fruto da inteligência e sensibilidade pastoral de Dom Helder. Nascida em 1956, ela contribuiu para a concretização das experiências de solidariedade e para a prática da inclusão social da Igreja no Brasil. Entre as instituições criadas por Dom Helder que visam às iniciativas de solidariedade, a Cáritas Brasileira é a que mais realiza serviços de assistência, de formação, de articulação e monitoramento das ações sociais da CNBB como um todo, ou das dioceses em particular.

O Livro de Estudos da CNBB, nº 92, fornece a fundamentação histórica sobre a Cáritas Brasileira e os seus 50 anos de promoção da solidariedade¹²⁸. Nesse estudo, a Conferência dos Bispos confirma a Cáritas como um organismo a ela vinculado e apresenta a história de seus 50 anos de existência institucional como uma experiência concreta de inclusão social no Brasil¹²⁹.

A documentação e a bibliografia conduzem à percepção, no resgate dessa história, da força do carisma de Dom Helder. Sua presença, junto aos ideais da Cáritas, trouxe sinais de esperança ao sonho de transformação da realidade social no território brasileiro.

A inspiração de Dom Helder nos textos bíblicos “Eu vim para que todos tenham vida, e a tenham em abundância; Eu sou o bom pastor; O bom pastor dá a vida por suas ovelhas” (Jo 10, 10b - 11), também inspirou várias lideranças da Cáritas para ouvir o clamor do povo e investir em instituições plausíveis à prática de ações solidárias. Nessa inspiração, houve a intencionalidade de ajudar a superar a situação de miséria das pessoas e a combater os indicadores de vulnerabilidade social. Embora a Cáritas, na sua origem, tenha levado a Igreja a

¹²⁷ BARROS ; OLIVEIRA, 2009, p. 33-34.

¹²⁸ CNBB. Cáritas Brasileira... 2006.

¹²⁹ O ano Jubilar da Cáritas Brasileira foi celebrado em Aracaju, no mês de novembro de 2006, com a presença de todas as entidades associadas (176 dioceses) e dos agentes da pastoral da solidariedade, entre eles pessoas que tinham participado do processo de organização da Cáritas, em 1956.

fazer o discernimento entre o assistencialismo e a solidariedade, é possível afirmar que a solidariedade esteve presente, desde a sua concepção e na raiz das atividades desenvolvidas junto aos mais pobres.

O resgate de alguns depoimentos colhidos em 2006, durante as comemorações do Jubileu de Ouro da Cáritas Brasileira, entre amigos(as) de Dom Helder que com ele atuaram, contribui para sistematizar a retomada do sentido histórico da instituição no Brasil e da participação de Dom Helder naquela iniciativa.

A Arquidiocese do Rio de Janeiro foi a primeira sede nacional da Cáritas Brasileira e referência das primeiras atividades rumo “a solidariedade pela vida”, lema expressivo do Jubileu. Essa pesquisa esteve focada nos primeiros dez anos de vida da Cáritas Brasileira e, por isso, contactou personagens do período da sua fundação, ativas na evangelização e nas ações de solidariedade. Em seguida, serão apresentadas algumas dessas pessoas que ajudaram na construção da instituição através de depoimentos que proferiram em diversas ocasiões, acerca da perspectiva da missão da Cáritas no Brasil, a partir das articulações de Dom Helder.

3.3.1 Pe. Edmund Nelson Leising, OMI

Edmund Nelson Leising, Missionário da Congregação dos Oblatos de Maria Imaculada, estadunidense, veio para o Brasil em novembro de 1946. No filme “Jubileu da Cáritas Brasileira”, alusivo aos 50 anos de história de luta pela vida, que foi utilizado como instrumento ilustrativo da celebração jubilar, narra que a Cáritas nasceu em um período marcado pela bandeira do “desenvolvimentismo”, com o grande sonho de superar a miséria sofrida pelo povo e de realizar mudanças sociais no Brasil. Tais sonhos também tiveram interferência de pessoas que conviveram com Dom Helder e o ajudaram na realização de propostas que respondessem a esses mesmos sonhos. Veja-se o depoimento do Pe. Leising:

Aquilo era o fervor de Kubitschek. Havia o sonho de Brasília, o sonho de sair o [projeto] nacional, de tirar a capital do Rio de Janeiro. O Brasil da época inicial da Cáritas era um Brasil de sonhos. Sonhando com o Vaticano II, toda aquela preparação, os

bispos de toda parte entusiasmados com os novos documentos do Vaticano II. [...] Em 1954 foi aprovada uma lei, nos Estados Unidos, porque estavam, na época, queimando sobras de farinha de trigo. E não podiam colocar no mercado, porque o mercado não permitia. Então queimavam. Ai foi um escândalo. Eu mesmo, estando aqui no Brasil, escrevi pra lá e indaguei como é possível estar queimando alimentos, enquanto tem muita gente pobre na América Latina e no Brasil, especialmente no Brasil. Então, quando o bispo encarregado, entre os bispos americanos, de tratar das questões civis com o governo, o *Catholic Relief Services* (Serviços Católicos para Assistência) soube do meu interesse, veio ao Brasil. E, naturalmente, foi falar com o Presidente da CNBB, que era Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, cardeal arcebispo de São Paulo. O bispo auxiliar de Nova York, Dom Edward Swanstron, veio falar com o senhor cardeal que achou estranha essa coisa de doar alimento. Ele achou que era criar mendigos, e recusou. Diante da negativa, veio falar comigo e eu telefonei para o cardeal e lhe disse que o bispo de Nova Iorque estava na minha casa e que ele gostaria ainda de repensar a sua idéia. Afirmei que o cardeal não podia entendê-lo bem, porque ele não fala português [risos]. Expresssei o desejo de almoçar em sua casa para, assim, explicar melhor a questão. Ele concordou e eu fui. Durante o almoço, no meio da conversa eu disse que aquele alimento tinha muita liberdade de uso e que podíamos, realmente, promover os pobres. Não era só entregar e criar mendigos. Essa não era a idéia, pois o sentido deveria ser o da promoção humana, do desenvolvimento do país através do uso de alimentos. Então o cardeal olhou para o bispo e, antes, me perguntou se eu aceitava dirigir aquela atividade em São Paulo. Respondi que sim, porque estava muito interessado no trabalho e porque nós [Oblatos] somos missionários dos pobres e aceitamos o programa¹³⁰.

Relacionando o depoimento do Pe. Leising com o processo de implementação da Cáritas no Brasil, reconhecia-se, no missionário americano atuante em território brasileiro, um homem conectado com os trabalhos de Dom Helder, preocupado com a superação dos desafios da pobreza, em sintonia com as propostas da CNBB. Ele, que fez missões em diversas fazendas de café nas dioceses de Guaxupé (MG) e Ribeirão Preto (SP), poderia simplesmente ignorar a lei pública americana nº. 480, chamada “Alimentos para a Paz” e os brasileiros não teriam acesso aos alimentos que, possivelmente, continuariam seu percurso

¹³⁰ Vídeo comemorativo do Jubileu de 50 anos da Cáritas Brasileira, organizado pela jornalista Andréa Griff.. Arquivo Arquidiocese do Rio de Janeiro. Embora no discurso referido seja mencionada a queima de farinha de trigo, além dela, outros itens eram doados: soja, arroz, feijão branco, óleo de soja, manteiga, derivados de milho, queijos e, também, roupas. Cf. 50 anos – Cáritas Brasileira: solidariedade pela vida. **Revista especial comemorativa**, 2006. p. 3.

rumo ao fogo, nos Estados Unidos¹³¹. Porém, ele já conhecia a experiência de algumas dioceses que recebiam alimentos e quis fortalecer o trabalho.

A partir do consentimento de Dom Carlos Mota, o Pe. Leising passou a ser o animador da Cáritas, em São Paulo, e tratou de expandir o trabalho por todas as regiões, juntamente com o Monsenhor Hilário Pandolfo, então secretário de Dom Helder, responsável nacional pela entidade. Ele inspirou-se nas ideias de Dom Helder e disse: “a minha ideia era fazer uma Cáritas promocional, no sentido de que cada bispo trabalharia dentro de sua diocese, em todas as suas paróquias, com ações sociais”¹³². Também disse, em conversa informal, que “Dom Helder era a alma da Cáritas Brasileira, porque ele realmente gostava de ajudar os pobres”¹³³.

Depoimentos como o do Pe. Leising confirmam a expertise de Dom Helder em sua trajetória junto a Cáritas Brasileira. Há um reconhecimento das lideranças da época sobre a importância da sua dedicação para que todas as atividades fossem em prol da Igreja e dos pobres. Pode-se verificar a expressão dessa ação evangélica no discurso a seguir:

Quantas vezes eu celebro em área de miséria, e o meu povo canta – o Senhor é o meu Pastor, nada me há de faltar. Eu olho e está faltando é tudo. Ah! Meus irmãos. Meus irmãos! Nós temos que chegar a tempo. Nós temos que viver uma Igreja que reza, e que ame a Deus, mas sem esquecer o próximo. E não fique apenas em amor de palavra. Fique em amor de atos. Não é possível, não é possível que a nossa gente fique aí, cada vez mais sacrificada. Quando a gente vê pelas estatísticas oficiais, quantas pessoas morrem de fome no mundo cada ano... É uma coisa tenebrosa. E, muitas vezes, quem não morre, depois de três, quatro anos de fome na primeira infância, fica marcado para o resto da vida¹³⁴.

A eloquência do discurso proferido por Dom Helder marca a sua trajetória de luta pela superação da fome e da miséria. Como a distribuição de alimentos era uma alternativa paliativa para amenizar a fome de muitos, e a Cáritas era ainda pequena diante de tantas demandas sociais, outra opção era

¹³¹ 50 anos – Cáritas Brasileira: solidariedade pela vida. **Revista especial comemorativa**, 2006. p. 3.

¹³² *Ibid.*, p. 5.

¹³³ Por ocasião de uma visita de cortesia ao Pe. Leising, no Rio de Janeiro, no dia 20 de março de 2010, dialogou-se sobre a história de Dom Helder e da Cáritas e, espontaneamente, apresentou o seu sentimento sobre o tema.

¹³⁴ Vídeo - CAMARA, Helder Pessoa. **O santo rebelde** – Discurso gravado em DVD. Instituto Dom Helder Camara, Igreja das Fronteiras – Recife/ PE, [s.d.].

ajudar os pobres a partilhar o pão. Outro sinal de inclusão social partindo dos princípios de solidariedade e de iniciativas de pessoas para as quais a instituição religiosa é instrumento de fé e de profecia.

3.3.2 Dr. Cândido Feliciano

No primeiro capítulo, fez-se referência aos desafios da Igreja para enfrentar alguns temas, como o da reforma agrária. A Igreja oficial, por medo de perseguição em algumas situações, também deixava de se envolver com esses temas. No entanto, a Igreja solicitou cooperação e assessorias de algumas pessoas leigas, atualizadas em tais assuntos, para ajudar nos debates e reflexões que, em favor da assistência e da libertação da população, se faziam necessárias. O Dr. Feliciano, que foi diretor da Cáritas do Rio de Janeiro, exerceu esse tipo de liderança. Em depoimento, referindo-se ao período da ditadura, disse:

Sempre se lutava para que o espírito da caridade evangélica fosse a referência do nosso trabalho. Sempre discutimos que a atividade da Cáritas não era uma atividade que pudesse ser realizada por uma prefeitura, por um sindicato ou por uma associação. Ela tinha marca, tinha presença, exatamente do espírito evangélico, do espírito de igreja, da confiança que todos devemos ter em nossa nação. Foi o trabalho muito bem feito com apoio dos bispos e dos padres¹³⁵.

Dom Helder esforçava-se para trabalhar com os leigos, mesmo que houvesse orientações diferenciadas entre os pastores no tocante a determinados serviços. Além dos ministérios ordenados, ele valorizava as lideranças cristãs preparadas para ajudar na missão evangelizadora da Igreja. No seu depoimento, Dr. Cândido mostrou que houve grande contribuição dos leigos e que eles mesmos compreenderam suas diversas tarefas que podem ser resumidas em superar a ação repressiva, em favor de uma ação de inclusão.

3.3.3 Tibor Sulik

A comissão de animação da Cáritas Brasileira, representando o Secretariado de Ação Social da CNBB, estimulava o estabelecimento de parcerias

¹³⁵ Vídeo comemorativo do Jubileu de 50 anos da Cáritas Brasileira.

para a realização das atividades sociais e do monitoramento dos projetos gerados através dos contatos dos bispos, tanto com as dioceses coirmãs quanto com as de outros países. Por isso, a colaboração dos padres e, em especial, dos leigos, era sempre bem-vinda para conseguir operar e atuar nos compromissos assumidos pela Igreja em favor da inclusão social.

Veja-se o depoimento do Sr. Tibor Sulik, que foi coordenador de projetos da Cáritas arquidiocesana do Rio de Janeiro (antiga Cáritas Guanabara):

Dom Helder aceitou a incumbência de distribuir os alimentos que estavam sobrando nos Estados Unidos, para os pobres e [...]. Mas condicionou a doação àquilo que era parte do pensamento de Dom Helder: que a mão direita não saiba o que faz a esquerda. Com a saída de Dom Helder, quando ele foi transferido para o Recife, quem assumiu a Cáritas foi o Pe. Hilário Pandolfo. Nós começamos, então, não só com o apoio de Dom José Gonçalves, mas, sobretudo, orientados pelo Pe. Hilário Pandolfo, que já faleceu, a transformar a Cáritas não apenas em uma agência de distribuição de alimentos, mas condicionamos a distribuição a uma promoção humana. Lembro que quando a ideia de promoção humana surgiu dentro da Cáritas, nós tivemos muitas dificuldades com o ponto quarto dos Estados Unidos, do governo americano, que exigia uma distribuição sem uma contrapartida de promoção humana. O Pe. Hilário foi o homem que forçou a barra para que a Cáritas passasse a ser não apenas uma instância de distribuição de alimentos, mas de promoção humana¹³⁶.

Dom Helder, mesmo que quisesse agir discretamente, tinha a expectativa de adesão e apoio de outras personagens da Igreja e, com elas, expandiu o trabalho para todo o Brasil. Os apoios recebidos não eram condicionados simplesmente à vontade da Igreja (CNBB), mas eram vinculados ao espontaneísmo, ao voluntariado e às competências para gerenciar projetos, campanhas e outros serviços junto às comunidades, paróquias e dioceses.

“Que a mão direita não saiba o que faz a esquerda” era uma prerrogativa adotada por Dom Helder para se dedicar aos projetos de promoção humana. Nunca humilhar, buscar sempre o resgate da autoestima. Nunca explorar, constantemente valorizar o serviço. Nunca cobrar, mas, ininterruptamente, estimular a vontade própria e estabelecer relações de corresponsabilidade com toda a equipe. Esse parecia ser o espírito a partir do qual Dom Helder cultivava, motivava e agia, a partir da sabedoria e compreensão

¹³⁶ Vídeo comemorativo do Jubileu de 50 anos da Cáritas Brasileira...

que foi acumulando sobre os aspectos ligados ao desenvolvimento, inclusive em suas reflexões e implicações sobre a própria Igreja.

3.3.4 Marina Bandeira

As mulheres sempre fizeram parte das rodas de diálogo que Dom Helder promovia para lançar seus ideais de inovação e atuação junto aos pobres. Sempre acreditou na sapiência e sensibilidade das mulheres. Com humildade, a elas recorria para socializar o seu pensamento e lhes dava crédito para a implementação das instituições e para a promoção de ações e eventos sociais que estivessem a favor da solidariedade. Nada foi encontrado, no que se refere à fundação da Cáritas, envolvendo a participação das mulheres. Evita-se aqui qualquer julgamento, embora as palavras de Marina Bandeira revelem aspectos da metodologia de Dom Helder que impulsionam para compreender a lógica das suas preocupações com as pessoas. Diz Marina:

Havia uma rotina de se reunir à noitinha, geralmente na sexta-feira. Era feita uma meditação, tinha uma música e qualquer outra coisa e também se trocava ideias. Ele contava suas ideias e nós contávamos as nossas, criticávamos as dele, apontando algo que não foi bem assim ou que achávamos que ia dar errado. Por exemplo: a primeira ideia dele acerca do nome do Banco da Previdência foi Banco dos Enforcados. Ele levou a maior corrida, por que estava preocupado também com o pessoal que caíra nas mãos de agiotas. Na medida em que estava nas mãos de agiotas, ele foi ficando preocupado com todo aquele quadro todo que lhe era descrito. Por causa desse aspecto ele propôs o Banco dos Enforcados, mas levou a maior corrida¹³⁷.

Dom Helder, como se vê no depoimento, não tinha medo de errar. Sua primeira preocupação era fazer algo que pudesse ajudar as pessoas a saírem da situação de miséria e, se possível, atuar antes que a realidade de miséria se instalasse. Acreditou que a prevenção aos males sociais era muito mais saudável do que simplesmente dar o alimento e a assistência momentânea. Sempre foi bem assessorado por pessoas de sua confiança, capazes de contribuir com sugestões e colaborar na execução das ações. Gostava do povo e dos que com ele se identificavam, sem cultivar preconceitos de classe social ou nutrir qualquer repúdio para com os pobres.

¹³⁷ Vídeo - CAMARA, Helder Pessoa. O Santo Rebelde...

Por muitos anos, Marina Bandeira atuou com Dom Helder nas atividades de evangelização desenvolvidas na Arquidiocese do Rio de Janeiro. E ela relata como tudo começou:

Eu fui ajudar Dom Távora na parte de relações com a imprensa. Ai eu fiquei conhecendo aquele homem magricelinha, mas que tinha um fôlego, que Deus me livre e tinha uma facilidade de expressão, na televisão, que era possível conseguir espaço com todos. Não gastou um centavo para pagar a nenhuma revista, nenhum jornal, nenhuma televisão. Era o contrário. Era como conseguir horário para poder ter uma entrevista com Dom Helder ou então, quando ele não podia, com Dom Távora. Porque até o Congresso Eucarístico Internacional que começou a se organizar em 1953, 54 que foi quando eu entrei, em 1955 e o Dom Helder era uma pessoa muito querida por toda gente, mas não tinha uma grande projeção no estado da Guanabara, no país e, muito menos, internacionalmente¹³⁸.

Esse testemunho foca na capacidade de liderança de Dom Helder. Foi a partir do Congresso Eucarístico, realizado em 1955, que muitas das suas realizações se tornaram visíveis aos olhos da Igreja e da sociedade brasileira. Como atestado no depoimento, Dom Helder não hesitava em comunicar o que sabia, suas preocupações eram partilhadas com algumas pessoas que o cercavam e lhe davam apoio para avançar.

A Igreja do Brasil demonstrou, na realização do Congresso Eucarístico, a possibilidade de uma maior integração entre fé e vida. Nos bastidores daquele Congresso, articularam-se diversos encontros, seminários e reuniões que deram início, por exemplo, à Conferência dos Religiosos do Brasil, à Conferência Episcopal Latino-Americana e muitos outros. Talvez, essa atividade também tenha sido o forte indicativo de amadurecimento para o que veio a ser, mais tarde, o Concílio Vaticano II.

3.3.5 Dom Mauro Morelli

Propositalmente, deixou-se para, neste momento da nossa dissertação, citar o testemunho de um membro da hierarquia da Igreja. Em seus trabalhos sociais, Dom Helder atuava muito mais com leigos, em especial com as mulheres, conforme já foi destacado. Excetuado o depoimento do Pe. Leising, os demais

¹³⁸ Vídeo - CAMARA, Helder Pessoa. O Santo Rebelde...

tiveram a preocupação de registrar a visão e percepção do laicato. Veja-se o que diz Dom Mauro, enquanto membro da hierarquia eclesiástica (Bispo de Duque de Caxias – RJ):

Como é que você vai celebrar a comunhão e partilha em volta duma mesa do altar e fica passivo, indiferente diante do mundo em que as pessoas não comem e são excluídas. Tanto que, logo depois do Congresso Eucarístico, surgiu a Cruzada São Sebastião, se não estou equivocado. Então, um gesto perfeitamente eucarístico: abrigar o sem teto. Aí começa a trajetória de Dom Helder na percepção de que a relevância de sua missão apostólica era construir um mundo eucarístico. Um mundo em que todo mundo participa. Ajudar a colocar o fruto da terra e do trabalho humano em cima da mesa, os bens que são partilhados, e todo mundo tem um assento em torno disso. Eu diria que Dom Helder foi um homem marcadamente eucarístico. Nesse sentido ele testemunhou e anunciou uma sociedade sem exclusão, sem fome, o banquete da vida. Todo mundo tem que viver, tem que celebrar a vida¹³⁹.

Como evidenciam algumas obras citadas nas referências, a relação de Dom Helder com a Eucaristia lhe dava sustento para uma ação qualificada. Se a trajetória mundial de Dom Helder teve início no Congresso Eucarístico, como disse Dom Mauro, muito do que ele armazenou de potencial humano e ético, desde a sua infância, parecer ter aflorado naquele momento na organização e com a participação no evento.

A alusão eucarística sobre Dom Helder é semelhante à ação como eficácia do amor. De um amor antecipado, encorajado, que visou a prevenir muitas misérias e tragédias sociais em favor da dignidade dos pobres e oprimidos. Ele mesmo fala:

É preciso ajudar verdadeiramente e eu adoro essa expressão – a promoção humana. Pois devemos encorajar. Não é nossa tarefa carregar as massas, mas é preciso encorajá-las. Então elas tomam coragem, e é maravilhoso¹⁴⁰.

O alcance da promoção humana falada por Dom Helder implicava superar as ações meramente assistencialistas da Igreja. Para compreender isso, há de se mergulhar nos caminhos por ele percorridos em seu itinerário de pastor. Nunca se calou diante das injustiças e das situações de pobreza. Sempre buscou escutar o seu coração, o coração das pessoas para, posteriormente, agir com

¹³⁹ Vídeo - CAMARA, Helder Pessoa. O Santo Rebelde...

¹⁴⁰ *Ibid.*

convicção e clareza de que a maior bandeira a empunhar era a das implicações da eucaristia, cujo mais amplo significado aponta para o pão partilhado com todos.

3.3.6 Marcelo Barros, OSB

Em 2006, participamos das celebrações jubilares da Cáritas, nas quais o monge beneditino Marcelo Barros¹⁴¹ se fez presente como um dos facilitadores. Contribuiu com as reflexões espirituais e procurou testemunhar, partilhando e narrando sua história de convivência e de assessoria aos trabalhos pastorais de Dom Helder. Revelou algo sobre a relação do Arcebispo com a Cáritas Brasileira:

Uma pessoa como Dom Helder tem uma riqueza de personalidade imensa e suas mensagens e ensinamentos são tão abrangentes que não é fácil resumir algo desta herança para nós, em nosso caminho solidário. O que posso aqui é dar o meu testemunho de irmão sobre como eu mesmo fui tocado por este testemunho, o que mais me impressionou e o que penso que seja o carisma de Dom Helder, vivido, hoje, por uma comunidade como a da Cáritas¹⁴².

Marcelo Barros atualiza a solidariedade de Dom Helder no espírito da Cáritas Brasileira. E o aponta como mentor de toda uma história de vida preta de amor e solidariedade:

A Cáritas é um instrumento desta polinização de amor e solidariedade, de partilha e comunhão de vida. E como as pessoas têm pais e mães, as instituições comunitárias também são pensadas, concebidas e orientadas na vida por pais e mães que nos servem de apoio e exemplo. Dom Hélder Câmara não é apenas mais um destes profetas. Ele tem, para nós brasileiros, e para quem segue o caminho que nós trilhamos na Cáritas e nas pastorais populares, um papel especial¹⁴³.

É possível visualizar esse papel especial de Dom Helder no rosto das pessoas que com ele conviveram no início da vida da Cáritas Brasileira. Basta mergulhar nos inúmeros testemunhos de pessoas que escreveram sobre as décadas de 1950 e 60, as quais referenciam Dom Helder como pastor dos pobres

¹⁴¹ Marcelo Barros de Sousa nasceu em Camaragibe (PE). Além de monge beneditino, é escritor e teólogo. Atuou com Dom Helder Câmara em diversos serviços pastorais.

¹⁴² SOUSA, Marcelo Barros de. **Melhor do que o pão, a partilha e sua divisão!** a herança poética e profética de Dom Helder para a Cáritas. Recife: set/2009 – Artigo. p 1.

¹⁴³ *Ibid.*

e oprimidos. Eles são testemunhas da sua luta pela garantia dos direitos, sobretudo à justiça social.

A senhora Cristina França, agente social da Cáritas, no estado do Ceará, ajuda na afirmação de que a Cáritas nasceu com o espírito da solidariedade e da abertura para crescer na perspectiva e na fundamentação da ação social. Para ela,

a distribuição de alimentos e a introdução de aspectos educativos criaram as bases de atuação da Cáritas nas comunidades. Foi a partir dessa ação emergencial que a instituição passou a organizar suas atividades. Essa metodologia foi se aprimorando tanto para a prática da promoção humana quanto para a prática da solidariedade e a participação no processo de política pública¹⁴⁴.

Isso significa que a Cáritas já nasceu com a missão de levar avante a integração das pessoas, incluindo a perspectiva dos direitos à vida e ao acesso às políticas sociais. Não obstante as dificuldades das pessoas daquela época, ela já intencionava inserir-se no contexto da plausibilidade de uma ação libertadora, cuja necessidade era evidenciada pelas questões sociais, e de superação das mazelas que oprimiam e denegriam a imagem humana.

Fazer o resgate da primeira década da existência da Cáritas Brasileira, através da pesquisa na documentação disponível, implicou o contato com várias personagens históricas que foram partícipes do apostolado de Dom Helder Camara, na Cáritas e em outras instituições. Além disso, embora não incluído neste trabalho, o percurso trilhado no período posterior ao ano de 1964 teve muitas inspirações na fase que antecedeu a estruturação dos trabalhos sociais da CNBB, instituição símbolo e referência permanente da institucionalização da Igreja para a organização do episcopado e de suas atividades pastorais.

¹⁴⁴ 50 anos – Cáritas Brasileira: solidariedade pela vida. **Revista especial comemorativa**, 2006. p 7.

3.4 *Ação à luz da espiritualidade: uma estratégia de fortalecimento da Igreja Católica*

A postura de Dom Helder em defesa de uma Igreja autônoma também incidiu na dimensão organizacional da Cáritas Brasileira, principalmente na inclusão de iniciativas voltadas para a realidade das pessoas e de políticas sociais, o que ocorria desde sua atuação na Ação Católica¹⁴⁵. Conforme evidenciam a documentação e a bibliografia sobre ele, a história pastoral de Dom Helder integra-se com a história de uma pastoral orgânica, focada nas experiências exitosas de inserção da missão. Aliás, tal aspecto foi alvo de uma alusão crítica feita por ele mesmo a respeito da relação entre a Igreja e o Estado:

Muita gente não entende, porque é que a Igreja que vivia sempre tão ligada aos governos e com os ricos, de repente dá uma guinada... Há até quem pense que era porque ela estava perdendo prestígio e quer conquistar o prestígio junto ao povo. A meu ver a explicação é essa: nós, bispos do Brasil e um pouco da América Latina, tínhamos uma preocupação em ajudar a manter a autoridade e a ordem social. Sem autoridade é um caos. Então, nós tínhamos uma ligação muito estreita com os governos e com os ricos. O curioso é que, neste tempo, ninguém nos acusava de fazer política. Parecia muito normal que a Igreja estivesse sempre ligada aos poderosos. Mesmo porque a nós nos parecia que, além da obrigação de ajudar a manter a autoridade e a ordem social, era também, talvez, o melhor meio para obter recursos para ajudar os pobres. Já havia preocupação com os pobres, mas através da ajuda dos poderosos. Porque é que hoje, há uma mudança diferente? Eu direi o que eu sinto pessoalmente e o que eu sinto no meio dos bispos. É que a realidade vem sendo utilizada por Deus, para despertar cada vez mais a nossa consciência. Então, sem pregar ódio, sem pregar violência, nós procuramos denunciar as injustiças e encorajar a promoção humana, das massas que estão numa situação que, segundo as Nações Unidas, falando para o mundo, é uma situação que nem é humana. É subumana, de miséria e de fome¹⁴⁶.

O depoimento supracitado aponta para a sua opção por uma espiritualidade voltada para os pobres, sem perder de foco a possibilidade de estabelecer parcerias entre as instâncias organizativas da Igreja e do Estado. Também a partilha dos que têm mais para com os que têm menos, traduzida na sua afirmação: *Melhor do que o pão é a sua partilha!*

¹⁴⁵ CNBB. Cáritas Brasileira... 2006, p.47.

¹⁴⁶ Vídeo – CÂMARA, Helder Pessoa. O Santo Rebelde....

Como sinal da essência da Cáritas, a cruz isósceles incorpora a simbologia espiritual do amor e da partilha do pão pela vida da humanidade. Essa cruz, símbolo milenar, identifica as experiências de muitos povos, em épocas diversas, como “eixo do mundo”, “unidade do todo”, “verdade”.¹⁴⁷ E está inspirada na carta de São Paulo (2Cor 5, 14) dando o nome à Cáritas: *Charitas enim Christi urget nos!* (Porque o amor de Cristo nos impele [*a também sermos caridosos*]). Isso revela que a instituição, em seu caráter de plausibilidade junto à Igreja e suas atividades sociais, propõe a inclusão social dos que abraçam a cruz.

Finalmente, a importância da existência da Cáritas no Brasil resulta da persistência de muitas lideranças que assumiram a sua fundação como pilar das atividades em prol da solidariedade e da inclusão social. Embora isso tenha ocorrido em um contexto religioso e em uma época crítica da história do Brasil, havia uma alvissareira proposta de combater a pobreza e propagar as atitudes da caridade libertadora dentro e fora da Igreja.

¹⁴⁷ P. JÚNIOR, Roberto C. **Ensaio bíblico**: a cruz isósceles. Agosto 2008. Disponível em www.library.com.br. Acesso em 12/12/2010.

4 MULTIPLICANDO A SOLIDARIEDADE PELO BRASIL

A revelação bíblica nos ensina que o melhor caminho para o cultivo da espiritualidade é a solidariedade. Somente na face do outro, podemos reconhecer a presença divina.

Marcelo Barros

No último capítulo deste trabalho, destacam-se as obras solidárias e pastorais de Dom Helder que se somaram ao compromisso existente na perspectiva posta pela junção dos temas religião e solidariedade, no final da década de 1950 e início da década de 60. Quanto maiores eram os desafios postos aos olhos de Dom Helder, mais ele intensificava suas propostas de articulação da Igreja, do Estado e da sociedade, em prol de ações de solidariedade pelas diversas regiões do Brasil e mesmo fora do país.

Assim, como se empenhou pela fundação da CNBB, da CRB e da Cáritas Brasileira, não se contentou e foi em busca de outras estruturas institucionais que, mais tarde, se tornariam parceiras da Igreja nas ações de assistência social e de práticas de solidariedade para com os mais pobres.

Entre as tarefas que lhe couberam para fortalecer as iniciativas de solidariedade, a partir da experiência do seu carisma evidenciado na organização do Congresso Eucarístico Internacional, no Rio de Janeiro, ele colocou em prática o seu dom de comunicador e articulador para superar as situações de pobreza. Barros e Oliveira organizaram informações preciosas no livro “Dom Helder: o artesão da paz”, que não se pode deixar de referenciar:

O período 1952 a 1962 marca definitivamente a ascensão de Helder Camara, não apenas ao episcopado, mas também ao papel de uma figura de destaque no panorama nacional, e paulatinamente no cenário internacional. Dez passos ou desdobramentos marcaram esta escalada rumo ao Monte Tabor e ao Getsemani: ascensão ao episcopado; Congresso Eucarístico Internacional; criação do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM); cooperação estreita com o Núncio Armando Lombardi no Brasil; criação da Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB, e suas relações com a CNBB; novo estilo de cooperação Igreja-estado; a relação com as hierarquias do continente norte-americano; evangelização de massas e opção preferencial pelos

pobres; estímulos e apoio no pontificado de João XXIII; impasse na Ação Católica Brasileira¹⁴⁸.

Além disso, com a ampliação das ações solidárias e pastorais, e de acordo com o diagnóstico sobre uma realidade de pobreza, diferenças sociais e secas no Nordeste, ele motivou o incremento de remessas com mais doações vindas dos Estados Unidos¹⁴⁹ e oriundas de campanhas beneficentes. Além disso, provocou a CNBB sobre o desafio para se organizar melhor, visando a destravar os processos de distribuição de bens, serviços e produtos alimentícios.

Embora ainda muito longe da perspectiva do desenvolvimento social, idealizado pelas lutas da Ação Católica, nos anos anteriores, as experiências de partilha do pão e do trabalho amenizavam a situação de fome e de miséria das comunidades mais carentes. Mesmo que as ideologias políticas e os poderosos da época fossem contrários à inclusão dos pobres nas ações da Igreja, Dom Helder não se intimidava, pois, coerente com os ensinamentos da Igreja, acreditava na misericórdia do Pai e se punha ao serviço dos mais pobres¹⁵⁰. Assim, as pessoas que eram beneficiadas podiam ter sinais de esperança em ações da Igreja. Isso gerou conflitos, incluindo parcelas mais privilegiadas da própria sociedade carioca. Barros e Oliveira relatam:

Um exemplo ilustrativo desse contexto é a interpelação, que foi dirigida ao Secretário-Geral da CNBB e Arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro, em meados de 1963, por Dona Ondina, proprietária do então prestigioso diário carioca *Correio da Manhã*, quando, ao visitá-lo no Palácio São Joaquim, apostrofou-o nos seguintes termos: *Dom Helder, ainda está em tempo. Junte-se a nós; gostamos do senhor e muito o admiramos. Acabe com esta mania de denunciar injustiças sociais em favor dos pobres. Caso contrário, vão acabar com o senhor*¹⁵¹.

Dom Helder não se envergonhou diante da provocação e continuou a luta, entregando-se a uma profunda espiritualidade, da qual afirmam Barros e Oliveira:

¹⁴⁸ BARROS ; OLIVEIRA, 2009, p. 29 e 30.

¹⁴⁹ Como já destacado, Dom Helder reconhecia que as doações americanas ajudavam o povo, pois eram um paliativo contra a fome. Mesmo contrário às atitudes assistencialistas dos americanos, ele se utilizava da estratégia de distribuição dos donativos como um caminho para chegar às comunidades menos assistidas, inclusive pela Igreja.

¹⁵⁰ Naquele período, Dom Helder já protagonizava sua inserção e mergulho em atividades coletivas de transformação da ação evangelizadora da Igreja. Já estava em andamento a montagem do cenário de realização do Concílio Vaticano II, convocado no pontificado de João XXIII.

¹⁵¹ BARROS ; OLIVEIRA, 2009, p. 45.

Sua figura nestas circunstâncias [*quando, ao não ser compreendido, chegava a receber algum tipo de ameaça*] assemelhava-se à de Inácio de Antioquia, entregue inteiramente nas mãos do Pai, marchando conscientemente de Antioquia a Roma, para dar testemunho do Senhor, ao ser jogado às feras para lhes servir de pasto no anfiteatro romano¹⁵².

Um dos fatores que fortaleceram e deram personalidade a Dom Helder foi o caráter expansivo do seu projeto missionário e pastoral. Nas duas décadas, ele criou várias obras com características de integração, articulação e organização social. Como não se pode, neste trabalho, estudar todas aquelas iniciativas, serão destacadas as que se articulavam na mesma medida em que se dava a expansão da Cáritas por todo o Brasil. Ele sabiamente articulou e fundou outras instituições que, sinergicamente, se somaram às ações de solidariedade. Brevemente, serão focadas algumas daquelas obras no que elas se assemelham à ação da Cáritas no Brasil, nas perspectivas da inclusão social e da pastoral solidária.

4.1 *Inclusão e expansão da solidariedade*

Entraram em cena vários personagens¹⁵³ que, obstinados por ajudar a população carente, almejavam fazer acontecer o fortalecimento das ações da Cáritas Brasileira¹⁵⁴. Daí a criação de novos regionais, com a finalidade de descentralizar a organização da solidariedade. Entre esses regionais, citam-se o Recife, Salvador e São Paulo. Partiu do Rio de Janeiro a vontade de demonstrar a prática solidária de forma nacional¹⁵⁵, sob a gestão de Dom Helder e de Dom Eugênio Sales.

¹⁵² BARROS ; OLIVEIRA, 2009, p. 45.

¹⁵³ Pe Jorge Jolly, Belém; Sr. Manoel Romão dos Santos, São Luiz; Pe. Oscar Peixoto, Fortaleza; Mons. Alair Fernandes de Melo, Natal; D. Zuleide Medeiros de Souza, Recife; Pe. Walter Magalhães, Salvador; Pe. Hilário Pandolfo, Rio de Janeiro; Pe. Edmund Leising, São Paulo. Cf. COMUNICADO mensal do Secretariado Nacional de Ação Social da CNBB. CM 109 – 110. Outubro – novembro 1961.

¹⁵⁴ Dom Helder já não estava mais sozinho no comando do Secretariado Nacional de Ação Social. Tinha com ele D. Eugênio Sales, da Comissão Episcopal de Ação Social e D. Afonso Maria Ungarelli, prelado de Pinheiro, representando a província do Maranhão, que se somaram na articulação para a organização da solidariedade no Brasil. Cf. COMUNICADO mensal do Secretariado Nacional de Ação Social da CNBB. CM 111; dezembro de 1961.

¹⁵⁵ Comunicado da Cáritas Brasileira aos Exmos. Srs. Arcebispos, Bispos e Prelados. Comunicado Mensal. CM 109 -110. Outubro - novembro 1961. Regionais da Cáritas: Belém, São Luiz, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

A expansão do ideal por “um mundo sem miséria” traduziu-se por meio de parcerias e integração com outras instituições, especialmente as dioceses espalhadas pelo Brasil. As atividades daquele período eram organizadas estruturalmente a partir da logística do Secretariado Nacional de Ação Social da CNBB. Os lastros de organização social deixados por Dom Helder vislumbravam horizontes de esperança para uma sociedade igualitária.

O crescimento da Cáritas Brasileira foi-se estabelecendo pela prática organizacional da assistência social, de acordo com as realidades de cada região. O formato nacional centralizado não mais comportava estruturas que abrangessem ações a serem implementadas em todo o território brasileiro. Portanto, uma das estratégias foi dar responsabilidades aos regionais e dioceses que passaram a ser os gestores das ações desenvolvidas pela Cáritas.

No Comunicado Mensal do Secretariado Nacional de Ação Social da CNBB, há o registro sobre o encontro de todos os Secretariados Regionais da Cáritas Brasileira, ocorrido no Rio de Janeiro, nos dias 22, 23 e 24 de novembro de 1961:

1 Com o objetivo de garantir sua uniformidade de ação em todo território brasileiro a Cáritas Nacional enviará mensalmente às Cáritas Regionais um boletim de orientação e informação. 2 As Cáritas Regionais empenhar-se-ão na grande tarefa de, através da distribuição de alimentos, fazer suscitar nas diversas Dioceses de sua região, Secretariados Diocesanos de Ação Social dentro da orientação do Secretariado Nacional de Ação Social. 3 As Cáritas Regionais tudo farão para que as Cáritas Diocesanas despertem a colaboração das comunidades locais no seu plano de assistência, incentivando sempre uma maior difusão da doutrina social da Igreja para uma reforma de estruturas. 4 A partir de 1 de janeiro de 1962 ficam supressas as atuais taxas. A CNBB, por seu Secretariado Nacional de Ação Social, providenciará a manutenção do programa de Cáritas Brasileira através de campanha de arrecadação de fundos e através de auxílios de serviços ou de transportes gratuitos. Nos casos em que a Cáritas Diocesana ou as Obras filiadas efetuarem venda dos invólucros vazios (sacos, caixas, barris etc, inutilizadas as inscrições neles contidas) deverá constar em recibo a aplicação da quantia arrecadada; aplicação esta que só poderá ser feita ou em transportes ou em armazenagem da mercadoria ou em publicidade do programa (2). 5 Com a finalidade de descentralizar e facilitar o trabalho e funcionamento da Cáritas Brasileira, as Cáritas Regionais passarão a gozar de autonomia nos seguintes pontos: a) Documentação: Os documentos de embarque serão remetidos diretamente pela CRB NY às Cáritas Regionais; b) Distribuição: A confecção dos Mapas de Distribuição passará à

sua responsabilidade bem como a das Guias de Entrega e demais documentos relacionados com a distribuição e, provisoriamente, ficará a cargo das Cáritas Regionais a impressão de seus formulários para o serviço burocrático de acordo com os modelos recebidos da Cáritas Brasileira; c) Prestação de Contas: As Cáritas Regionais passarão a receber das Cáritas Diocesanas o planejamento de suas atividades anuais, o recibo das cotas para elas enviadas, a prestação de contas de suas atividades trimestrais, o pagamento dos depósitos das Cáritas Diocesanas mantendo, para isto, um serviço organizado de contabilidade. 6 As Cáritas Regionais baseando-se nos planejamentos que lhes foram enviados pelas Cáritas Diocesanas enviarão anualmente o seu planejamento regional à Cáritas Brasileira. 7 Devem as Cáritas Regionais, trimestralmente, prestar contas de suas atividades à Cáritas Brasileira, anexando um resumo das atividades das Cáritas Diocesanas e enviando, por esta ocasião, ao SNAS, os depósitos a ele destinados. 8 As Cáritas Diocesanas na sua região procurarão solucionar em conjunto o problema do transporte de suas mercadorias enquanto se aguarda uma solução nacional. 9 As Cáritas Regionais promoverão Encontros Regionais e incentivarão Encontros Diocesanos com a finalidade de difundir a orientação deste Encontro Nacional¹⁵⁶.

O desempenho das responsabilidades nas instâncias da Cáritas Brasileira era seguido, rigorosamente, pelas orientações e determinações do Secretariado Nacional de Ação Social da CNBB. Entretanto, a descentralização tornou mais rápida e eficiente a chegada das doações para as dioceses e comunidades beneficiárias.

Dom Helder tinha mais audácia, em seus sonhos, do que simplesmente espalhar a Cáritas pelo Brasil. Ele não se aquietou e percebeu lacunas nos processos de solidariedade e nas pessoas a quem se destinavam as doações distribuídas pela Cáritas. Daí, as novas experiências, com focos diferenciados, tanto nos destinatários quanto nas atividades da solidariedade.

4.1.1 A Cruzada São Sebastião

A Arquidiocese do Rio de Janeiro foi o berço de diversas experiências de solidariedade germinadas pela intuição de Dom Helder. Segundo Barros e Oliveira,

o primeiro desafio a ser enfrentado foi o da habitação popular. Com este objetivo criou a Cruzada São Sebastião, que mereceu

¹⁵⁶ COMUNICADO Mensal Secretariado Nacional de Ação Social. nº 111. 1961, p. 6-9.

do Papa João XXIII o seguinte comentário: um nome pouco feliz, para uma iniciativa de tamanho valor evangélico. Se os resultados do empreendimento foram limitados, o seu maior mérito foi começar a dar respostas concretas a um problema, que assumia proporções de uma verdadeira tragédia social¹⁵⁷.

A Igreja, após a realização do Congresso Eucarístico, foi duramente criticada pela exuberância e ostentação conferidas ao evento. Dom Helder tomou as críticas provenientes dos agentes de comunicação como provocação para um trabalho mais concreto de inserção social. Alguns setores da Igreja já viam em Dom Helder um deflagrador de iniciativas dotado de grande criatividade. Tais características o habilitavam para a condição de articulador social. Isso se confirma na opinião do Cardeal Gerlier, de Lyon (França):

Permita-me falar-lhe como um irmão, um irmão no batismo, um irmão no sacerdócio, um irmão no episcopado, um irmão em Cristo. Você não acha que é irritante todo este fausto religioso em uma cidade rodeada de favelas? Eu tenho certa prática em organização e por ter participado desse congresso devo dizer-lhe que você tem um talento excepcional de organizador. Quero que faça uma reflexão: por que, querido irmão dom Helder, não coloca todo esse seu talento de organizador que o Senhor lhe deu a serviço dos pobres? Você deve saber que o Rio de Janeiro é uma das cidades mais belas do mundo, mas é também uma das mais espantosas, porque todas essas favelas, neste quadro de beleza, são um insulto ao criador¹⁵⁸.

Quem conheceu Dom Helder sabe que alertas desse tipo eram motivo de obediência e serviam como indicação de novos caminhos. Ele agradeceu ao Cardeal pela franca e sincera observação sobre a realidade do Rio de Janeiro, na qual estavam incluídas novas perspectivas para a evangelização da cidade, e se convenceu da nova tarefa missionária a que ele se dedicaria junto à Igreja e à cidade do Rio de Janeiro.

Dialogando com diversas pessoas voluntárias, artistas, gestores e com o próprio arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Helder prosseguiu com o novo desafio: o direito humano à moradia. Criou, então, a Cruzada São Sebastião, em 29 de outubro de 1955, com o objetivo de dar solução humana e cristã ao problema das favelas da cidade¹⁵⁹. Assim, de forma solidária, continuou a estabelecer uma intervenção junto aos pobres, utilizando, mais uma vez, a

¹⁵⁷ BARROS ; OLIVEIRA, 2009, p. 41.

¹⁵⁸ PILETTI ; PRAXEDES, 2008, p. 200.

¹⁵⁹ *Ibid.*

capilaridade da Igreja, desfrutando da confiança depositada pelos superiores eclesiais em sua criatividade de homem e pastor.

Naquela iniciativa, pode ser observado o sentido da compaixão, traduzida por Jesus no evangelho. A instituição “Cruzada São Sebastião” foi uma referência prática e concreta dessa atitude do Cristo. A iniciativa proporcionou *habitação* para aproximadamente 600 mil pessoas. Frutificavam os sinais de esperança nascidos no Congresso Eucarístico. Disse Simões¹⁶⁰ em sua tese de doutoramento:

Nesta grande reunião, Dom Helder Camara, à frente da organização do Congresso, consagra-se definitivamente aos pobres, seguindo a sugestão feita pelo cardeal Gerlier, de Lyon, com quem se encontrou, no Rio, ao final da grande reunião. Com este ímpeto alimentado pelo sucesso do Congresso, Dom Helder fundou a Cruzada São Sebastião e com ela tentou honrar o compromisso estabelecido com o cardeal francês: o de pôr um fim àquele “insulto ao Criador”, forma com a qual este último nomeou as favelas cariocas, espécie de mácula em uma cidade de natureza tão exuberante¹⁶¹.

A mesma autora afirmou, na apresentação do seu trabalho:

Afinal, tratava-se do testemunho mais eloqüente dos resultados de uma ação política da Igreja Católica iniciada em 1955 e apoiada pelo governo federal. A Cruzada São Sebastião, fundada por Dom Helder Camara, na época arcebispo auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro, teve como propósito urbanizar todas as favelas do então Distrito Federal em dez anos¹⁶².

Foi uma missão solidária que se tornou, até os dias de hoje, referência para as ações da Igreja que acrescentam à perspectiva religiosa, a característica sociotransformadora da realidade sofrida da população. Evidenciando o jeito de ser solidário de Dom Helder, a Cruzada São Sebastião buscou traduzir a caridade em habitação para o povo.

¹⁶⁰ Soraya Silveira Simões é doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense – UFF.

¹⁶¹ SIMÕES, Soraya Silveira. **Cruzada São Sebastião do Leblon**: uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro. Niterói: UFF, 2008. p. 129. Dissertação (Mestrado) / ICHF/PPGA, Niteroi, 2008.

¹⁶² *Ibid.*, p. 01.

4.1.2 Banco da Providência: o “Banco de Deus”

Eis a mensagem utilizada por Dom Helder quando se dirigiu à sociedade brasileira solicitando apoio ao seu então mais novo e desafiador projeto na perspectiva da inclusão social:

O Banco da Providência é o Banco de Deus. Surge para atender a uma necessidade: congregar os corações bem formados num gigantesco esforço de ajuda mútua... Não pretende substituir obras congêneres existentes, mas, ao contrário, dar-lhes a colaboração de que necessitam, para que melhor desempenhem as suas finalidades. Numa palavra: é a prática efetiva da solidariedade humana, no que ela tem de mais nobre e cristão. Cada um colabora com o que puder – bens ou serviços. E todos podem fazer alguma coisa. Por menor que possa parecer a contribuição, ela é sempre valiosa. Será a soma da ajuda individual de cada um de nós que transformará o Banco da Providência numa grande obra assistencial. O importante é que a doação anônima do humilde homem do povo ou o do homem de negócios sejam feitas com a mesma elevação de propósito. A idéia é boa? Então, ajude-nos. Faça um exame de consciência – e veja em que medida você pode contribuir. Pelo menos mais uma coisa além do que lhe ocorrer você poderá fazer: tornar-se um propagandista do Banco. Vamos nos ajudar mutuamente, com humildade cristã. Ninguém é tão pobre que não tenha o que oferecer. Ninguém é tão rico que não precise de ajuda¹⁶³.

A supracitada convocatória de Dom Helder aponta para a necessidade tão premente no período delimitado para nosso estudo, de colaboração entre pobres e ricos. Bastante inquieto com as desigualdades sociais, ele se propunha fortalecer os processos de inclusão social articulando-se, também, com os grupos financeiramente mais privilegiados, especialmente da sociedade carioca. Porém não se ateve à lógica restrita da economia; ao contrário, pensou em um banco de serviços que aglutinasse oportunidades, talento, partilha, integração, sinergia e solidariedade.

Veja-se o que, a respeito, afirmou a escritora Rachel de Queiroz¹⁶⁴:

¹⁶³ PILETTI; PRAXEDES, 2008, p. 209-216.

¹⁶⁴ Rachel de Queiroz foi professora, jornalista, romancista, cronista e teatróloga, nasceu em Fortaleza. Ainda jovem, começou suas atividades na imprensa, escrevendo crônicas e poemas. Em 1927, lançou seu primeiro romance, *História de um nome*, sob a forma de folhetim. Ficou nacionalmente conhecida ao publicar o romance *O Quinze* (1930). Naquela época teve grande participação política, tendo sido vinculada ao Partido Comunista Brasileiro. Já escritora consagrada, mudou-se para o Rio de Janeiro, em 1939. Seus romances demonstram intensa preocupação social, embora também seja significativa a análise psicológica que neles desenvolve. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional – RJ.

Acho que todo o Brasil já conhece a última invenção de D. Hélder Câmara: o Banco da Providência. Usando o “slogan” de que *“ninguém é tão pobre que não tenha o que oferecer, ninguém é tão rico que não precise de ajuda”*, o Banco recebe de quem queira dar (para depois distribuir com os necessitados), móveis, utensílios domésticos, instrumentos de trabalho, roupas, medicamentos etc; recebe, igualmente, donativos ou ofertas de serviços, horas de trabalho de qualquer profissional. Donativos ou trocas, pois cada “cliente” deve pagar o que recebe em futuras horas de serviço, ou outra qualquer forma de compensação a combinar¹⁶⁵.

A iniciativa considerava, primeiramente, a natureza da pessoa humana, presente em cada indivíduo social. A senhora Marina Araujo¹⁶⁶ traduziu o que significou aquela iniciativa de Dom Helder, na apresentação da trajetória dos 50 anos de existência do Banco da Providência:

Podemos dizer que Dom Helder recebeu a graça de ter muitos dons. Para nós, seu principal dom é a crença nas pessoas. Ele creditava às pessoas “tarefas decisivas a desempenhar para a aproximação dos homens e a construção efetiva da paz, através da justiça e do amor”. Por isso, o Banco da Providência é um banco cujo maior capital é o humano e cujo maior lucro é a solidariedade¹⁶⁷.

Em Dom Helder, o senso de humanidade conduzia suas atividades no campo religioso ao rumo de uma compaixão impregnada pela possibilidade de mudanças nas estruturas, a fim de favorecer a transformação da sociedade e de estabelecer compromissos com uma Igreja que fosse, também ela, mais humana e solidária.

Aliás, o próprio Dom Helder fala de sua experiência, centrada no humanismo em prol de uma sociedade inclusiva:

O essencial a transmitir é uma descoberta maravilhosa: em todos os recantos da Terra, dentro de todas as raças, todas as línguas, todas as religiões, todas as ideologias, há criaturas que nasceram para dedicar-se, para prestar serviço ao próximo, dispostas a não medir sacrifícios para ajudar de verdade [...] a construir um mundo mais justo e humano. São criaturas ligadas ao meio em que se acham inseridas, mas que se sentem membros da família humana, a ponto de encararem como irmãos e irmãs homens e mulheres de todas as latitudes e longitudes, de todos os climas,

¹⁶⁵ QUEIROZ, Rachel de. Notícias do Banco da Providência. **Revista O Cruzeiro**. Rio de Janeiro: 02 de abril de 1960. www.memoriaviva.com.br - Acesso em 25 de março de 2011.

¹⁶⁶ Marina Martins de Araújo é diretora geral do Banco da Providência, no Rio de Janeiro.

¹⁶⁷ BANCO da providência. **Dom para a defesa dos direitos humanos**: a trajetória e as histórias de 50 anos do Banco da Providência. Rio de Janeiro: 2009. p. 2. (edição própria)

de todas as cores, de todos os graus de riqueza e de miséria, de todas as diferentes manifestações de cultura. [...] Caminhar é ir em busca de metas, é prever um fim, uma chegada. Caminhar significa mover-se e ajudar muitos outros a moverem-se no sentido de tudo fazer por um mundo mais justo e humano¹⁶⁸.

As ideias apresentadas naquele período implicavam avanços determinantes para a luta pela transformação social da realidade. Dom Helder incluiu, na sua 'poesia' discursiva, a indicação de sua confiança que, pelo fato de as instituições congregarem as experiências humanas, elas próprias tornariam acessíveis à implementação de ações solidárias que, concretamente, incidissem na vida das pessoas e na Igreja. O grande desafio foi o de promover a articulação entre religião e solidariedade, com o espírito da caridade libertadora, considerando as experiências políticas e eclesiais da época¹⁶⁹.

Presente na inspiração que levou à fundação da Cáritas Brasileira, instituição a partir da qual estamos dialogando com outras experiências concretas, cuja iniciativa foi do próprio Dom Helder, a caridade libertadora introduziu, na dinâmica pastoral da Igreja Católica no Brasil, a sensibilização para uma evangelização mais solidária e mais coerente com a realidade do povo. Isso contribuiu para as estratégias utilizadas por parcelas da Igreja para atender aos pobres e incentivou ainda mais a criatividade em busca de alternativas de atendimento às comunidades, através das dioceses associadas na CNBB¹⁷⁰.

4.1.3 A Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste

Desde o período em que viveu e trabalhou no Rio de Janeiro, Dom Helder aproveitou-se da sua expressiva capacidade de articulação para olhar com atenção para os problemas dos homens e mulheres do Nordeste. Respeitado por quase todas as forças políticas interessadas no bem das pessoas, ele conquistou a simpatia de governantes e adquiriu confiabilidade para determinadas iniciativas através das quais, com o seu costumeiro idealismo, buscava a aglutinação de

¹⁶⁸ BANCO da providência. **Dom para a defesa dos direitos humanos**: a trajetória e as histórias de 50 anos do Branco da Providência. Rio de Janeiro: 2009. p. 5.

¹⁶⁹ Como vimos no primeiro capítulo, o período de 1952 a 1964, historicamente, para a Igreja, representou um cenário de acordos e articulações de interesses resultantes de conflitos políticos e de luta pelo poder.

¹⁷⁰ CNBB. **Cáritas hoje**. São Paulo: Edições Paulinas, 1981. (Estudos da CNBB, n.31).

forças e segmentos sociais na gestão de processos de inclusão. Foi assim que articulou um encontro dos bispos do Nordeste, realizado em Campina Grande, nos dias 21 a 26 de maio de 1956.

Mas o que tem a ver Dom Helder com a SUDENE? O que têm os bispos com aquela instituição? A preocupação com a realidade nordestina, aliada à vontade de algumas lideranças eclesiais, que queriam chamar a atenção do governo para os problemas do Nordeste, foram fortemente encampadas pela CNBB, na pessoa do seu Secretário Executivo, apoiado por alguns colegas do episcopado, especialmente por Dom Eugênio Sales, Bispo de Natal. Tais preocupações deram notoriedade à relação Igreja X Estado, considerando-se a aproximação existente com o então presidente da república, Juscelino Kubitschek, e o comprometimento do governo em

implementar medidas como liberação de verbas para obras de infra-estrutura, realização de projetos habitacionais, fomento à agroindústria, construção de hidrelétricas e modernização do porto de Recife, entre outras, visando a promover o desenvolvimento econômico e combater a miséria da região¹⁷¹.

A sintonia estabelecida entre os desejos da Igreja para a região Nordeste e o comprometimento do governo, que buscava dar respostas aos anseios dos bispos, foi determinante para concretizar sonhos acalentados por lideranças políticas e por pessoas comprometidas com a busca de um modelo de desenvolvimento com perspectivas de inclusão social. A “Operação Nordeste”, conforme se batizou a iniciativa do governo, veio a desaguar na fundação da SUDENE, em 1959. Foi notório o apoio dado pela Igreja, na época, àquela iniciativa, na esperança de que, politicamente, o Nordeste fosse inserido nas propostas de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico, mas com a cara do próprio Nordeste. O apoio da Igreja foi tanto que Juscelino chegou a retribuir o empenho da Igreja:

Essa iniciativa do governo federal é devida, forçoso é proclamar, à inspiração caridosa da Igreja e ao desejo enérgico de salvar da miséria tantos valores patrícios nossos, manifestado pelos pastores espirituais do Nordeste desde o primeiro encontro de Campina Grande¹⁷².

¹⁷¹ PILETTI; PRAXEDES, 2008, p. 220.

¹⁷² *Ibid.*, p. 221.

A troca de benefícios favoreceu tanto o governo quanto a Igreja. Mas o que destacamos é a iniciativa de promover, mesmo que a partir da ótica pastoral, a inclusão dos mais pobres na pauta do governo e vice-versa: o governo agir com o apoio da Igreja.

Novamente, chama a atenção o fato de que se não fosse Dom Helder uma liderança pastoral influente na Igreja e na sociedade, talvez essa parceria, que se considera uma nova forma de relação entre a Igreja e o Estado, não tivesse ocorrido. Os resultados da sintonia entre as pessoas da Igreja e do governo se traduziram em uma experiência de integração intermediada pela vinculação religiosa que alimentou a utopia da solidariedade e a luta por um Brasil sem tantas desigualdades regionais.

Essa influência era notável, nos mais diversos espaços sociais do Brasil e do mundo. Tanto que Dom Helder representou Juscelino, diante do Papa João XXIII, para proferir a mensagem de Chefe de Estado e transmitir-lhe o convite para a inauguração de Brasília. Dom Helder tinha as prerrogativas conferidas pela confiança e credibilidade de que desfrutava, acrescida da sua serenidade de pastor. Assim, aglutinava as qualidades necessárias para transitar entre a Igreja e o Estado naquele período politicamente conturbado.

4.2 Iniciativas voltadas para o mundo pastoral

Dom Helder cuidava das ações concretas em favor do estabelecimento da solidariedade criando instituições e articulando-se com diversos atores sociais: políticos, lideranças eclesiais e comunitárias. No entanto, era em nome da Igreja que ele agia. Pastoralmente, a adoção de posições avançadas influenciou, paulatinamente, o discernimento de alguns de seus colegas bispos, até mesmo nas interlocuções com o poder da Igreja.

Dom Helder não tinha uma concepção romântica sobre a pobreza; ao contrário, acreditava que ela era consequência de puro egoísmo humano. Não se intimidava quando tinha que assumir a existência, no Brasil, de uma pobreza estrutural. Suas inquietações eram inspiradas pelo desejo de um mundo mais justo, solidário e atento às necessidades cotidianas das comunidades. Ele

acreditava que a Igreja tinha como missão estar mais próxima dos pobres e, com eles, transformar a realidade para proporcionar-lhes uma vida melhor.

São numerosas as referências bibliográficas que destacam o carisma de Dom Helder, até mesmo nos preparativos para a grande assembléia do Concílio Vaticano II, quando exerceu o papel de forte articulador e estabeleceu ligações com os mais notáveis bispos participantes daquele importante evento eclesial¹⁷³.

Ressalta-se a sua sapiência no empenho pela integração dos caminhos da Igreja a partir das perspectivas assumidas, naquele período, pelas instâncias de gestão eclesial. Paulatinamente, foi surgindo uma sinergia aglutinada em torno de uma pastoral de conjunto implementada na Igreja do Brasil e da América Latina. E o que Dom Helder assumia como sua prioridade? A defesa dos pobres, especialmente dos mais excluídos da sociedade.

Mais uma vez se recorre às contribuições de Barros e Oliveira em obra várias vezes citada neste trabalho:

Pe. Helder lançou duas iniciativas. Organizou cursos para sacerdotes, que exerciam seu ministério no meio rural, para que se informassem adequadamente do que significava uma agricultura moderna, e ao mesmo tempo aprofundassem o papel da Igreja como um dos agentes da modernização da agricultura brasileira. A segunda iniciativa foi o lançamento de Semanas Ruralistas em cooperação com o SIA do Ministério da Agricultura. A primeira dessas Semanas foi realizada com muito sucesso na diocese de Campanha, no sul de Minas. Ao constatar, que participavam da Semana apenas proprietários rurais, Pe. Helder, ao ajudar o Bispo local, Dom Inocêncio Engelke, na redação de uma carta pastoral a ser lançada por ocasião do evento, introduziu no texto desta carta uma afirmação de tonalidade profética, pois ainda válida nos dias de hoje: “Conosco, sem nós, ou contra nós, irá se fazer a reforma agrária”¹⁷⁴.

Esse documento, já citado no trabalho, remete à necessidade de uma pastoral voltada para as questões da terra, do trabalho e da busca de alternativas para a realidade suscitada pela discussão, no país, dos temas de cunho social. Ao mesmo tempo, ele conduz à percepção de que a Igreja, de Norte a Sul,

¹⁷³ Não há dúvidas sobre a importância da convocação, por João XXIII, do Concílio por ele iniciado, concluído por Paulo VI. Por uma questão de foco da pesquisa, não aprofundamos esse tema. Destacamos, todavia, que a expressiva experiência de Dom Helder e a sabedoria evangélica evidenciada durante o Concílio, foram geradas a partir do cenário chamado Brasil, com origens no sofrido Nordeste.

¹⁷⁴ BARROS ; OLIVEIRA, 2009, p. 28.

promovia a integração de diversos atores sociais que se tornariam os possíveis protagonistas da ação sociotransformadora.

O processo de transformação passou por uma integração entre as forças opostas à solidariedade. Os aspectos tradicionais da formação pastoral começaram a dar lugar a uma catequese enraizada nos problemas e na vida do povo. Assim, pouco a pouco, cresceram os anseios por uma sociedade mais justa, solidária e fraterna.

A Igreja teve que preparar-se para essa missão. A inovação dependeu de criatividade, perseverança apostólica e consistência pastoral, valorizando as dimensões peculiares ao universo religioso, as dimensões sociais e a experiência humana. Entraram em cena atores religiosos que proporcionaram a Dom Helder, como Secretário da CNBB, fortalecimento de convicções para articular a construção de espaços pastorais voltados para a organização e para a integração de uma experiência de Igreja que, cada vez mais, estivesse focada nas questões sociais.

Em tal contexto, surgiu, em 1961, no Rio Grande do Norte, a Campanha da Fraternidade. Dom Eugênio Sales abraçou aquela primeira experiência e apoiou a iniciativa de uma Igreja local. Em seus desdobramentos, mais tarde, a experiência passou para a responsabilidade da CNBB e se tornou uma de suas principais bandeiras. Desde o início, ela foi assumida por Dom Helder, inclusive pelo fato de ele estar, então, exercendo mandato como secretário executivo da Conferência dos Bispos.

4.2.1 A Campanha da Fraternidade

O surgimento da Campanha da Fraternidade e, posteriormente, sua ampliação para o âmbito nacional, provocaram posicionamentos de D. Helder que reforçam a ligação entre aquela nova iniciativa e a Cáritas:

O fato de Dom Hélder ter sugerido que a Cáritas ficasse responsável pela Campanha também não foi por acaso. Além dele ter sido um dos fundadores da Cáritas Brasileira, em 1956, essa instituição também coordenava os programas assistencialistas da época, sendo inclusive, a principal receptora das ajudas internacionais, especialmente norte-americanas. Portanto, já teria experiência e dinheiro para a preparação desse tipo de

campanha¹⁷⁵.

No período de 1961 a 1964, houve a iniciativa de implementação da Campanha da Fraternidade, com o apoio da Cáritas Brasileira. Uma experiência que teve raiz e concepção metodológica em atividades desenvolvidas por agentes de pastoral que vislumbravam melhorar a presença de Igreja nas comunidades e arranjar recursos financeiros para dar continuidade às atividades da evangelização.

A campanha teve como inspiração a palavra de Deus, que se traduzia em círculos bíblicos focados em temas específicos, de acordo com a necessidade e as orientações dos pastores para ajudar a comunidade religiosa na sua formação e informação sobre a realidade da Igreja, especialmente no Brasil e na América Latina. Iniciada em três comunidades do Rio Grande do Norte, logo ganhou apoio de outros bispos e se espalhou por todo o Brasil¹⁷⁶.

Naquela iniciativa, a Cáritas Brasileira teve destacado papel, conforme afirmação de Vanessa Vasconcelos:

A Cáritas Brasileira também tem papel de destaque, pois foi a principal colaboradora na formatação e divulgação das Campanhas. [...] A Cáritas, em seu princípio, seguia a linha adotada pela Igreja Católica do Brasil, da época, de promover obras sociais financiadas por igrejas européias. Tais obras tinham como principal objetivo a doação de alimentos para as populações mais pobres. As Campanhas foram criadas com o objetivo inicial de suprir essa demanda por recursos, os quais eram oriundos de hierarquias católicas internacionais. Como veremos adiante, essa orientação foi marcante na concepção inicial das Campanhas¹⁷⁷.

Como já visto anteriormente, a Cáritas Brasileira sempre foi referência para a ação solidária da Igreja. Embora houvesse interpretações diversas acerca do seu papel junto às dioceses, especialmente sobre sua identidade e missão, a CNBB sempre a referenciou como matriz das obras sociais e da articulação de uma assistência social em prol das comunidades empobrecidas.

¹⁷⁵ ZECA, Vanessa de Vasconcelos. **A fraternidade e o mundo do trabalho**: um estudo do discurso católico sobre a questão social através das campanhas da fraternidade. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2008. p. 60.

¹⁷⁶ Nosso trabalho foca apenas o período de 1952 a 1964. Portanto, destacamos apenas a relação entre a origem da Campanha da Fraternidade, o estímulo dado à iniciativa por Dom Helder e os seus primeiros passos e experiências.

¹⁷⁷ ZECA, 2008, p. 11.

Não foram encontrados registros que indiquem se houve resistência à metodologia adotada pela Campanha em seus primeiros passos. No entanto, são difundidos comentários que, inclusive, chegaram à internet, de que as Campanhas tiveram o seu início em 1961, a partir de uma articulação inicial levada a efeito por três padres responsáveis pela Cáritas Brasileira, que àquela atividade deram o nome de Campanha da Fraternidade. Ela foi o embrião de um projeto anual dos organismos nacionais da CNBB e das igrejas particulares no Brasil. Sua essência apostólica e o compromisso com a evangelização da Igreja foi inspirada nas Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja em nosso País.

São poucos os autores que historicizam essa iniciativa da Igreja, através da CNBB. O trabalho, já citado, de Vanessa Zeca, conduz ao elaborado pelo professor Paulo Silva Pereira como referência histórica e de análise de algumas dessas campanhas, o que nos remete à elucidação das estratégias adotadas por uma pastoral educativa dirigida à formação dos fiéis católicos. Diz Pereira:

Percebe-se que a Campanha da Fraternidade tinha como objetivo explícito ser um instrumento eficaz de formação das 'consciências' e do comportamento dos homens. Uma 'evangelização' educadora dos fiéis e da sociedade levaria à adoção de atitudes de vida e convicções, cujo resultado seria a prática da 'fraternidade', ou seja, agir com consciência de que todos os homens eram irmãos¹⁷⁸.

Essa informação auxiliou na interpretação da finalidade a que veio a Campanha da Fraternidade, evento que, junto com as ações de solidariedade promovidas pela Cáritas Brasileira, se tornou referência eclesial internacional.

4.2.2 Participação no Concílio Vaticano II

Em 1959, a partir da convocação do Concílio Vaticano II pelo Papa João XXIII, Dom Helder, com sua experiência de pastor, vislumbrava e propunha novos horizontes para a adoção de estratégias que inovassem a Igreja. A partir da sinalização oficial, Dom Helder passou a articular, no Brasil, instrumentos que pudessem fundamentar e ser propositivos para uma integração cada vez maior da Igreja com as atitudes solidárias contidas nos ensinamentos de Jesus.

¹⁷⁸ ZECA, 2008, p. 11-12.

As lideranças e os agentes das pastorais dos organismos da CNBB enxergavam, em algumas experiências da Igreja do Brasil e da América Latina, luzes para a realização de uma boa conferência. Por exemplo, o Plano de Emergência¹⁷⁹, divulgado em abril de 1962, focava indicadores de renovação da Igreja e propunha uma ação pastoral conjunta. Essa iniciativa apontava caminhos de integração eclesial nos âmbitos diocesano, regional e nacional¹⁸⁰. Vanessa Zeca ajuda a elucidar a provocação contida na ideia do Plano de Emergência:

De acordo com o “*Ante-projeto de Plano de Emergência*” muitas vezes a preocupação maior estava em encontrar medidas paliativas e não em resolver o problema, como a distribuição de alimentos por parte da Cáritas, por exemplo. Para isso, tornava-se necessária a organização das dioceses e uma maior colaboração entre sacerdotes, religiosos e leigos, que deviam atuar não como meros executores de ordens, mas como partes integrantes e ativas do projeto. Entretanto, essa chamada não deveria ser interpretada como uma licença para que esses membros começassem a contestar a autoridade da Igreja em público, o que causaria divergências e, conseqüentemente, desunião. O princípio de obediência à hierarquia, considerada “elemento fundamental da Igreja”, era essencial para que o Plano de Emergência pudesse ir adiante. Da mesma forma, não importava que existissem movimentos mais avançados ou mais conservadores, o importante era nunca deixar de lado a caridade, princípio básico para qualquer projeto¹⁸¹.

Nunca deixar de lado a caridade era prerrogativa básica de qualquer projeto da CNBB ou das instituições animadas por Dom Helder. Mesmo que houvesse resistências ao referido Plano de Emergência, representando um plano de pastoral de conjunto, ele foi encaminhado para que a Igreja no Brasil pudesse agir solidariamente através dos seus organismos. A Igreja, porém, evocava, a partir da assembléia geral:

O nosso ardor apostólico, os carismas que a Igreja derrama hoje em abundância na Igreja do Brasil, deverão ajudar-nos, sob o impulso do Espírito Santo e em comunhão com a hierarquia, a dar a esta mensagem as formas concretas de expressão adaptadas aos homens que queremos salvar¹⁸².

¹⁷⁹ CNBB. Anteprojeto do Plano de Emergência para a mobilização geral da Igreja no Brasil. V Assembleia Ordinária. Rio de Janeiro, 2 a 5 de abril de 1962.

¹⁸⁰ CNBB. **Plano de Pastoral de Conjunto**. Rio de Janeiro: Livraria Dom Bosco Editora, 1966. p. 23.

¹⁸¹ ZECA, 2008, p. 49-50.

¹⁸² BARROS, Raimundo Caramuru de. **Perspectivas pastorais para o Brasil de hoje** – subsídios para o estudo e a execução do Plano de Emergência. 1ª Parte – Perspectivas da realidade e

Como continuar as atitudes de caridade sem desprezar a hierarquia? Diante dessa questão, Dom Helder sempre recorria a sua fonte de sabedoria – a palavra de Deus –, para argumentar suas decisões e sugestões, bem como as orientações da CNBB:

Concede-me, Senhor, meu Deus/ Uma inteligência que Te conheça,/ Uma angústia que Te procure,/ Uma sabedoria que Te encontre,/ Uma vida que Te agrade,/ Uma perseverança que Te espera com confiança/ E uma confiança que enfim Te possua¹⁸³.

Dom Helder era possuidor de uma profunda espiritualidade, fruto da sua formação religiosa, que podia ser observada na dedicação ao serviço missionário pela Igreja de Jesus Cristo. Ele sabia orar e discernir. Suas decisões eram sempre respeitadas e assumidas pelas lideranças da Igreja como orientações para os trabalhos pastoral, social e político.

A solidariedade humana, resultante da evangelização dos pobres, era considerada uma exigência da caridade cristã. Assim se promovia o pobre, provocando mudanças nas estruturas que se sobrepunham à realidade de pobreza.

Veja-se, outra vez, parte da matéria publicada por Rachel de Queiroz, na revista “O Cruzeiro”:

Ainda, pois, o Banco da Providência (BP) de vento em pôpa, mas, eterno problema do crescimento, carece, inapelavelmente, de dinheiro. A carteira de empréstimos, neste pouco tempo, já distribuiu cerca de um milhão de cruzeiros. Note-se que não se cobram juros, o pagamento é sem prazo, em espécie ou em trabalho, mas insiste-se em emprestar, em vez de dar. É uma sutil distinção psicológica, importantíssima. E então, a fim de obter o dinheiro, e sem onerar demais a generosidade dos que dão, nestes tempos de aperto, o BP bolou uma – como diremos? – vá lá, uma bossa-nova. O BP nos pede o que a gente ainda não tem e com que não conta: parte dos juros, apenas parte dos juros! Dos nossos depósitos bancários. O BP está distribuindo formulários que o doador deve preencher, e no qual instrui o seu banco a transferir 25, 50, ou 100% dos juros de sua conta ao Banco da Providência (BP). Para conseguir esses novos “acionistas”, o BP entrou em colaboração com o Rádio e a Tv e fará, no dia 28 de março próximo – chamado o “Dia da Providência” – o maior programa de rádio e Tv já realizado na América do Sul, pois ficará

dinâmica da situação. Encontro dos Secretariados Nacionais da CNBB. Rio de Janeiro, 22 a 27 de Abril de 1963.

¹⁸³ CAMARA. Helder Pessoa. **Meditações**. Voz - Gravação do Rádio Globo. Rio de Janeiro: arquivo da Biblioteca Nacional – junho de 1963.

no ar até que se chegue à cota de 50.000 acionistas, que é a sua meta. Os patrocinadores já concordaram em que todos os seus programas sejam dedicados ao Dia da Providência. – Em tempo: Não pede o BP os juros da sua conta bancária grande. Apenas o jurozinho da sua conta de movimento, que pode ser até de 100 cruzeiros, – dinheiro com que você não conta, porque é pouco e variável, e que não pesa de modo nenhum no seu orçamento anual¹⁸⁴.

Desde aquela época, já não era possível realizar obras sociais e de evangelização sem contar com as parcerias. Nesse momento, pode parecer estranho abordar esse tema junto ao da histórica articulação para o Concílio... Objetiva-se, entretanto, apresentar algumas afirmações na finalização deste capítulo.

Em sua ação como líder da Igreja, Dom Helder adotara princípios de que não abria mão: 1. o compromisso social cristão, traduzido no incentivo à “partilha do pão” em todos os aspectos. Para ele, em uma perspectiva eclesiológica, o sacrifício era parte da experiência de integração entre todos os setores da sociedade. Achava que não devia haver distinção de classes, cor, religião e, muito menos, concorrência entre as pessoas; 2. articulação permanente: Dom Helder não parava de burilar iniciativas que vislumbrassem processos de inclusão social e, através dos meios de comunicação, com apoio de personagens destacados da sociedade, era capaz de revirar e refazer o “baú da solidariedade”; 3. proposição da visibilidade da Igreja no período: embora em uma relação ainda conturbada, politicamente a Igreja era a instituição com maior capilaridade para implementar projetos sociais e de intervenção na melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

Sua visão propiciou que ele experimentasse certos tons de incômodo por parte de algumas pessoas da chamada alta sociedade, conforme antes relatado sobre a posição defendida pela proprietária do jornal Correio da Manhã. Entretanto, outras pessoas que também gozavam de status social, caso da escritora Raquel de Queiroz, aderiam às suas iniciativas. Tal adesão, acredita o autor, vai muito além do fato de serem ambos cearenses. Veja-se:

Leitor meu irmão, vamos ajudar a bossa-nova de Dom Helder. Acho que vocês todos concordam em que é uma beleza esse

¹⁸⁴ QUEIROZ, 2011.

sistema de fazer caridade com tal amplitude, e ao mesmo tempo respeitando a dignidade do socorrido: emprestar, em vez de dar esmolas. Tenho visto o BP funcionando, e posso garantir a vocês que é impressionante. Alias não seria preciso esta minha afirmação para os interessar – quem sou eu, para servir de fiadora a um santo? Porém, o mais humilde pode dar o seu testemunho, e é isso que eu faço. Alem do mais, com aquela energia espantosa que Deus lhe deu, se a gente não arranja depressa os acionistas que ele quer, além de nos obrigar a ficar escutando rádio sei lá por quanto tempo, aquele padre é muito homem para bolar coisa ainda pior – e traçar meta de meio milhão de acionistas, em vez dos singelos cinqüenta mil de agora...¹⁸⁵

Com esse texto, em 02 de abril de 1960, Raquel de Queiroz motivou a sociedade brasileira, através da revista “O Cruzeiro”, para aderir à campanha aberta por Dom Helder em favor do Banco da Providência. A sua persistência era traduzida em objetivo com metas concretas para conseguir sensibilizar, provocar e fazer acontecer ações e vivências de solidariedade e partilha.

Sem entrar no mérito da metodologia adotada por Dom Helder, afirma-se que as suas iniciativas também eram conectadas com o seu carisma de sensibilizador social e religioso. Suas mensagens eram escutadas e debatidas; os seus adeptos reagiam de forma favorável e encampavam a sua proposta. Por outro lado, havia perturbação entre os poderosos, que resultava no caráter da ‘plausibilidade’ visto anteriormente.

A superação dos desafios não se restringia aos problemas, mas se estendia à criatividade, movida pelo desejo de realização da prática social e da construção coletiva, a partir de gestos concretos de solidariedade.

A liderança que exercia e a forma como administrava estavam alicerçadas em sua competência para atuar na fidelidade ao princípio da comunhão eclesial, em sintonia com os ensinamentos do evangelho e com as diretrizes do plano de pastoral de conjunto. Fiel aos compromissos de pastor e pregador, percebia a instituição religiosa como instrumento de articulação entre fé e vida. A Igreja era, a seu modo de ver, templo de solidariedade.

¹⁸⁵QUEIROZ, 2011.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo fim de um trabalho de pesquisa tem o sabor de um recomeço. E aqui não se conclui o trabalho, mas apontam-se desafios que estão por vir em novos percursos acadêmicos, inclusive os assumidos por outros(as) pesquisadores(as). É certo que as bandeiras de luta empunhadas por Dom Helder e a sua relação com a caminhada eclesial já são motivo de infindáveis pesquisas. Quando ouvem falar de suas obras, os espíritos curiosos se enchem de ideias e sentem vontade de seguir buscando, dialogando e escrevendo sobre a dádiva representada pela vida, pensamento e ações do “profeta da paz”.

A própria Universidade Católica de Pernambuco motivou, recentemente, a refletir sobre “o século de Dom Helder”, em uma justa homenagem ao centenário de seu nascimento. Através da Revista de Teologia e Ciências da Religião, pode-se verificar um indicador que fundamenta nossa premissa. Veja-se uma informação do Pe. Gervásio Queiroga¹⁸⁶, quando descreve Dom Helder:

Santo, profeta e doutor, pastor e poeta, místico e humanista, inserido em nossa história e transcendente, profundo e diáfano, realista e utopista, Dom Helder extrapola todos os esquemas. Muito avançado e candidamente conservador. A começar pela sua inseparável batina clerical, sua fé insofismável nas três brancuras caracterizadoras do catolicismo tradicional: o Papa, Maria, a Eucaristia.¹⁸⁷

Todo o artigo do Pe Queiroga instiga à continuidade da pesquisa. Ele, com toda sua competência de ex-assessor da CNBB, apresenta e enumera várias obras que valeriam novos capítulos como registro de uma memória histórica relevante para a Igreja e para o mundo.

Neste estudo, focaram-se algumas obras de Dom Helder e a curiosidade foi analisar a sua relação com o processo de fundação da Cáritas Brasileira. O autor acredita ter cumprido essa tarefa. Verificou-se que Dom Helder, como Secretário Executivo da CNBB, aproveitou a oportunidade de apoio

¹⁸⁶ O Pe. Gervásio Fernandes Queiroga colaborou por muito tempo com a CNBB, como assessor de Dom Helder. Membro da Diocese de Cajazeiras (PB). É doutor em Direito Canônico pela Universidade Gregoriana. Publicou o livro “CNBB, comunhão e corresponsabilidade”.

¹⁸⁷ QUEIROGA, Gervásio Fernandes de. Da CNBB ao Vaticano II: Dom Helder e a busca constante de colegialidade e comunhão. **Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP**. Recife, ano VII, 2008. n. 7. p. 37.

oferecido pelos bispos americanos (doação de alimentos) e intercedeu, junto com sua equipe de trabalho, para ter aquela instituição no Brasil. Confirma-se sua incansável participação profética na construção de uma obra que se caracteriza, eminentemente, pela solidariedade. No seu artigo, o Pe Queiroga fez destaque de algumas contribuições características para a Igreja no Brasil, com repercussão em outras Igrejas e, na citação de número 12 registra a fundação da Cáritas Brasileira¹⁸⁸.

Outra intenção deste estudo foi investigar como a Cáritas Brasileira foi proposta nos processos de inclusão social e é uma resultante da prática da solidariedade. Percebeu-se que a concepção da Cáritas aconteceu em meio a uma situação de emergência e que a sua primeira característica foi a de dar respostas assistenciais. Ela é consequência da distribuição dos donativos americanos entre as dioceses e regiões do Brasil, de forma organizada e articulada. Porém, ainda no início das suas atividades institucionais, seus membros introduziram, na sua missão, a prática da evangelização libertadora. Pôde-se perceber, então, que adotou uma metodologia de trabalho direcionada para a prática da libertação e da inclusão social.

São numerosos e polissêmicos os depoimentos contidos na documentação e na bibliografia sobre Dom Helder, sobre as instituições e as atividades acompanhadas pela Igreja no período estudado. Diante dos desafios impostos pela conjuntura política e econômica da época¹⁸⁹, a Igreja chegou a incorrer em contradições. Todo esse vasto material constitui um rico acervo para, a partir de sua análise, serem agregados novos valores oriundos de outras visões acerca do projeto solidário de um homem que, em sua condição de líder religioso, soube construir instituições voltadas à prática de ações que denotavam atitudes de caridade libertadora. Em caráter de compromisso com o evangelho, afirmou:

Acredito que conosco, sem nós ou contra nós, as massas vão abrir os olhos. As massas terão a consciência despertada. E se amanhã elas tiverem a impressão de que o cristianismo teve

¹⁸⁸ QUEIROGA, 2008, p. 63-64.

¹⁸⁹ Essa conjuntura foi muito bem trabalhada pelos autores que foram citados no trabalho, entre outros, Nelson Piletti, Walter Praxedes, Raimundo Caramuru Barros, Lauro de Oliveira e Oscar Lustosa. As suas obras foram assumidas como publicações que permitem destacar a importância do período de 1950 a 1964, caracterizado como o de um canteiro de obras de caridade na Igreja do Brasil.

medo, que não teve coragem de dizer a verdade, de mostrar a verdade. Então, acabou-se o cristianismo¹⁹⁰.

Sugere-se, nessa citação, que Dom Helder tenha recordado o tema de uma semana ruralista, resgatando a utopia para a Igreja, contida no documento assinado por Dom Inocêncio Engelke¹⁹¹ e a tenha associado com o compromisso de denunciar as injustiças sociais sem medo de perseguições e/ou ameaças. Solidário aos pobres e engajado na luta pela transformação social, ele foi capaz de vivenciar esse desejo de transformação com o próprio testemunho:

Se falamos em revolução como mudança rápida e radical, então eu desejo essa revolução social. E vêm me dizer que isso é comunismo! Comunismo seria mostrar a religião como ópio para o povo. Eu desejo exatamente o contrário. É preciso ajudar verdadeiramente, e eu adoro essa expressão, a promoção humana. Pois devemos encorajar. Não é nossa tarefa carregar as massas, mas é preciso encorajá-las. Então elas tomam coragem e é maravilhoso¹⁹².

A promoção humana era, antes de tudo, a meta assumida por Dom Helder como eixo central em sua luta por uma sociedade mais justa e solidária. Mobilizando as pessoas, incentivava-as a conservar a esperança em dias melhores e em uma vida mais plena.

O professor Eduardo Hoornaert¹⁹³, ao escrever a introdução das Cartas Circulares Interconciliares de Dom Helder, afirma:

Afinal, a literatura universal trata do universalmente humano. A leitura de uma Carta de São Paulo ou de uma Circular de Dom Helder sempre será proveitosa para quem conseguir relacionar o texto com a vida vivida. A literatura cristã tem sua importância no fato de que aborda temas básicos da vida humana só raramente abordados nas sociedades em que vivemos¹⁹⁴.

Destaca-se também a sua capacidade criativa, de articulação e de discernimento sobre a ética e os valores da solidariedade, ao ponto de não deixar algumas insígnias por muitos consideradas símbolo do conservadorismo da igreja,

¹⁹⁰ Vídeo - O Santo Rebelde... – introdução legendada.

¹⁹¹ LUSTOSA, 1991, p. 151.

¹⁹² Vídeo - O Santo Rebelde...

¹⁹³ Professor Eduardo Hoornaert nasceu em Bruges, Bélgica. Desde 1958 vive no Brasil. É padre casado, professor de História. Lecionou História do Cristianismo em diversos institutos teológicos do Nordeste, entre eles, o Instituto de Teologia do Recife.

¹⁹⁴ HOORNAERT, Eduardo. Introdução. In: ROCHA, Zildo (Org.). **Circulares interconciliares**: de 11/12 de abril a 9/10 de setembro de 1964. Recife: CEPE, 2009. p. XXVI. v. 2, t. 1.

como a batina, por exemplo. Conservava, todavia, o que lhe parecia essencial: canalizar todos os esforços em favor do serviço aos mais pobres.

Como posicionar a Cáritas Brasileira em meio ao elenco das fundações humanitárias de Dom Helder? A análise efetuada permite afirmar que ele a estabeleceu na categoria de instituição canalizadora das obras sociais da CNBB, vinculando-a ao compromisso da Igreja com as atividades de assistência e solidariedade às vítimas das emergências sociais (exclusão, fome, miséria), naturais (desabrigados pelas chuvas, secas e/ou catástrofes) e políticas (perseguidos e exilados), todas presentes em momentos diversificados do cotidiano das pessoas.

Naquela época, a partir do programa “Aliança para o progresso”, Dom Helder teve o discernimento de que era chegado o momento propício para fundar a Cáritas no Brasil como forma de organizar e estabelecer vínculos permanentes de trabalho com e pelos mais pobres.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Roberto de Oliveira. **Recife: da Frente ao Golpe**: ideologias políticas em Pernambuco. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1993. 265 p.

BANCO da providência. Dom para a defesa dos direitos humanos: a trajetória e as histórias de 50 anos do Branco da Providência. Rio de Janeiro: 2009. (edição própria). 32 p.

BARROS, Raimundo Caramuru; OLIVEIRA, Lauro de. **Dom Helder**: o artesão da paz. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009. 391 p.

BERGER, Peter. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985. 194 p.

_____. **Rumor de anjos**: a sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. 228 p.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 247 p.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Onde está o povo, aí está a Igreja?**: história e memórias do Seminário Regional do Nordeste II, do Instituto de Teologia do Recife e do Departamento de Pesquisa e Assessoria. Recife: Fundação Antonio dos Santos Abranches, 2008. 402 p.

CÁRITAS brasileira. 50 anos – Cáritas Brasileira: solidariedade pela vida. **Revista especial comemorativa**, 2006. 44 p.

_____. Jubileu de 50 anos da Cáritas Brasileira. Organizado pela Jornalista Andréa Griff. Rio de Janeiro, 2006. (Vídeo comemorativo). 29'33".

_____. Quem somos? Secretariado da Cáritas Nacional. Site institucional da matriz em Brasília. Disponível na Internet em <http://www.caritas.org.br>. Acesso em 12 dez. 2010.

_____. Dom Helder Camara: presença profética e poética do reino. Regional Nordeste II. Recife: 16 a 18 de out. 2009. (Caderno de textos da V Assembléia Regional).

_____. Comunicado da Cáritas Brasileira aos Exmos. Srs. Arcebispos, Bispos e Prelados. Nossas informações – relatório de atividade de 22 a 24 de novembro 1961. 4p.

CAMARA, Helder. **Circulares conciliares**: de 13/14 de outubro de 1962 a março de 1964. MARQUES, Luiz Carlos Luz; FARIA, Roberto de Araújo (orgs.). Recife: CEPE, 2009. 431p. Coleção obras completas de Dom Helder Camara; v. I., t. I.

_____. **Circulares conciliares**: de 12 de setembro a 22/23 de novembro de 1964. MARQUES, Luiz Carlos Luz; FARIA, Roberto de Araújo (Orgs.). Recife: CEPE, 2009. 301p. Coleção obras completas de Dom Helder Camara; v. I., t. II.

_____. **Circulares conciliares**: de 10/11 de setembro a março 7/8 de dezembro de 1965. MARQUES, Luiz Carlos Luz; FARIA, Roberto de Araújo (Orgs.). Recife: CEPE, 2009. 328 p. Coleção obras completas de Dom Helder Camara; v. I., t. III.

_____. **Circulares interconciiliares:** de 11/12 de abril a 9/10 de setembro de 1964. ROCHA, Zildo (Org.). Recife: CEPE, 2009. 334 p. Coleção obras completas de Dom Helder Camara; v. 2., t. 1.

_____. **Circulares interconciiliares:** de 23/24 de novembro de 1964 a 17/18 de abril de 1965. ROCHA, Zildo (Org.). Recife: CEPE, 2009. 354 p. Coleção obras completas de Dom Helder Camara; v. 2., t. 2.

_____. **Circulares interconciiliares:** de 18/19 de abril a 31 de agosto/1 de setembro de 1965. ROCHA, Zildo (Org.). Recife: CEPE, 2009. 397 p. Coleção obras completas de Dom Helder Camara; v. 2., t. 3.

_____. **Meditações.** Voz - Gravação do Rádio Globo. Rio de Janeiro: arquivo da Biblioteca Nacional – junho de 1963.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). Declaração dos Bispos do Nordeste. Mensagem da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Brasília/DF, 1963.

_____. **Pastoral da Terra.** São Paulo: Paulinas, 1976. 136 p. Coleção estudos da CNBB, 11.

_____. **Perspectivas Pastorais para o Brasil de Hoje** – subsídios para o estudo e a execução do Plano de Emergência. 1ª Parte – Perspectivas da realidade e dinâmica da situação. Encontro dos Secretariados Nacionais da CNBB. Rio de Janeiro, 22 a 27 de Abril de 1963.

_____. **História da Campanha da Fraternidade.** Disponível na internet em <http://www.cnbb.org.br>. Acesso em 15 de mar. 2010.

_____. **Cáritas Brasileira:** 50 anos promovendo solidariedade. São Paulo: Paulus, 2006. 92 p. Coleção estudos da CNBB, 92.

_____. **Secretariado Nacional de Ação Social** - CNBB. Ata da reunião nº 40, f. -2-. Brasília: Janeiro de 1956.

_____. **Secretariado Nacional de Ação Social.** Ata da reunião nº 45, f. -8-. Brasília, Junho de 1956.

_____. Assembléia de fundação. Ata registrada no livro 'E', número três, de Documento Integral de Pessoas Jurídicas, do Cartório de Pessoas Jurídicas da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro,

_____. Secretariado Nacional de Ação Social: 3ª Assembléia Geral da CNBB. Ata geral da assembléia em Serra Negra, SP. Brasília, 10 e 11 de novembro de 1956.

_____. Secretariado Nacional de Ação Social. Comunicado mensal nº. 40. Brasília, Janeiro de 1956.

_____. Secretariado Nacional de Ação Social. Comunicado Mensal nº. 109 e 110. Brasília, Outubro/novembro de 1961.

_____. Secretariado Nacional de Ação Social. Comunicado Mensal nº.111. Brasília, Dezembro de 1961.

_____. Secretariado de Nacional de Ação Social. Comunicado Mensal nº. 109 e 110. Brasília, Outubro/novembro de 1961.

_____. **Cáritas Hoje**. São Paulo: Paulinas, 1981. 101p. Coleção estudos da CNBB, 31.

_____. Anteprojeto do Plano de Emergência para a mobilização geral da Igreja no Brasil. Vª Assembléia Ordinária. Rio de Janeiro, 2 a 5 de abril de 1962.

_____. **Plano de Pastoral de Conjunto**. Rio de Janeiro: Livraria Dom Bosco Editora, 1966. 156 p.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. **Manual para normatização de trabalhos acadêmicos:** monografias, dissertações e teses. 9. ed. Recife: INSAF, 2009. 135 p.

DAMASCENO, Catarina. **Mil sementes caídas e algumas apanhadas**. Recife: Fundação Antonio dos Santos Abranches, 2007. 117 p.

ENGELKE, Dom Inocêncio, “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural” – Arquivo da Cruzada São Sebastião no Rio de Janeiro, com texto datilografado. (Documentos diversos). 6 p.

INSTITUTO DOM HELDER CAMARA. O santo rebelde – documentário gravado em DVD. Recife, [s.d.]. 74`.

KAWAUCHE, Thomaz. A religião no Brasil do século XXI: uma análise bergeriana. Disponível na internet em <http://www.espacoacademico.com.br>. Acesso em 17 de mar. 2011.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil República:** cem anos de compromisso (1889-1989). São Paulo: Paulinas, 1991. 178 p.

MIRANDA, Dom Dário. Declaração do arcebispo da cidade do México. Manuscritos de Dom Helder. Arquivo da Cruzada São Sebastião – Rio de Janeiro.

P. JÚNIOR, Roberto C. Ensaio bíblico: a cruz isósceles. Agosto 2008. Disponível na internet em <http://www.library.com.br>. Acesso em 12/12/2010.

PEDRINI, Dalila Maria. Cidadania ativa – Controle social de políticas públicas: conceitos e ações da Cáritas Brasileira. In: 50 anos – Cáritas Brasileira: solidariedade pela vida. **Revista especial comemorativa**, 2006. p. 32.

PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Dom Helder Câmara:** o profeta da paz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. 397 p.

QUEIROGA, Gervásio Fernandes de. **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil:** comunhão e responsabilidade. São Paulo: Paulinas, 1977. 503 p.

QUEIROZ, Rachel de. Notícias do Branco da Providência. Revista O Cruzeiro, última página. Rio de Janeiro: 02 de abril de 1960. Disponível na internet em <http://www.memoriaviva.com.br>. Acesso em 25 de março de 2011.

REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA (REB). Manifesto do episcopado brasileiro. Petrópolis, v. 5, n. 2, p. 419, jun. 1945.

_____. Diretrizes e bases da educação nacional, discussões sobre a atualização em 1958 – 1961. 19 (1): 118-122, mar. 1959.

_____. Memorial dos bispos do RS sobre as tendências totalitárias e materialistas no Ministério da Educação. REB, 18 (2), 559-562. jun. 1958.

ROCHA, Dom Geraldo Lyrio. Centenário de nascimento de dom Helder Camara. Brasília: 09 de fev. 2009, DF/CNBB. Disponível na internet <http://www.cnbb.org.br>. Acessado em 26/03/2011. (homilia na missa do centenário).

SALEM, Helena (Coord.). **A Igreja dos oprimidos**. 3. ed. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1981. 231 p. Coleção Brasil/hoje; 3.

SERBIN, Kenneth P. **Perfis cruzados**: trajetórias e militância política no Brasil do século XX. Rio de Janeiro: Imago, 2002. Organizado por Beatriz Kushnir, Tradução de Rafael R. loris. Disponível na internet em <http://www.espacoacademico.com.br>. Acesso em 16 de maio de 2010.

SIMÕES, Soraya Silveira. **Cruzada São Sebastião do Leblon**: uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro. – Niterói: UFF/ ICHF/ PPGA, 2008. 424 p.

SOUSA, Marcelo Barros de. Melhor do que o pão, a partilha e sua divisão! A herança poética e profética de Dom Helder para a Cáritas. Recife: setembro de 2009. (Caderno de textos da V Assembléia Regional da Cáritas Regional NE II).

TEIXEIRA, Faustino (Org.). **Sociologia da religião**: enfoques teóricos. Petrópolis: Vozes, 2003. 270 p.

ZECA, Vanessa de Vasconcelos. **A fraternidade e o mundo do trabalho**: um estudo do discurso católico sobre a questão social através das campanhas da fraternidade. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2008. 169 p.

DOCUMENTOS E OBRAS NÃO CITADOS

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO. Homenagem e entrega da medalha “Post Mortem” a Dom Helder Camara. Sessão solene solicitada pelo Deputado Olney Botelho – SS - 057. Rio de Janeiro, 27 de ago. de 2009.

BANCO DA PROVIDÊNCIA. Balanço social 2008. Documento institucional. Rio de Janeiro, 2008. 24 p.

BENTO XVI. Deus Caritas Est – Carta encíclica doc. 189. Roma: Paulinas, 25 de dez. 2005. 76 p.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007. 361 p.

BROUCKER, José de. **As noites de um profeta**: Dom Helder Camara no Vaticano II. São Paulo: Paulus, 2008. 168 p.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade. Contextualização para o estudo de instituições católicas atuantes no Brasil após 1960: um esboço a partir da Arquidiocese de Olinda e Recife. In: BRANDÃO, Sylvana (Org.). **História das religiões no Brasil**, vol. 3. Recife: Editora da UFPE, 2004. p. 59-108.

CAMARA, Helder Pessoa. **Rosas para meu Deus**. São Paulo: Paulinas, 1996. 69 p.

_____. Deus nos tempos de hoje e na vida de cada dia. Paulinas, Comep. CD` musical e mensagens, [s.d.).

CÁRITAS BRASILEIRA. Cáritas Brasileira – Direitos humanos: em defesa da vida e das populações excluídas. Revista Cáritas: Brasília, março de 2008. 95 p.

_____. Cáritas Canta – cânticos litúrgicos e pastorais. 4. ed. Brasília, 2006. 88 p.

_____. Entre crime e dever não pode haver solidariedade. Vol. V – PRSPR/2345. Rio de Janeiro, 25 de fev. de 1956. p. 04.

_____. Marco referencial da Cáritas Brasileira: políticas, prioridades e ações. Brasília, 2008. 28 p.

_____. **Uma história escrita a muitas mãos**: 10 anos de rearticulação da Cáritas Brasileira Regional Nordeste II. Recife: Cáritas Brasileira Regional Nordeste II, 2004. 200 p.

_____. Cáritas Brasileira, solidariedade pela vida. Subsídio de preparação para o 3º Congresso Nacional. Aracaju, 08 a 12 de Nov. de 2006. 32 p.

_____. Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro. Fotos históricas em CD. Arquivo. Pesquisa fotográfica: Andréia Gripp (RJ) e Suzane Durães (DF). 2005/2006.

CASTRO, Marcos de. **Dom Helder**: misticismo e santidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 301 p.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Centenário de nascimento de Dom Helder Camara: o Dom da Paz. CD musical e poemas. Recife, 2009/2010.

COSTA, Rita de Assis. Dom Helder Camara: memórias de um profeta popular. Publicado pela Cáritas Brasileira Regional Nordeste II. Ed. Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios. Recife, dez. 2008. 18 p.

CRUZADA SÃO SEBASTIÃO. Caderno com diversos documentos datilografados. Escritos de Dom Helder e amigos. 239 p/f.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Pesquisa e estudo. Rio de Janeiro: pesquisa nos meses de março e setembro de 2009. Sede Av. Rio Branco 219 Rio de Janeiro CEP 20040-008 Tel 55 21 3095 3879 Fax 55 21 3095 3811 Copyright © 2006 Biblioteca Nacional. dinf@bn.br – www.bn.br.

HICK, John. **Teologia cristã e pluralismo religioso**: o arco-íris das religiões. São Paulo: Attar editorial, 2005. 214 p.

JORNAL IMPRENSA POPULAR. Toda solidariedade ao povo egípcio. Vol. III – PRSPR/175(16). Rio de Janeiro, 09 de Nov. 1956.

JORNAL LUTA DEMOCRÁTICA. Bandeiras vermelhas no palácio do Arcebispado. Vol. III – PRSPR/2757. Rio de Janeiro, 11 de nov. de 1956. p. 07.

JORNAL ÚLTIMA HORA. Intriga contra Dom Helder Camara. Vol. V – PRSPR/2345. Rio de Janeiro, 03 de jan. de 1956. p. 04.

NENO, Aluysio da Silva. Jubileu de ouro de solidariedade Cáritas Diocesana de Nova Friburgo. Nova Friburgo, julho de 2010. (memorial) 44 p.

REVISTA DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO. O século de Dom Helder. Recife: FASA, 2008. Semestral. Periódico publicado pelo Mestrado em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. 138 p.

SANTANA, Nara Lúcia (Org.). **Os passos do Pastor**. Homenagem ao Dom Helder. Gráfica Fac Form. Cartilha. Recife, [s.d.]. 40 p.

TEIXEIRA, Faustino. “Enfoques teóricos da religião”. Entrevista (Edição nº 23). Acesso na internet <http://www.antropologia.com.br>, em 12 de abril de 2010.

ANEXO A - Caderno iconográfico¹⁹⁵

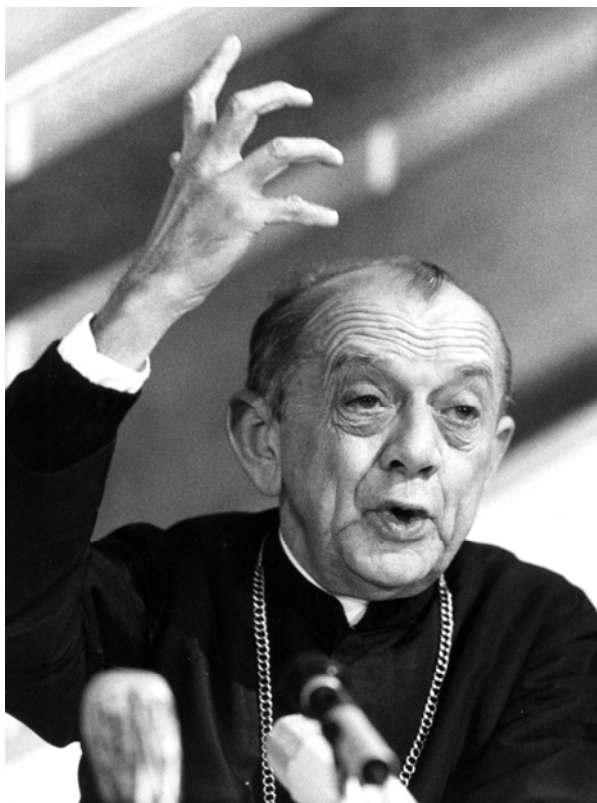
Pe. Edmund Leising, ao centro, participa do trabalho de distribuição de alimentos



Fonte: arquivo Cáritas Brasileira

¹⁹⁵ As fotografias que compõem esse caderno iconográfico foram cedidas voluntariamente pela Sra. Andréia Gripp, jornalista e colaboradora da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro. São resultantes de uma pesquisa fotográfica realizada por ocasião do Jubileu da Cáritas. Algumas foram publicadas na revista comemorativa dos 50 anos da Cáritas Brasileira. Registramos nossos agradecimentos pela gentileza da cessão de direitos do uso das fotografias.

Dom Helder Camara: fundador da Cáritas Brasileira



Fonte: arquivo Cáritas Brasileira

Cadastramento de famílias para atendimento da Cáritas, em Patos – PB



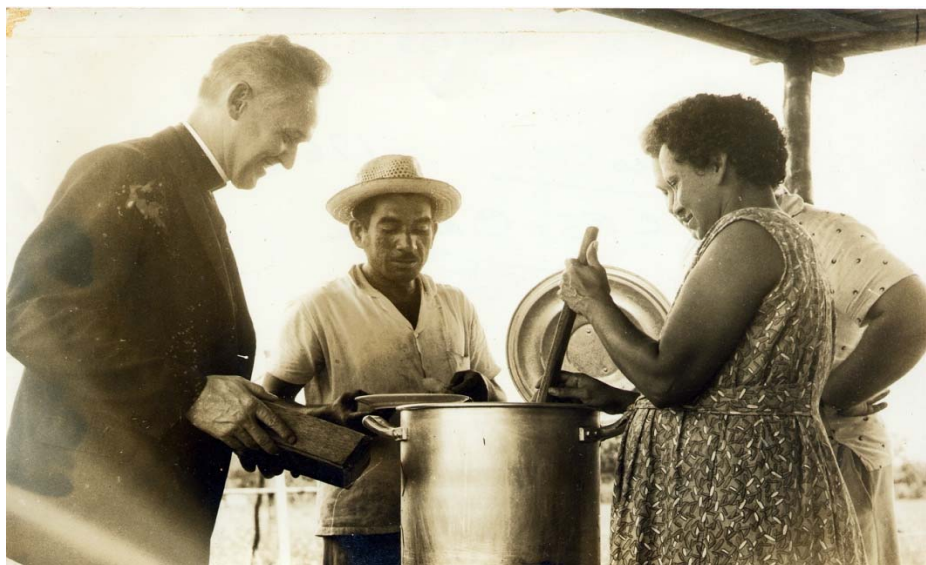
Fonte: arquivo Cáritas Brasileira

Pe. Edmund Leising no armazém da Cáritas Brasileira, com alimentos “doados pelo povo dos Estados Unidos da América”, conforme impresso nas sacas de leite de soja



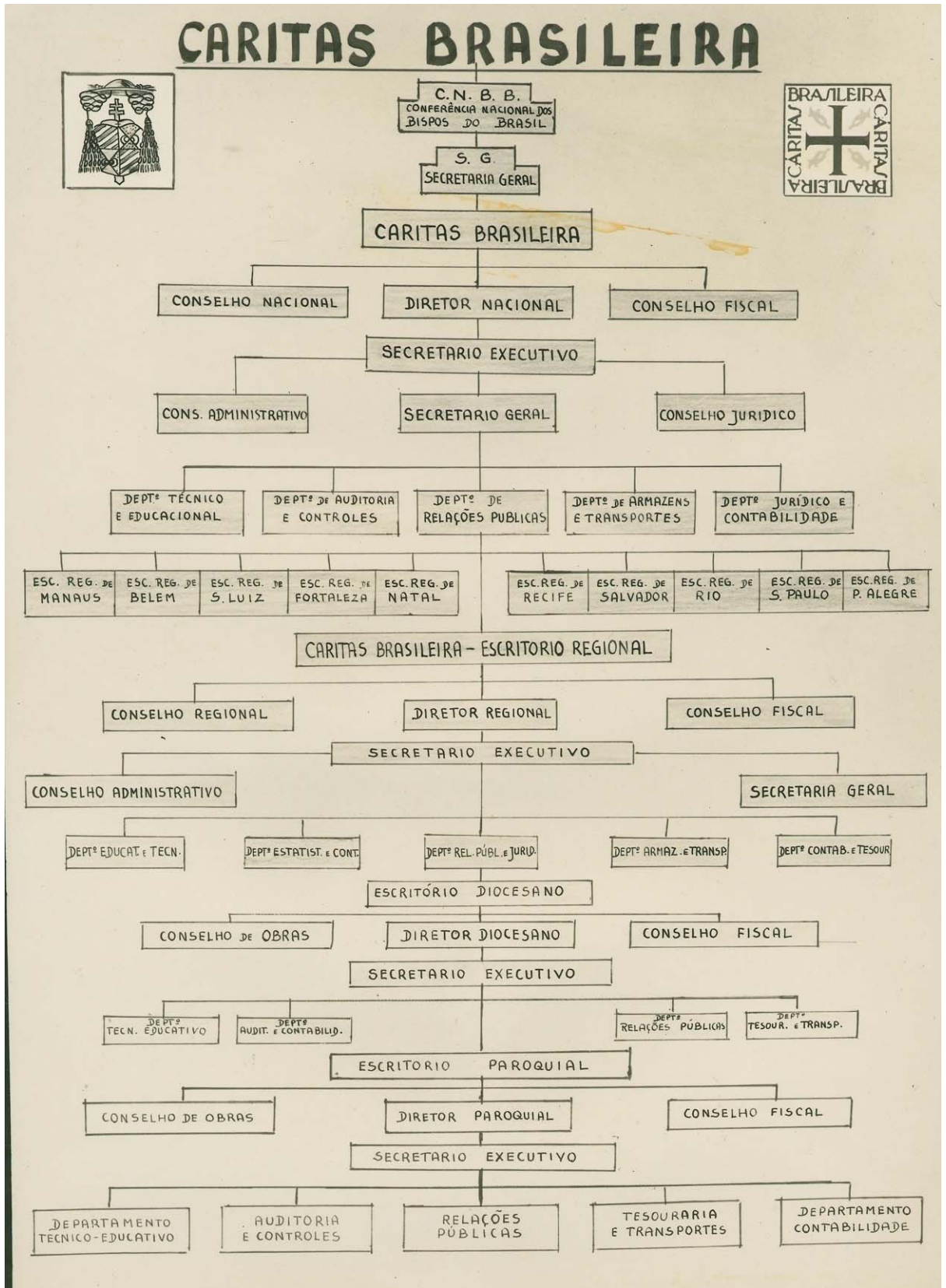
Fonte: arquivo Cáritas Brasileira

Pe. Edmund Leising observa os alimentos que serão servidos às comunidades



Fonte: arquivo Cáritas Brasileira

Primeiro organograma institucional da Cáritas, vinculado ao Secretariado Geral da CNBB



Fonte: arquivo Cáritas Brasileira

A Cáritas Brasileira, desde o seu início, participou de atividades internacionais



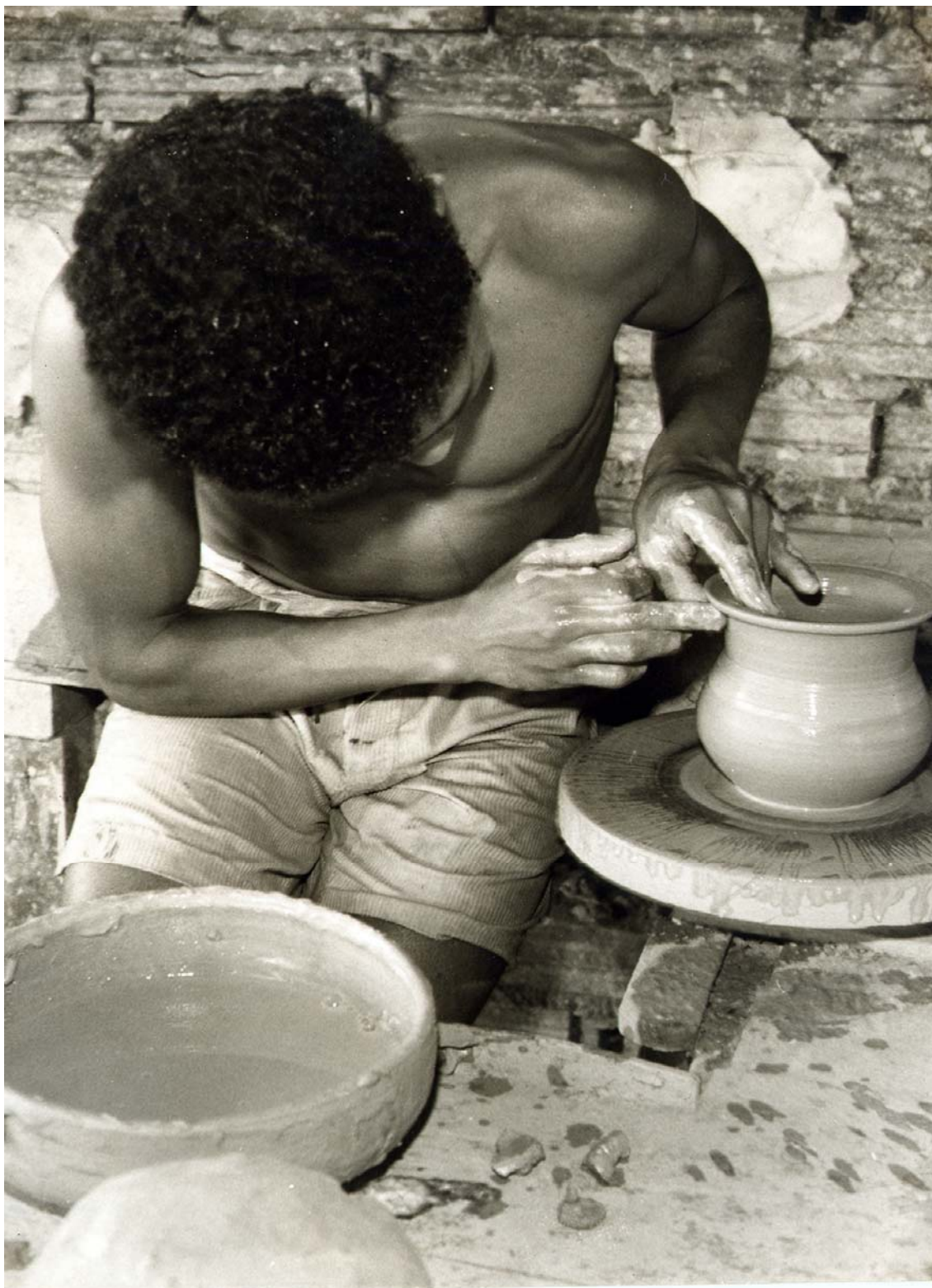
Fonte: arquivo Cáritas Brasileira

Família participante de projetos da Cáritas em São Luis do Maranhão, em 1963



Fonte: arquivo Cáritas Brasileira

Projeto de olaria comunitária coordenada pela Prelazia de Ponta de Pedras, Ilha de Marajó – PA, apoiado pela Cáritas



Fonte: arquivo Cáritas Brasileira